



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

SELMA CONCEIÇÃO FREITAS SILVA

**FORMAÇÃO DE BASE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROJETO
EDUCATIVO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS,
ÁGUA FRIA, BAHIA.**

AMARGOSA
2020

SELMA CONCEIÇÃO FREITAS SILVA

**FORMAÇÃO DE BASE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROJETO
EDUCATIVO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS,
ÁGUA FRIA, BAHIA.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Formação de Professores – CFP como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento

AMARGOSA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES -
UFRB

**Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª
/ 1515**

S586f Silva, Selma Conceição Freitas.

Formação de base e mobilização social: o projeto educativo de formação do assentamento Menino Jesus, Água Fria, Bahia. / Selma Conceição Freitas Silva. – Amargosa, BA, 2020.

150 fls.; il. color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2020.

Bibliografia: fls. 144-149

CDD – 379

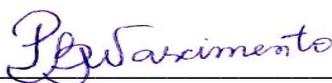
SELMA CONCEIÇÃO FREITAS SILVA

**FORMAÇÃO DE BASE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROJETO
EDUCATIVO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS,
ÁGUA FRIA, BAHIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Centro de Formação de Professores – CFP.

Aprovada em: 03/07/2020

COMISSÃO EXAMINADORA

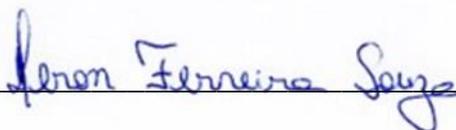


Profª Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento
Membro interno/Orientadora



Profª Dra. Rosineide Pereira Mubarak Garcia

Membro interno



Drº. Heron Ferreira Souza

Membro externo

AMARGOSA

2020

Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui!

DEDICATÓRIA

A meu pai (*in memoriam*)
À minha filha Maria Lis.

AGRADECIMENTOS

Gratidão:

A Deus, pelo dom da vida, proteção, inspirações, possibilidades e recomeços.

Aos meus pais, Maria Naciza e Carlos Vilson, excepcionalmente meu pai (in *memoria*) que mesmo não estando mais nesse plano vibra comigo com essa conquista. Gratidão pelos ensinamentos. És uma presença/presente em minha vida.

A meu companheiro (Edson Reis Teixeira) pela compreensão das minhas necessárias ausências para a construção deste sonho e por hoje compartilhar da alegria da vitória.

A minha família pelo carinho e compreensão das ausências.

As tias Ana Mery, Mirian e Rosinei pela acolhida em suas casas e coração.

A minha querida orientadora Professora Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento por não permitir que nenhum pensamento de sabotagem recaísse sobre mim no processo de construção desse trabalho. Gratidão pela escuta paciente e acalentadora, por ouvir e atender meus chamados, pelo cuidado e contribuições teóricas, por compreender que para além da vida acadêmica existia um sujeito mãe, mulher, militante partidária e profissional com outras demandas.

Ao meu querido professor Dr. Heron Ferreira Souza por nunca me deixar cair no abismo da produção acadêmica solitária. Gratidão pela escuta sensível, pela grandeza do ser humano que és, pela partilha do conhecimento, dom da palavra e do pensamento articulado, pelas preocupações comigo, com minhas escolhas, trajetórias e lugar de fala. Gratidão pela grandiosa contribuição intelectual e política.

À querida professora Dra. Silvana Lucia da Silva Lima pelas contribuições teóricas, chamados acadêmicos e incentivos.

Aos companheiros e companheiras do MST do Assentamento Menino Jesus Água Fria. Especialmente aos camaradas Vangilson Ferreira Bispo, Josefa Fátima dos Santos e Maria da Paz de Jesus Braga pela acolhida, atenção, contribuições, vivências e experiências compartilhados ao longo desse estudo.

À querida amiga Maianna de Assis Silva. Feminista de coração e alma grandiosa. Você foi luz nas idas a Amargosa e continuará iluminando nossos caminhos pela vida. A grandeza de sua alma será sempre uma referência. Gratidão por nos acolher e nos receber na casa mais zen do mundo, seu coração. Você é amor!

À querida companheira Kelly Santiago Oliveira, você é luz, ruiva. Amiga que a vida acadêmica me presenteou e que carregarei para sempre no meu coração.

À querida amiga Hildecí Santana Magalhães dos Santos por ser esse ser humano ímpar na minha vida. Gratidão pela escuta paciente e tranquilizadora, por nunca dizer não aos meus chamados. Gratidão pela companhia impecável.

A minha querida prima Isabelle Cerqueira do Rosário Santos que abdicou de seus afetos, para dedicar-se a mim e a minha filha. Sem você essa caminhada teria sido dolorosa. Gratidão pela entrega, companheirismo, dedicação e por bailar comigo nessa trajetória.

A minha querida prima-irmã Maria Clara Aparecida Rosário dos Santos por vivenciar comigo as angústias dos achados da pesquisa e ser uma voz acalentadora e paciente.

À Vanessa Dias amiga que o mestrado profissional em Educação do Campo me presenteou pela acolhida e feição.

À companheira Jandiara de Oliveira Silva (Jandy) e seu companheiro Wellington por acolher a mim e minha filha Maria Lis no aconchego de sua casa.

Às amigas Solange Silva Lima e Maria Luzineide Costa Silva de Araújo pelas preocupações e partilha das angustias vivenciadas. Gratidão pela escuta sensível, apoio, compreensão e colaboração.

Ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal pela fibra e vibrações constantes.

Às secretarias de Educação de Lamarão e Água Fria por compreenderem a necessidade da formação continuada em serviço. Especialmente a Maria Luzinete Costa Silva (Lamarão) e Merilande da Silva Araújo e Erivan Valério de Santana (Água Fria)

A vocês, todo meu carinho, afeto e gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa revela o exercício de poder aproximar-se das condições materiais, objetivas e existenciais dos sujeitos pesquisados, e verificar nos mesmos, através das experiências vividas como pesquisadora implicada, como a política de formação e mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Assentamento Menino Jesus Água Fria, Bahia, precisa ser reconfigurada, ressignificada. Nessa perspectiva a presente pesquisa tem como objetivo compreender como os processos formativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST tem tensionado e/ou construído a formação de base. O tema articulador do debate é a formação de base e mobilização social do projeto educativo de formação do MST do Assentamento Menino Jesus, Água Fria, Bahia. O desafio que nos propomos foi o de analisar de um lado como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra concebe, articula e implementa o projeto de formação do Movimento; e, de outro os aspectos que configuram as barreiras que precisam ser superadas para sua consolidação no Assentamento Menino Jesus. A análise assenta-se nas complexas e contraditórias práticas que marcam rupturas com a dinâmica social e política do Movimento. As categorias teóricas: Educação do Campo, Formação de Base e Mobilização Social refletidas nessa pesquisa fundamentaram-se nas ideias defendidas por Caldart, (2012); Arroyo, (2014); Money, (2002); Grain, (2011); Sauer e Leite, (2012); Bombardi, (2011); Lima, (2017), Caldart; Stedile; Daros, (2015); Freire, (1996); Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998); Gohn, (2008 *apud* Toro, 2007); Henriques, 2007; Toro e Werneck, 1996, Harnecker, 2018; Caldart, 2000; Morissawa, 2001; Stédile, 2005; Bogo, 2008, respectivamente. Assim, questionamos em que medida a partir da relação entre MST e assentamento Menino Jesus tem se pensado, tensionado e/ou construído a formação de base? Os caminhos metodológicos trilhados nesse estudo ancoram-se na abordagem da pesquisa qualitativa, sendo o método de análise o materialismo histórico dialético e os instrumentos foram a observação e o diário de campo. Os resultados indicam que devido à conjuntura local e atual, os processos formativos e de mobilização social concebido e defendido pelo MST tem se distanciando da realidade do Assentamento Menino Jesus. Assim, diante do exposto e a partir da realização da pesquisa, apresentamos uma proposta de formação tendo como base fichas formativas temáticas construídas com o objetivo de fomentar e dinamizar a práxis educativa no Assentamento Menino Jesus e contribuir com a ressignificação de seu projeto educativo, podendo ser utilizadas pelos sujeitos sociais dessa pesquisa – lideranças do MST– coordenação do assentamento, da regional recôncavo, da brigada Roseli Nunes, militantes com tarefas nos setor de educação regional e da brigada, setor de frente de massa estadual e do setor de formação regional e dirigente da associação comunitária; militante; ex-lideranças; assentados (evangélicos, jovens, pessoas de outras religiões e credos, adultos, agente de saúde, idosos que estão no movimento desde o início da ocupação, sócio da associação de moradores, servidores administrativo e de apoio da escola) e outros indivíduos (professores, servidores administrativos e de apoio) da escola do Assentamento Menino Jesus, bem como por outros sujeitos em processos educativos de base.

Palavras Chaves: Educação do Campo; Formação de Base; Mobilização Social

Abstract

This research reveals the assignment to approach the material conditions, objective and existential of the surveyed individuals, and check on them, through the real experiences as a involved researcher, how the formation and mobilization politics of the Landless Rural Workers Movement / Settlement Baby Jesus Água Fria, Bahia, needs to be reconfigured, re-signified. In this perspective, this research aims to understand how the formative processes of Landless Workers Movement – MST have tensioned and/or build the base formation. The discussion topic is the base formation and social mobilization of the educational project for the formation of MST Settlement Baby Jesus, Água Fria, Bahia. The challenge we proposed ourselves was to analyze, on the one hand, how the Landless Rural Workers Movement conceives, articulates and improves the Movement's formation project; and, on the other hand, the aspects that configure the barriers that need to overcome for its consolidation in the Settlement Baby Jesus. The analysis was based on the complex and contradictory practices that break-through social dynamics and politics of the Movement. The theoretical categories: Rural Education, Base Formation and Social Mobilization reflected in this research were based on the ideas defended respectively by: Caldart, (2012); Arroyo, (2014); Money, (2002); Grain, (2011); Sauer e Leite, (2012); Bombardi, (2011); Lima, (2017), Caldart; Stedile; Daros, (2015); Freire, (1996); Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998); Gohn, (2008 *apud* Toro, 2007); Henriques, 2007; Toro e Werneck, 1996, Harnecker, 2018; Caldart, 2000; Morissawa, 2001; Stédile, 2005; Bogo, 2008. Thus, we question to what extent based on the connection between MST and the Settlement Baby Jesus, how has base formation been thinking, tensioned and/or build the initial education? The methodological ways of this study approach are on qualitative research, the method of analysis being the Dialectical and Historical Materialism and the tools were the observation and the diary field. The results indicate that due to the local and current conjuncture, the training process and social mobilization conceived and defended by the MST have been moving away from the reality of the Settlement Baby Jesus. Therefore, in view of the above and after the research we present a training proposal based on thematic format sheets with the aim of promote and stimulate the educational praxis in the Settlement Baby Jesus and contribute to reframe the educational project. Then, that can be able for the individuals on this research –

MST leaders – settlement coordination of regional recôncavo, the brigade Roseli Nunes, militants with tasks in the regional education sector and brigade, state mass front sector and the regional formation and leader of the community association; militant; ex-leaders; settlements (evangelicals, young people, other religions and creed people, adults, health workers, elderly people that are on the movement since the beginning of the settlement, the membership of the residents, administrative and school support staff) and other people (teachers, administrative and school support staff) from the school of Settlement Baby Jesus, as well as by other people in initial education process.

Key words: Rural Education, Base Formation, Social Mobilization

LISTA MAPAS

Mapa 01 – Municípios de realização dos cursos do PRONERA por nível de escolaridade	44
Mapa 02 - Principais rodovias que ligam Água Fria à capital do Estado e às principais cidades da região	70
Mapa 03 - Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Pirâmide Organizacional do MST	57
Figura 02 - Pirâmide organizacional do MST na Bahia	59
Figura 03 - Pirâmide organizacional das Brigadas	60
Figura 04 – Estrutura Organizativa do Assentamento Menino Jesus	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA	Bahia
BR	Rodovia Brasileira
CAECDT	Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CFP	Centro de Formação de Professores
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CTP	Comissão Pastoral da Terra
DDA	Divisão de Desenvolvimento e Educação nos Assentamentos.
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNE	Fórum Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Médio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KM	Quilômetro
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra

MEC	Ministério da Educação MEC
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PA	Pará
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNERA	Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGEUCAMPO	Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
RO	Rondônia
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPITULO I - CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
1.1 Percurso para coleta de dados.....	25
1.1.1 <i>O ato de observar</i>	26
1.1.2 <i>Diário de campo: um momento a lembrar</i>	26
1.1.3 <i>Por que o diário de campo na caminhada?</i>	27
1.2 Trajetória de construção do produto.....	29
CAPITULO II – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	33
2.1 A história	33
2.1.2. <i>A luta</i>	37
2.1.3. <i>As conquistas</i>	39
2.2 PRONERA: potencialidades e limites de acesso à Educação do Campo no contexto do projeto neoliberal	43
2.3 Educação do Campo e as interfaces com a Pedagogia do Movimento: concepções e princípios formativos	48
2.4 Mobilização social e formação de base do MST	53
2.4.1 <i>MST e sua organicidade</i>	56
2.4.2 <i>Formas organizativas do MST na Bahia</i>	58
2.4.3 <i>Estrutura e funcionamento das brigadas</i>	59
2.5 Formação de base no MST	61
2.5.1 <i>A itinerância das Marchas dos Sem Terra</i>	66
2.5.2 <i>Não impor, mas convencer: processos formativos no MST</i>	68
CAPITULO III - O ASSENTAMENTO MENINO JESUS: LUTA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA EM UM MESMO LUGAR	70
3.1 O município de Água Fria.....	70
3.2 Contexto histórico e geográfico do Assentamento Menino Jesus	72
3.4 Processos formativos no assentamento Menino Jesus.....	76
3.4.1 <i>O MST e os desafios da formação de base no Assentamento Menino Jesus</i>	78
3.5 Agentes mobilizadores do MST.....	79
3.5.1. <i>Quem são os agentes mobilizadores da organização dentro e fora do Assentamento Menino Jesus?</i>	81

CAPITULO IV - RELATOS DA CAMINHADA: AS FORMAS ORGANIZATIVAS NO FORTALECIMENTO DA LUTA	83
4.1 Análise dos diálogos com os assentados: identificando palavras geradoras	97
4.2 Fichas Formativas: construir pontes, fortalecer relações e transformar realidades.....	109
4.2.1 <i>Orientações metodológicas para uso das fichas formativas</i>	110
4.2.2 <i>Estratégias metodológicas para uso das Fichas Formativas</i>	111
4.2.3 <i>Baú de ferramentas</i>	112
4.2.4 <i>Fichas Formativas</i>	116
FICHA 01 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	116
FICHA 02 – FORMAÇÃO.....	122
FICHA 03 - PARTICIPAÇÃO	128
FICHA 04 – LIDERANÇA.....	132
FICHA 05 – RELIGIÃO	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES	150

INTRODUÇÃO

A letra da canção “A Estrada”, musicalizada pela banda Cidade Negra, “Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui”, representa bem os trajetos percorridos na realização da pesquisa, bem como a chegada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e cá estou hoje para poder contar essa história.

Não que os percursos anteriores não tenham sido desimportantes. Sim, têm a sua importância. Da infância a vida adulta, cada momento evoca as lembranças, histórias e memórias da vida pessoal, acadêmica e profissional que contribuíram para a constituição da mulher, mãe de Maria Lis, militante da educação básica e dos movimentos sociais em defesa da terra, educação e vida que me tornei. Embora todos esses momentos sejam importantes, quero nesse trabalho reportar-me às andanças a partir da Especialização em Educação do Campo.

Adentrar no curso de pós-graduação em Educação do Campo do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha foi a experiência acadêmica mais significativa que vivenciei. Nela experienciei o fazer da pesquisa-ação. O trabalho de conclusão do curso foi a materialização do sentido de ser pesquisadora. As percepções, saberes e experiências vivenciadas no percurso da pesquisa e das aulas, atrelada à militância foram delineando os desejos de continuidade dos estudos, ao tempo que os impulsionava. O amadurecimento teórico adquirido no curso, atrelado às motivações da pesquisa-ação, entre outros, levaram-me a ingressar no programa do curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB.

As dinâmicas que envolvem os caminhos percorridos nessa “estrada”, também se revelaram nesse estudo. Afirmo isso, do ponto de vista de quem experienciou a reconfiguração da pesquisa, a partir da qualificação. Da proposta inicial de continuidade da pesquisa da especialização em Educação do Campo intitulada “Vivências da proposta educativa do MST: pistas para a prática educativa do campo no município de Água Fria/Ba” que apontaram pistas significativas para a reorganização das lutas no assentamento, a saber: ações coletivas empreendidas pelo Setor de Educação e demais coletivos desde a ocupação não se consolidou com a conquista da terra; setor de Educação não formou outros

sujeitos, outras lideranças; retomada e fortalecimento do setor de educação; formação de professores a(s) com foco nas demandas do assentamento; construção de material que possa amparar a política de Educação do Campo para a rede municipal de ensino; mobilização e fortalecimento da participação da comunidade nas atividades escolares, dentre outras; rupturas no setor de educação e desarticulação das lutas coletivas resultados das tensões e disputas internas. Até a construção de uma outra proposta voltada para a escola com foco na agroecologia, a resposta obtida através da coleta de dados foi retomar o projeto de continuidade da pesquisa iniciada na especialização.

O retorno a campo após a qualificação foi delineando outros contornos para a pesquisa. O contexto social e político apresentava problemáticas locais que evidenciavam que as práticas educativas vivenciadas pelo MST em Água Fria/Bahia não haviam mudado, fazendo insurgir a necessidade de se experimentar novas práticas de formação e mobilização da comunidade diferentes das propostas até então fomentadas pelo Setor de Educação, conforme apresentou a pesquisa da pós-graduação.

Diante dos resultados iniciais apresentados pela pesquisa, o caminho a ser trilhado apontava para a reorganização dos trabalhos no assentamento, com foco prioritário em ações formativas e construção de espaços para promoção de ações educativas que potencializasse a participação das lideranças do MST, militantes, ex-lideranças, assentados, dirigentes e sócios da associação comunitária e demais agentes mobilizadores da comunidade em processos educativos ressignificados - já que os ofertados não davam conta de estimular a participação – assim como a mobilização dos sujeitos para participarem das atividades do Movimento fossem elas promovidas no âmbito local ou em outras esferas.

Nessa perspectiva, este estudo intitulado “Formação de Base e Mobilização Social: o projeto educativo de formação do Assentamento Menino Jesus, Água Fria, Bahia”, tece reflexões e problematizações acerca das vozes dos sujeitos colaboradores desta pesquisa: lideranças do MST – coordenação do assentamento, da regional recôncavo, da brigada Roseli Nunes, militantes com tarefas nos setores de educação regional e da brigada, setor de frente de massa estadual e do setor de formação regional e dirigente da associação comunitária; militante; ex-lideranças; assentados (evangélicos, jovens, pessoas de outras religiões e credos, adultos, agente de saúde, idosos que estão no movimento desde

o início da ocupação, sócio da associação de moradores, servidores administrativo e de apoio da escola) e outros indivíduos (professores, servidores administrativos e de apoio da escola do Assentamento Menino Jesus).

A terra é o meio mais importante de produzir a existência humana no município de Água Fria, ainda que esta esteja sob domínio de uma minoria, seguindo a mesma lógica baiana e nacional, imposta pelo modo de produção capitalista. Dessa conjuntura histórica do latifúndio no Brasil surge o nosso lócus de pesquisa o Assentamento Menino Jesus, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No enfrentamento para ocupar a terra em 1998 e nela permanecer até os dias atuais, os assentados vem lutando e resistindo na terra conquistada.

Para entender o movimento histórico que contribuiu com os processos formativos e de mobilização social no assentamento, temos como questão de pesquisa: em que medida, a partir da relação entre MST e assentamento Menino Jesus tem se pensado, tensionado e/ou construído a formação de base?

Diante do exposto, a pesquisa que ora se apresenta tem como objetivo geral compreender como os processos formativos do MST têm tensionado e/ou construído a formação de base no assentamento Menino Jesus; este desdobra-se em objetivos específicos: identificar nas vivências e experiências dos agentes mobilizadores do assentamento os sentidos atribuídos aos processos formativos do MST; fomentar diálogos sobre a formação de base e mobilização social no Assentamento Menino Jesus a partir da pesquisa com os sujeitos e socializar as vivências, experiências e saberes da pesquisa, através de Fichas Formativas, cuja metodologia contribuirá para o fortalecimento das mobilizações sociais e processos formativos no assentamento.

Para fomentar o debate analisamos as categorias teóricas que consideramos fundamentais para problematizar os processos de mobilização internas, assim como potencializar a formação de base e estimular a formação dos sujeitos: Educação do Campo, Formação de Base e Mobilização Social. Apresentamos a Educação do Campo na perspectiva da Pedagogia do MST, discutindo dois projetos educacionais: o do agronegócio e o da classe trabalhadora. A Formação de Base discute a formação dos Sem Terra como parte da luta de classes e estratégia política do MST e a Mobilização Social tece caminhos para construção e organização das lutas.

Nosso estudo está dividido em capítulos que trazem os dispositivos teóricos e práticos que contribuíram para análise, reflexão e problematização da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta as bases metodológicas que ancoram o desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de um estudo com abordagem na pesquisa qualitativa na perspectiva do método do materialismo histórico dialético, cuja coleta de dados se deu através de observações e diário de campo. Nossa escolha pela abordagem e método deram-se em virtude do caráter sociopolítico implicado que esta investigação apresenta, sem perder de vista as singularidades e potencialidades epistemológicas da pesquisa qualitativa, assim como as contribuições para sua análise a partir do método do materialismo histórico dialético. O debate teórico metodológico que nos ajudou a trilhar o caminho da investigação embasou-se a luz das ideias de Godoy (1995); Silva e Menezes (2005); Minayo e Sanches, (1993), Bogdan e Biklen, (1994); Minayo, (2010), Frigotto, (1991), entre outros. Ressaltamos que os dispositivos de recolha de dados – observações e diário de campo - usados para levantamento das situações identificadas possibilitaram o processo de análise e compreensão das informações coletadas, ao tempo que deram corpo e vida a esta pesquisa. São também, parte dessa seção a trajetória de construção do produto, requisito obrigatório para apresentação ao Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

No segundo capítulo apresentamos as categorias teóricas que embasam a análise dos dados desse estudo. Dessa forma, tecemos reflexões sobre a trajetória de luta pela terra, do Brasil colonial da monocultura ao do agronegócio do século XXI pelo MST. Apresentamos a constituição e o desenvolvimento político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como movimento social, tendo como referência a história, a luta pela terra e reforma agrária e as conquistas advindas das lutas. Na primeira seção do capítulo apresentamos o PRONERA, suas potencialidades e limites de acesso à Educação do Campo no contexto do projeto neoliberal. Nas seções seguintes apresentamos as categorias teóricas. Assim expusemos a Educação do Campo e as interfaces com a Pedagogia do Movimento: concepções e princípios formativos” partimos do pressuposto de que a análise histórica da educação somente pode ser entendida em meio às contradições econômicas, políticas e sociais que permeiam a sociedade brasileira. Analisamos a Educação do Campo a partir de dois projetos educacionais em

permanente disputa: o capitalista defendido pelo agronegócio, assumido, implementado e legitimada pelo Estado e, o da Educação do Campo a luz da Pedagogia do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São referências para o debate teórico as idéias defendidas por Caldart, (2012); Arroyo, (2014); Money, (2002); Grain, (2011); Sauer e Leite, (2012); Bombardi, (2011); Lima, (2017), Caldart; Stedile; Daros, (2015); Freire, (1996). Na seção mobilização social e formação de base refletimos sobre os conceitos de mobilização social na perspectiva da democracia participativa. O debate teórico foi subsidiado pelas ideias de Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998); Gohn, (2008 apud Toro 2007); Henriques, 2007; Toro e Werneck, 1996, entre outros. Em seguida fizemos um recorte espacial para compreendermos como as mobilizações sociais no campo em torno da luta pela terra no Brasil emergiram da organização dos trabalhadores em oposição às relações desiguais produzidas tanto no campo pelas oligarquias como pela sociedade brasileira. Em seguida, apresentamos a estrutura organizativa do MST, formas organizativas do MST na Bahia e a estrutura e funcionamento das brigadas. Na seção sobre a formação de base, discutimos as estratégias políticas da formação de base do MST e como essa se forja no seio da organização. Em seguida apresentamos a itinerância das Marchas dos Sem Terra como espaço de formação política contra hegemônicas dos trabalhadores. Por último exibimos o tópico “Não impor, mas convencer”, que tece reflexões sobre os processos formativos promovidos por meio da divisão social de tarefas e de cursos de formação política.

No terceiro capítulo apresentamos o município de Água Fria, o Assentamento da Reforma Agrária Menino Jesus ligado ao MST e sua dimensão histórico/geográfica. Em seguida mostramos a estrutura organizativa do Assentamento, seguido dos processos formativos no âmbito do Assentamento Menino Jesus. Para finalizar o capítulo, apresentamos os desafios da formação de base, bem como os agentes mobilizadores dentro e fora do Assentamento. O debate teórico que nos ajudou a aprofundar essa discussão, ancorou-se nas ideias defendidas por Harnecker, 2018; Caldart, 2000; Morissawa, 2001; Stédile, 2005; Bogo, 2008.

No quarto capítulo apresentamos o Relato da Caminhada. Na primeira seção do capítulo estão contidas as vozes dos sujeitos da pesquisa. Em seguida expomos a análise dos diálogos com os assentados articuladas a dez temáticas

emergidas com potencialidade na pesquisa que nos ajudou na elaboração do produto: Fichas Formativas. Na terceira seção, apresentamos as orientações metodológicas para uso das Fichas Formativas, em seguida apresentamos as 05 Fichas que compõe o produto.

Por último, apresentamos nossas conclusões sobre a pesquisa. E como esta revelou o exercício de poder aproximar-se das condições materiais, objetivas e existenciais dos sujeitos pesquisados, e verificar nos mesmos, através das experiências vividas como pesquisadora implicada, como a política de formação e mobilização do MST/Assentamento Menino Jesus, necessita ser reconfigurada, ressignificada. A pesquisa apontou elementos consistentes que precisam ser considerados no desenvolvimento desse “novo” projeto educativo de formação e mobilização de base pelo MST, e esse trabalho é uma oportunidade que pode ajudar muito para que isso aconteça.

CAPITULO I - CAMINHOS METODOLÓGICOS

A produção de conhecimentos vinculados à luta dos trabalhadores até a década de 70 não era reconhecida nos meios acadêmicos e científicos, muito embora a pesquisa qualitativa venha desde o seu surgimento, no século XIX apontando caminhos para a necessidade das ciências sociais estudar os fenômenos humanos vinculados a vida das pessoas na sua integralidade.

No Brasil esse tipo de pesquisa ganha força a partir da década de 60 já com um arcabouço de aproximação com a realidade pesquisada. Assim considera que esta é socialmente construída a partir de definições individuais e/ou coletivas, onde cada situação apresenta aspectos de relatividade e subjetividade em que se reconhecem as transformações, mudanças, contradições, imprevistos e conflitos vividos pelos sujeitos pesquisados. Para Godoy (1995, p. 21), “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.”. Isso ajuda o pesquisador a aprofundar-se na compreensão dos fenômenos estudados, uma vez que a pesquisa qualitativa tem foco no subjetivo do objeto analisado.

Olhando para os estudos de Silva; Menezes, (2005, p. 20), também vamos observar que consideram que na abordagem da pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, podemos perceber como essa aproximação é de acordo com Minayo; Sanches (1993, p.244),

fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza, ela se envolve com empatia aos movimentos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.244)

Nessa perspectiva, essa relação exige que o pesquisador examine tudo, que apresente preocupação com os detalhes, tudo é considerado importante e nada pode passar despercebido aos seus olhos, assim “nada é trivial, tudo tem potencial para constituir uma pista que permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

Assim, a opção metodológica pela abordagem da pesquisa qualitativa deu-se em virtude da natureza do fenômeno social investigado, considerando que essa tem como premissa o estudo dos processos vivenciado pelos sujeitos. Ademais o modo de ver a realidade empírica com relevância para os indicadores subjetivos possibilita ao pesquisador a inserção mais densa nas práticas e representações vivenciadas e construídas pelos sujeitos a partir do conjunto de referências de suas ações.

As investigações qualitativas crescem como outro modo de produção de conhecimento capaz de responder à necessidade de compreender em profundidade alguns fenômenos da prática dos movimentos sociais, sendo uma referência para investigar contextos e realidades distintas. De acordo com Minayo (2009) esse tipo de pesquisa procura “desvelar” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos referentes ao fenômeno estudado.

Já a opção pelo método de análise na perspectiva do materialismo histórico dialético deu-se em virtude das características e especificidades dessa investigação, que se fundamenta nos processos sociais de produção da existência humana, além disso, sua preocupação está vinculada a uma concepção de realidade, de mundo e de vida, que funciona como mediador para garantir a participação ativa dos grupos sociais no processo de estruturação, desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais, não se tratando, portanto, de uma simples consulta popular, mas, sim, do envolvimento dos sujeitos da pesquisa em um processo de reflexão crítica, análise da realidade, produção de conhecimentos, enfrentamento dos problemas e transformação da realidade. Nessa perspectiva, “o grande desafio do pensamento é trazer para o plano racional a dialética do real, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade.” (FRIGOTTO, 1991, p.125).

Destaca-se que esse tipo de pesquisa possibilita a construção engajada de conhecimentos, potencialmente úteis às práticas, saberes e vivências dos sujeitos, haja vista que a forma de pesquisar a realidade, ou um aspecto desta, com o objetivo de transformá-la pela ação coletiva, implica a participação da

população como agente ativo no conhecimento de sua própria realidade e possibilita à mesma adquirir conhecimentos necessários para resolver problemas e satisfazer necessidades.

A pesquisa ao assumir os pressupostos do materialismo histórico dialético como forma de compreensão do objeto e da realidade configura-se como um instrumento de mudança e formação dos sujeitos sociais que, ao se relacionar com os outros no processo de transformação do mundo, através das trocas de saberes e afetos, da reflexão crítica da realidade, transformam a si mesmos e amplia a percepção do sentido do modo social de produção da existência humana enquanto sujeitos coletivos. De acordo com Frigotto (1991), o que fundamentalmente importa para o materialismo histórico dialético é a produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar. Nesse sentido, a pesquisa constitui-se em uma forma de democratização do saber, reflexão crítica e problematizações produzidas pelo diálogo entre os grupos sociais e partilha de conhecimentos e de tecnologias sociais, criando forças populares com domínio e compreensão dos processos e fenômenos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Toda a realidade sobre a qual essa pesquisa se debruça traz consigo todas as suas concepções, contradições, conflitos e transformações evidenciando que as ideias, saberes e fazeres da realidade concreta às quais os sujeitos da pesquisa são submetidos cotidianamente são, de fato, reflexos do mundo exterior. Desse modo, podemos nessa pesquisa a partir do materialismo histórico dialético compreender criticamente como o processo metabólico do capital reproduz de forma acentuada os processos de desigualdades e exploração da classe trabalhadora e a detenção do poder pela burguesia. Portanto, ao explicitarmos as categorias de análise da totalidade e contradição nesta pesquisa, vamos desvelar como as lutas dos trabalhadores, dos movimentos sociais do campo e da cidade, revelam as contradições gestadas no processo de reprodução do capital.

Nessa perspectiva, diante do atual cenário de retirada de direitos com o avanço das concepções neoliberais no processo de definição de políticas

públicas, a utilização do materialismo histórico dialético apresenta-se como o enfoque metodológico mais apropriado para o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse sentido, nossa opção pelo método materialista histórico dialético não se deu ao acaso. Ao contrário, surge como possibilidade para compreender como as práticas sociais estabelecidas por homens e mulheres na sociedade são marcadas por relação de dominação e exploração. Nosso objetivo é provocar os sujeitos sociais da pesquisa a compreenderem que a realidade vivida, não pode ser considerada um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos resultantes da interpretação da realidade pelo movimento do pensamento crítico, entendendo as contradições existentes e suas múltiplas relações dentro de um contexto amplo, complexo, com necessidade de superar as análises redundantes, caracterizadas por conceituações equivocadas e por um poder de generalização, que se esquivam de realizar uma análise crítica da realidade com vistas à sua transformação.

Por tudo isso, os pressupostos metodológicos utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa qualitativa na perspectiva do materialismo histórico dialético fundamentaram-se na compreensão das contradições do processo histórico, considerando as condições objetivas que envolveram o levantamento das informações que subsidiaram o processo investigativo. Dessa maneira, para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, adotamos como procedimento metodológico a observação e o diário de campo.

1.1 Percurso para coleta de dados

Após a escolha da metodologia passamos ao planejamento da coleta de dados, seguidos da sistematização escrita das observações e registro das falas, dos sujeitos colaboradores. Rudio (1986, p.114) diz que “chama-se de “instrumento de pesquisa” o que é utilizado para a coleta de dados.”. E nesse particular temos que detalhar o que permeia esse ato de observar e registrar do diário de campo.

1.1.1 O ato de observar

O ato de observar é uma das expressões mais frequentemente usadas pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. De acordo com Silva (2013, p. 413) “um dos maiores legados do desenvolvimento das ciências humanas e sociais ao longo do século passado é a convicção de que o ato de observar as pessoas contribui para compreendê-las.”. A Observação, segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 90), é um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.”.

Portanto, a observação auxilia o pesquisador na identificação dos desafios, e principalmente, na percepção de pontos a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos pesquisados não têm consciência, visando construir uma relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

1.1.2 *Diário de campo: um momento a lembrar*

O diário de campo foi um aliado importante em todo trajeto da pesquisa. Seu uso nos permitiu sistematizar as observações que por conta da caminhada não foi possível a escrita, bem como serviu para registro das falas dos atores sociais envolvidos na pesquisa durante as entrevistas informais.

O diário de campo como lugar de registro das entrevistas informais e observações realizadas na pesquisa qualitativa que aborda o método materialista histórico dialético configura-se como um dispositivo de informações importantes acerca do cotidiano dos sujeitos, uma vez que permite ao pesquisador descrever, explicar, revelar, interpretar o modo de vida na comunidade, bem como as relações sociais que são estabelecidas. De acordo com Araújo *et al.* (2013):

[...]. O diário é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término. (ARAÚJO *et al.*, 2013, p. 54)

Nessa perspectiva, o diário de campo constitui-se como elemento fundamental no processo de compreensão dos movimentos da pesquisa. A prática de sua utilização como instrumento metodológico tem apontado caminhos potenciais à pesquisa, conforme nos mostra os estudos de Macedo (2010) porque,

Além de ser utilizado como instrumento reflexivo para o pesquisador, o gênero diário é, em geral, utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados, quando a problemática da pesquisa aponta para a apreensão dos significados que os atores sociais dão à situação vivida. O diário é um dispositivo na investigação, pelo seu caráter subjetivo, intimista. (MACEDO, 2010, p. 134).

Não é interessante que as observações e os registros das entrevistas informais no diário de campo possuam um roteiro previamente definido a respeito do que observar ou anotar, essa atividade precisa ser uma experiência aberta. Demo (2010) nos mostra que,

[...]. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (DEMO, 2012, p. 33)

Dessa forma, no movimento da pesquisa, o campo de observação mostra-se fértil de elementos visíveis e invisíveis, falados e não falados, perceptíveis em meio ao encadeamento dos acontecimentos ocorridos na própria situação de pesquisa. Cada ida a campo permitiu um mergulho na diversidade de acontecimentos e vivências.

Nessa relação, o pesquisador lança mão dos sentidos humanos, o que permite perceber os silêncios, sorrisos e gestos, não apreensíveis com as narrativas. Dessa maneira, as observações e registros possibilitam compreender o contexto das relações, as histórias contadas e o que as permeiam, bem como o modo como vivem e como constituem suas relações.

1.1.3 *Por que o diário de campo na caminhada?*

A utilização do diário de campo nessa pesquisa é mais que o simples registro escrito da caminhada, é a feitura das memórias reveladas, das experiências e saberes vivenciados, das intimidades confessadas, da escuta sensível, das expressões silenciadas, dos comportamentos e jeitos de ser, dos encontros e desencontros, das emoções sentidas, percebidas e vividas no processo de construção dessa pesquisa. Ademais considero que o diário de campo é também um importante instrumento a se recorrer durante a produção escrita.

Nessa perspectiva, sua construção se deu desde os primeiros contatos para aproximação até os encontros casuais e/ou intencionais agendados. Em todos os momentos foram feitas anotações, algumas preliminares - sem necessariamente ser um roteiro - outras durante os diálogos nas entrevistas informais para registro em tempo real, e outras posteriores que haviam sido guardadas na memória íntima do diálogo.

O exercício da construção do diário de campo foi fundamental, pois nos ajudou a refletir sobre como os sujeitos através da oralidade revelaram suas intimidades, angústias, percepções e aflições sobre si, o assentamento, o MST, os comportamentos das antigas e atuais lideranças do movimento e seus vínculos com a religião, a política partidária interna, as formas de participação, o poder público municipal, entre outros. Concordamos com Oliveira (2005, p. 95) quando considera que “a oralidade implica o trabalho da memória e, ainda, o trabalho da palavra, do que dito e do que é silenciado”. Em muitos momentos da caminhada a linguagem do corpo dos sujeitos revelou muito mais que as palavras, assim o exercício da leitura nas entrelinhas era constante, sendo que tudo era observado e devidamente registrado.

As visitas mostram-se muitos reveladores e com perfis específicos. Com exceção do encontro na escola para aproximação, os demais foram carregados de sentidos e significados. Ao descrever cada um deles trago a memória os sentimentos e emoções que os identificaram.

No percurso dessa caminhada, além das visitas e encontros presenciais também estabelecemos contatos telefônico e através de rede social (WhatsApp) para diálogos.

As observações percebidas nas andanças e diálogos no assentamento que nos ajudaram a construir os registros para esta pesquisa, tiveram como sujeitos colaboradores: lideranças do MST– coordenação do assentamento, da regional recôncavo, da brigada Roseli Nunes, militantes com tarefas nos setor de educação regional e da brigada, setor de frente de massa estadual e do setor de formação regional e dirigente da associação comunitária; militante; ex lideranças; assentados (evangélicos, jovens, pessoas de outras religiões e credos, adultos, agente de saúde, idosos que estão no movimento desde o início da ocupação, sócio da associação de moradores, servidores administrativo e de apoio da escola) e outros indivíduos (professores, servidores administrativos e de apoio da escola do Assentamento Menino Jesus).

Ademais participei do 21º Encontro da Regional Recôncavo, além disso tive contato e realizei observações no posto de saúde e em atividades de laser e esporte na comunidade, sem me ater a algo específico. E dessa forma dialoguei informalmente com visitantes, alunos da escola, funcionários do posto de saúde, entre outros.

Fiz desse diário de campo o que Bom Meihy (2007, p. 152) define, ou seja, que “o caderno de campo deve funcionar como um diário íntimo [...]”; e assim o foi para mim, nessa caminhada, provocador de reflexões e avaliações. Concordo com a fala de Minayo (2009, p. 27), quando firma que “o ciclo da pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações.”.

Nessa perspectiva, um dos canais de contribuição desse estudo foi a construção de “Fichas Formativas” como produto final. Consideramos as fichas como importante instrumento de apoio pedagógico à formação e mobilização dos assentados, assim como socializará os saberes e as experiências vivenciadas durante a pesquisa. Para, além disso, será nossa contribuição como legado da pesquisa, cuja disponibilidade para consulta e uso da comunidade, tornará os processos formativos e de mobilização social mais dinâmicos e contextualizados.

1.2 Trajetória de construção do produto

As fichas formativas foram escolhidas por ser um dos instrumentos pedagógicos que apresenta relativa facilidade didático-metodológica em seu manuseio.

As fichas formativas têm como público-alvo lideranças do MST, coordenadores internos e externos, militantes, ex-lideranças, dirigente da associação, além de assentados, agente de saúde, sócios de associação, professores e coordenadores pedagógicos da escola do Assentamento Menino Jesus, bem como outros sujeitos que desejem realizar trabalhos educativos para processos de mobilização social e formação de base.

As fichas formativas apresentam conceitos, reflexões e problematizações para discussão temáticas, destacados na análise dos diálogos com os sujeitos sociais participantes da pesquisa. A fundamentação metodológica usada na construção das fichas ancora-se na tematização de base freireana, própria da investigação temática da educação popular com inspirações na proposta metodológica da sistematização de experiências. Ademais uma proposta de material de apoio pedagógico que utiliza temas geradores como ponto de partida é capaz de compreender, fazer pensar, agir, refletir e problematizar considerando primeiramente a realidade em que os sujeitos estão inseridos. Isso favorece as relações entre situações individuais, históricas e sociais, contribuindo com a discussão, interpretação, compreensão, representação e transformação dessa realidade (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2009).

Nessa perspectiva as fichas formativas trazem uma proposta metodológica contextualizada e interdisciplinar na perspectiva da sistematização de experiências com textos, palavras, imagens de leitura rápida, simples e dinâmica. As fichas contemplam atividades práticas que envolvem a rotina da luta coletiva pela terra, a formação dos Sem Terra, os processos de mobilização e formação, entre outros.

Outros aspectos que as fichas trazem diz respeito à socialização das vivências, experiências e saberes da pesquisa, cuja metodologia contribuirá para o fortalecimento das mobilizações sociais e processos formativos no assentamento, partindo da urgência de fomentar diálogos sobre a formação de

base e mobilização social no Assentamento Menino Jesus a partir da pesquisa com os sujeitos.

Ressaltamos que as fichas não pretendem ser modelos de receita, prontas e com fim em si mesmas, mas um convite à reflexão e mudança de práticas com vistas a transformação social e política dos processos formativos e mobilizadores do Assentamento. Portanto, é um material de apoio pedagógico com estratégia de enfrentamento aos desafios da formação de base. As fichas formativas poderão contribuir para socialização de conhecimentos e como estímulo à construção de matrizes formadoras pelos assentados, que entre outras possibilidades poderão reeditar e adaptar novos conteúdos, ou mesmo propor e construir novas fichas.

Os passos metodológicos para construção das fichas formativas se deram, em primeiro lugar pelo levantamento das problemáticas anunciadas pelos sujeitos, conforme estão apresentados nesse estudo na seção Relatos da Caminhada.

O segundo passo foi escolher as palavras geradoras dentre as problemáticas destacadas na análise dos diálogos com os assentados. As palavras geradoras congregam temáticas específicas, cuja reflexão e problematização instigam a formação dos sujeitos para tensionar/transformar as práticas individuais em ações coletivas, bem como formar novas lideranças. Cabe destacar que essas palavras geradoras não constituem estruturas fixas, podem ser alteradas, de acordo com as necessidades formativas do público alvo. Nesse estudo, apresentamos dez temáticas emergidas com potencialidade na análise dos diálogos com os assentados, sendo destacadas para construção do produto apenas cinco, a saber: mobilização social, formação, participação, liderança e religião.

O terceiro passo foi organizar as orientações metodológicas para uso das fichas formativas. Desse modo, os eixos formativos, estratégias metodológicas e sugestões de atividades contêm instruções com conceitos, problematizações, reflexões, sugestões práticas, entre outras estratégias para trabalhar a palavra geradora nos encontros com os sujeitos.

Acreditamos que enquanto material de apoio pedagógico as fichas formativas contribuirão de maneira eficaz para as ações de fortalecimento das

atividades de mobilização e processos formativos, seja pelas lideranças internas e externas, militantes, associação, setores, lideranças religiosas, agentes de saúde, escola ou outros que deseje fazer uso do material para potencializar as atividades de mobilização e de formação de base.

CAPITULO II – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Essa seção faz um percurso pelo universo conceitual do objeto de estudo, apropriando-se de categorias fundamentais para a análise dos dados da pesquisa. Inicialmente fazemos uma abordagem em linhas gerais sobre a questão agrária brasileira e os desdobramentos das lutas camponesas pela reforma agrária contextualizando com as lutas e conquistas protagonizadas pelo MST. Em seguida discutimos como as mobilizações sociais no campo no Brasil emergiram da organização dos trabalhadores em oposição às oligarquias brasileira. Ao final apresentamos uma reflexão sobre a formação de base, e como esta se forja no seio da luta pela terra.

2.1 A história

A questão camponesa está presente em todas as sociedades, haja vista a necessidade de produção de alimentos. Entretanto, é no modo de produção capitalista – que a questão da terra e dos sujeitos do campo ganha contornos particulares.

No Brasil, o primeiro ciclo econômico e territorial das terras que passaram a pertencer à Coroa Portuguesa, ocasionando conflitos com as populações originárias da terra ocorreram em 1500 com a “descoberta” do Brasil, no contexto da Expansão Marítima Europeia no processo comercial do capitalismo (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Germani (2006), ao discorrer sobre a “descoberta” da terra, nos diz que havia uma gama de sujeitos sociais – povos originários – que utilizavam a terra e constituíam seus territórios de forma comum, usando a caça e a coleta, desconhecendo a noção de propriedade privada que viria a ser implantada com a ocupação do litoral e a retirada de madeira do Pau Brasil. A partir de então o Brasil passa a ser inserido na divisão internacional do trabalho, fixando-se como fornecedor de matérias primas e outros produtos para os seus “descobridores”.

A implantação do sistema de capitanias hereditárias e logo depois em sesmarias foi a estratégia usada pela Coroa Portuguesa para repassar aos

integrantes da elite portuguesa a tarefa de ocupar a nova colônia com investimentos vantajosos para o Império Português, haja vista que possuíam dificuldades de ocupar e colonizar um território tão amplo. Tais feitos resultaram no caráter agroexportador da economia brasileira, a partir dos plantios de cana-de-açúcar no sudeste e principalmente nordeste do país. A apropriação de imensas extensões de terras, o trabalho de negros escravos e a monocultura constituiu o tripé latifúndio-escavidão-monocultura que definiram a estrutura da sociedade brasileira do século XVI ao XVIII. É fundamental ressaltar que esse processo não se deu de forma pacífica. Houve resistência, lutas, conforme podem ser comprovadas através de movimentos de revoltas como a ¹Confederação dos Tamoios (1554 e 1567) e ²República de Palmares (1678 a 1695). Apesar disso, a estrutura da sociedade não foi alterada.

Com a cana-de-açúcar consolidada no litoral, inicia-se a ocupação do interior. A busca pelas ³“drogas do sertão” e minérios foram inicialmente os principais produtos explorados, seguido da criação de gado. Tais fatos levaram a novas rotas, vilas, cidades iam surgindo ligando o interior ao litoral. Nesse período já com o açúcar em decadência, Salvador perde o posto de capital da Colônia, Rio de Janeiro e Minas gerais se tornam os novos centros econômicos e políticos do país.

A busca por minérios, bem como as grandes fazendas de gado foram constituindo um processo de ocupação marcado pela violência contra as populações indígenas que eram mortas ou feitas de escravos. Nas grandes

¹ PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma CERTA confederação tamoio. **Mana** vol.16, no.2, Rio de Janeiro Oct. 2010 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000200007>. Acesso em: 02 jul.2020.

² REIS, JOÃO JOSÉ. Povo negro quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo (28): 14-39, dezembro/fevereiro 95/96. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39>. Acesso em: 02 jul.2020.

³ São especiarias (urucum, guaraná, cravo, canela, anil, salsa parrilha, baunilha, castanha e cacau) que aguçavam os interesses dos portugueses. Drogas do sertão. Atlas Digital da América Luso. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Drogasdosert%C3%A3o#cite_note-0. Acesso em: 02 jul.2020.

fazendas, além do trabalho escravo, homens “livres” tornavam-se agregados de fazendas numa relação de dominação e dependência.

A estrutura fundiária concentrada entre os séculos XVII e XIX forçou muitos camponeses nordestinos a migrarem para o norte do Brasil, para integrarem-se ao ciclo da borracha. Nessa região acentuaram-se os conflitos entre os camponeses pobres, caboclos e indígenas.

Com o fim do regime de sesmarias em 1822, o Brasil começava a apresentar possibilidades para “modernização”, motivado pelo processo de Independência. Nos anos de 1822 a 1850, os camponeses pobres e homens livres que tivesse acesso a terra - distante dos grandes latifúndios – produziam uma agricultura de autoconsumo. Com as discussões e lutas contra a escravidão cada vez mais se acentuando, a elite brasileira logo buscou estratégias para vetar que o trabalhador, uma vez livre, encontrasse também terras livres. Nesse contexto em 1850 é editado a Lei da Terra que continuava a manter os privilégios ao passo que proibia, criminalizava e punia os trabalhadores que não pudessem comprar e pagar por elas.

Com a utilização da força de trabalho escrava, e mais tarde por imigrantes de diversas nacionalidades, a produção de café encerra o último ciclo da economia do Brasil Império. Nesse período vai despontando a indústria dando lugar a uma sociedade urbano industrial em detrimento da agrária. Mesmo com a emergência urbano-industrial, a elite agrária mantém seu poder político.

É importante destacar que todos esses acontecimentos não ocorreram de maneira tranquila, sossegada. Podemos encontrar diversos elementos de contestação que resultaram em movimentos contrários às estruturas sócio-político-territorial que vão desde a oposição à escravização dos indígenas com a Confederação dos Tamoios até o ⁴Contestado (1912-1916), passando pela ⁵Revolta de Canudos (1896-1897) entre outras. As guerras e lutas de resistências

⁴ A Guerra do Contestado aconteceu em uma região disputada por Paraná e Santa Catarina e envolvia a insatisfação dos sertanejos com a pobreza e o fervor religioso. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

⁵ A Guerra de Canudos foi motivada pela insatisfação das elites baianas com a formação do arraial que possuía um líder religioso desvinculado da Igreja e uma experiência social com ares de igualitarismo. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

no Brasil por terra percorreram toda a história, intensificando-se no final do século XIX e em todo o século XX.

Diante de sucessivos eventos, a luta dos trabalhadores por reforma agrária vai se desenhando ao longo do século XX e se intensifica a partir do início da segunda metade desse mesmo século com as Ligas Camponesas⁶ e outras organizações de agricultores como o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e outros ligados a partidos políticos. Ao passo que os interesses latifundiários e industriais vão acentuando as desigualdades sociais, econômicas e territoriais no país elevando o êxodo rural, desemprego, fome, miséria no campo em virtude do modelo agroexportador essas organizações vão se consolidando.

Os grandes agentes da “modernização conservadora” (FURTADO, 1975) no Brasil foram os grandes proprietários. A modernização da agricultura foi se instalando paulatinamente provocando mudanças nas relações de trabalho no campo, com os grandes latifundiários mantendo o controle da força de trabalho. Com isso, as elites agrárias forçaram a insipiente burguesia avessa aos processos de democratização a modernizar-se. Isso acarretou na aliança entre burguesia industrial e elite agrária para manutenção da concentração de riqueza, poder político e terras. O que agravou a desestruturação das condições materiais de reprodução social dos agricultores familiares camponeses - terra, trabalho, autoconsumo e renda - e sustentou/sustenta o fortalecimento e a consolidação do agronegócio enquanto complexo em rede (financeiro, industrial e agrícola).

A tão fomentada modernização da agricultura continuou sob a liderança e interesse das elites agrárias, mantendo o processo e as subjetividades coletivas sob o controle de um bloco autoritário. Questão que fundamenta o amálgama das elites (revolução burguesa forjada de cima) para manutenção do poder político e econômico e a opressão social, ao passo que também dá os elementos que alimentam a luta histórica.

Sob os efeitos da modernização na agricultura, os movimentos sociais de luta pela terra vão aflorando e ganhando força ao denunciar os males do

⁶ Ligas Camponesas movimentos camponeses que eclodiram entre as décadas de 1940 e 1960 em desafio à opressão dos donos de engenho do Nordeste e das ditaduras do Estado Novo e militar. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/13/o-que-foram-as-ligas-camponesas-homenageadas-pela-marcha-do-mst/>. Acesso em: 02 jul.2020.

latifúndio, a política fundiária vigente, as insatisfações dos camponeses com a expansão do agronegócio no campo, a ausência de atuação no campo dos governos, entre outros pressionando o estado a fazer reforma agrária.

2.1.2. *A luta*

Nesse cenário de lutas, no final da década de 70, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no centro-sul do país. O MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra (MANÇANO, 2000) iniciada por todos os movimentos que o antecederam. Nessa perspectiva, o MST não pode ser entendido como um movimento que provocou ações isoladas na luta pela reforma agrária, ao contrário ele se forja no meio de outros movimentos de luta e resistência (Canudos, Contestado, etc.) em defesa da vida e reforma agrária.

Dessa forma, o MST tem seu nascimento oficializado pelos trabalhadores no Primeiro Encontro Nacional realizado entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel no estado do Paraná. No ano seguinte o Movimento realizou o Primeiro Congresso iniciando o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por todo o país. Desde então, com lemas que orientam as bandeiras de luta do Movimento, os congressos nacionais acontecem a cada 05 anos e são importantes definidores de metas, estratégias e ações do Movimento. Após 35 anos de existência o MST continua fiel, retroalimentando os seus princípios: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 1999), deliberado pelos trabalhadores no Primeiro Encontro (1984), reafirmado no I Congresso Nacional realizado no ano seguinte em Curitiba/Paraná.

Os encontros formativos com representantes de várias partes do Brasil foram se espacializando e potencializando as ocupações. Nesse processo os trabalhadores contaram com apoios fundamentais como o da Comissão Pastoral da Terra - CPT e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais. As estratégias de espacialização, bem como o apoio dessas entidades foram essenciais para a construção e expansão do movimento por todo o país.

Com o processo de redemocratização do Brasil, depois de 21 anos de ditadura, e com a ascensão ao poder de um presidente civil, aflorou a esperança dos trabalhadores que o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), proposto pelo governo Sarney (1985-1990) assentaria 1,4 milhões de famílias, conforme previa o Estatuto da Terra, entretanto, o Plano não se efetivou. Sem que houvesse o consentimento da legislação para desapropriação de terras para fins de reforma agrária a década de 80, findou-se com apenas 82.690 famílias assentadas, um número muito aquém do previsto no Plano.

O que ocorreu nos anos seguintes não passou de planos fictícios, forjados em poucas e/ou nenhuma tentativa de se fazer reforma agrária no país. Posto isso, o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) foi marcado por forte repressão ao MST. Em 1993 já no governo de Itamar Franco (1992-1995) teve-se aprovado a Lei Agrária. Com o ganho na legislação as propriedades rurais foram reclassificadas de acordo a Constituição. Esse fato garantia a ausência de impedimentos jurídicos para as desapropriações.

Sob forte apelo midiático o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), coloca-se como o maior responsável pela reforma agrária no Brasil, muito embora durante 08 anos do seu governo o que se viu foi padrão de acumulação fruto de um explícito projeto político amparado nos interesses da burguesia urbano-industrial e das elites agrárias e de uma intensa política econômica neoliberal assentada em investimentos na iniciativa privada, com violenta política agrária, expansão do êxodo rural resultante do endividamento dos pequenos agricultores, criação do banco da terra, o que gerou a destruição de políticas especiais de crédito para a reforma agrária (conquista do governo Sarney). Essas medidas acirraram ainda mais o empobrecimento das famílias, a violência no campo, entre outras mazelas. No acumulado de dois mandatos, os assentamentos que ocorreram foram resultados das ocupações do MST.

Ressalta-se que durante o governo FHC, o Brasil assistiu a dois grandes massacres contra os trabalhadores: ⁷Corumbiara (RO) em 1995 e o de ⁸Eldorado dos Carajás (PA) em 1996. Ainda que esses acontecimentos tenham custado a vida de dezenove trabalhadores, importantes lutas foram empreendidas a partir de então na busca de direito. Em 1997, Brasília foi tomada por mais de 100 mil trabalhadores rurais, que marcharam de diferentes cantos do país por dois meses para ocupar a esplanada dos ministérios na Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse evento político reanimou a opinião pública nacional ao problematizar assuntos da cidadania como, o direito a terra, ao emprego, a justiça e à vida, colocando na pauta do debate nacional a questão da desigualdade social e o modelo de desenvolvimento do país.

Passado mais de 500 anos, a chegada de um defensor da classe trabalhadora à presidência da república no início da primeira década do século XXI, amplia-se as esperanças dos trabalhadores de que Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) tornaria a reforma agrária uma realidade. Infelizmente a conciliação de classe feita pelo Partido dos Trabalhadores, aliados ao modo de governar burguês não permitiram que o governo petista avançasse na construção de uma constituinte popular, democrática e do povo, ainda que tenha sido um governo aberto ao diálogo com os trabalhadores.

Embora a questão fundiária no Brasil seja quase intocável, pode-se afirmar que apesar de todas as opressões, discriminações e perseguições sofridos ao longo de sua existência, é fundamental afirmar a potência e força que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra possui.

2.1.3. *As conquistas ...*

⁷ BARBOSA, Xênia de Castro e LIMA, Tiago Lins de. Sob jura de sangue: os massacres de Corumbiara e a luta pela terra em Rondônia. *Tempos Históricos*. Volume 22. 2º Semestre de 201. p. 132-160. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-SobJuraDeSangue-7292970.pdf>. Acesso em: 12 jul.2020.

⁸ BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. São Paulo em Perspectiva. vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec.1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400015>. Acesso em: 12 jul.2020.

As conquistas alcançadas pelo MST não resultam da vontade política dos governantes, ao contrário advém das lutas e resistência de sua organicidade. De acordo com dados do (MST, 2020) “através das ocupações o Movimento dos Trabalhadores Rurais já assentou cerca de 350 mil famílias no Brasil, o que soma-se a mais de 1 milhão de pessoas na reforma agrária vivendo de maneira digna.” (MST, 2020, p.01).

Além da conquista da terra o MST junto com outros movimentos sociais e sindicais que atuam no campo conquistaram avanços significativos na educação. Conforme dados do (MST, 2020, p.1), “200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos tiveram acesso à educação”, sendo “50 mil adultos alfabetizados, 2000 mil estudantes com cursos técnicos e superiores e mais de 100 mil em cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país” (MST, 2020, p.01). São também conquistas do MST as escolas do campo. Hoje já são “Mais de 2 mil escolas construídas nos acampamentos e assentamentos” (MST, 2020, p.01), segundo dados do Movimento (MST, 2020). Soma-se as conquistas no campo da educação, a produção acadêmica e as escolas itinerantes, importantes na luta pela espera na desapropriação de terra, nos acampamentos e assentamentos.

Através da produção orgânica e da agroecologia, o MST vem no contexto das conquistas, construindo a política de enfrentamento aos avanços agressivos do agronegócio e suas tecnologias. As sementes de hortaliças, os hortos medicinais, os sistemas agroflorestais, produção e manejo de sementes crioulas, os quintais produtivos, sistema de produção animal, sistemas de produção de cana de açúcar, casas de sementes, agroextrativismo, são experiências que vem articulando conhecimento popular e acadêmico, formas organizativas coletivas e muita luta, consolidando a política de alimentação saudável como direito fundamental. De acordo com as “estimativas internas do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, mais de 50 mil famílias produz agroecologicamente nos assentamentos” (MST, 2020, p.01). A cadeia produtiva de arroz e café do MST, por exemplo, são destaques dentro e fora do país. De acordo com dados do Setor de Produção “o Movimento produz cerca de 27 mil toneladas de arroz por safra, elevando-se a categoria de maior produtor agroecológico das Américas.” (MST, 2018, p.01).

Além das conquistas no campo da produção agroecológica, outra importante conquista nessa área foi segundo o (MST, 2018),

a implantação de cursos técnicos, tecnólogos, de graduação, especialização e mestrado em agroecologia. Desde então uma diversidade de mais de 40 cursos formais ocorreram nas várias regiões do país, formando mais de 2.000 técnicos. (MST, 2018, p.01).

No campo do escoamento da produção, outra importante conquista do MST são as cooperativas - nesse campo destaca-se entre outras a BioNatur – e as agroindústrias importantes conquistas do MST na luta pela reforma agrária. De acordo com números do (MST, 2020) são “100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações espalhadas em diversas partes do país, beneficiando mais de 350 mil famílias” (MST, 2020, p.01).

Outras importantes conquistas do Movimento vêm da cultura, lazer, esportes, destacando-se os festivais da reforma agrária, as cirandas, os campeonatos de futebol, denominadas de Copa da reforma agrária, as feiras da reforma agrária, os armazéns do MST, etc.

Entretanto, desde o ⁹“golpe” de 2016, seguido pelo então governo do presidente Jair Bolsonaro (2019), toda trajetória de luta e conquistas construídas pelo MST ao longo dos 35 anos de sua existência estão sendo destruídas ou encontram-se sob ameaças. Isso porque em atenção às exigências do capitalismo o governo não tem poupado esforços para eliminar todas as conquistas que os movimentos sociais alcançaram no bojo da luta pela reforma agrária desde a redemocratização.

É necessário compreendermos como nos últimos anos tem crescido no Brasil um levante conservador com movimento intensivo de retirada de direitos, cuja intencionalidade é aprofundar as relações desiguais ou suavizá-las com medidas paliativas.

⁹ “Golpe institucional e anti-democrático que desrespeitou a vontade de 54 milhões de eleitores e foi orquestrado pelos setores mais conservadores da sociedade, em especial o empresariado neoliberal e subserviente aos interesses das empresas Estadunidenses. Um golpe sustentado por uma campanha permanente dos grandes meios de comunicação – em especial, a Rede Globo –, e pela ação seletiva e midiática de setores do poder judiciário”. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/05/12/nota-do-mst-sobre-afastamento-da-presidenta-dilma-roussef/>

Assim, atendendo às orientações do grande capital o governo brasileiro tem criados leis, resoluções, emendas e projetos que retiram dos trabalhadores direitos historicamente conquistados. Em pouco mais de um ano de governo, foram encaminhados ao Congresso Nacional pelo presidente em exercício uma série de medidas, projetos e outros para aprovação que incide primeiramente na classe trabalhadora e nos organismos de luta que os representa. Está para ser aprovada, por exemplo, o pacote de medidas sobre o Pacto Federativo, além do PEC emergencial que trata do funcionalismo público, emenda dos fundos públicos, privatização das 17 estatais, reforma da previdência, entre outras, que afetam diretamente a classe trabalhadora. É importante salientar que entre as medidas encaminhadas pelo executivo, destacam-se ainda as alterações na Lei antiterrorismo¹⁰ (Lei nº 13.260). Com a regulamentação, as práticas dos movimentos sociais organizados passam a ser considerados crimes previstos na legislação brasileira. Contra os trabalhadores existe ainda uma proposta de lei que entre outras faz concessão de terras privadas e não coletivas. Essa medida permite que dentro das áreas de reforma agrária admita-se a compra e venda de terrenos. Isso é um indicador das táticas que os empresários do agronegócio vão usando para atingir as organizações.

Além dessas, outras medidas de retirada de direito da classe trabalhadora segue curso natural nesse governo, como as extinções dos órgãos de controle que garantiam participação dos movimentos sociais no diálogo com o governo federal; a coordenação do PRONERA não ser vinculada ao Incra; fechamento de escolas, cortes de verbas para universidades e institutos federais, entre outros. Todas essas medidas reafirmam como o governo federal tem usado a legislação e outros mecanismos da gestão pública para censurar a liberdade de manifestação, o direito de ir e vir, a participação colegiada dos trabalhadores para provocar desequilíbrio na força política e organizativa dos movimentos sociais e sindicais.

Nesse cenário de retrocessos faz-se fundamental refletir nessa pesquisa como os ataques da política neoliberal tem atingido a educação para os povos

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm

do campo, das águas e florestas. Esses ataques são estratégias do atual governo para tentar enfraquecer, barrar a luta dos movimentos sociais do campo.

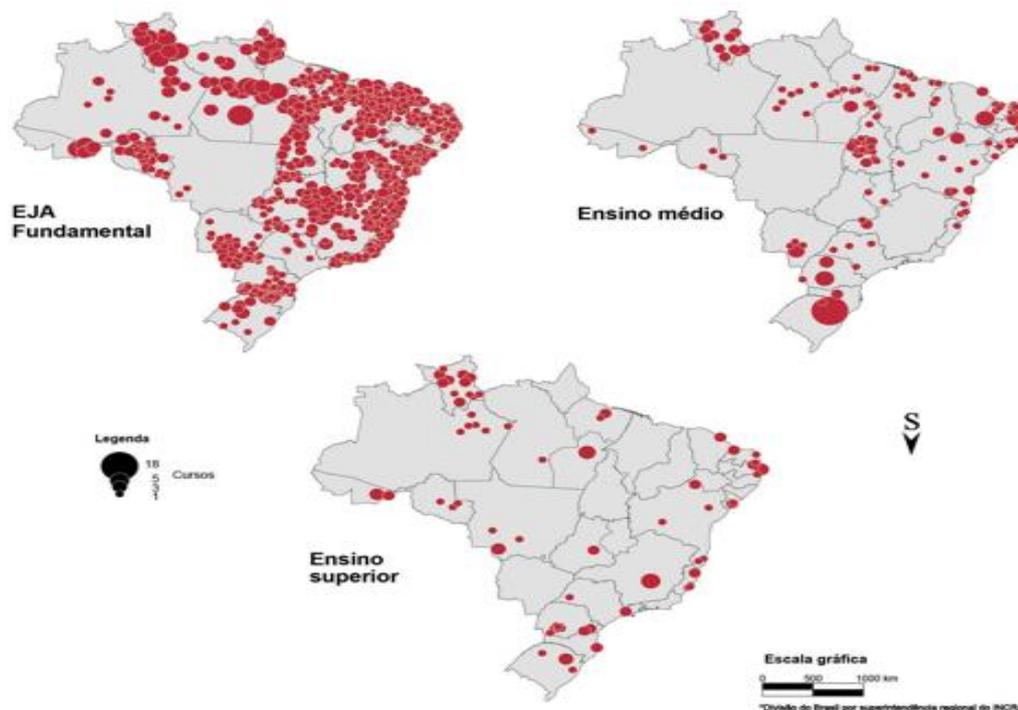
Isso tem provocado os movimentos sociais e organismos coletivos a mobilizar-se em torno da garantia da educação como direito fundamental e dever do estado. Nessa perspectiva, o debate acerca das perdas de direitos no campo educacional promovidas pelo atual governo e as conquistas na Educação do Campo nas áreas de reforma agrária de mais de duas décadas advindas através das lutas dos movimentos sociais por meio do PRONERA emerge como um potencializador da luta contra os ataques neoliberais, conforme apresentamos na próxima seção.

2.2 PRONERA: potencialidades e limites de acesso à Educação do Campo no contexto do projeto neoliberal

O PRONERA¹¹ é uma das mais expressivas conquistas dos movimentos sociais e sindicais que atuam no campo. Criado em 1998, o PRONERA vislumbrou pela primeira vez, em quase cinco séculos de Brasil, a estruturação de política pública educacional voltada para os povos do campo, resultado da demanda e mobilização dos movimentos sociais, organizações e intelectuais. Nunca antes na história do campo, das águas, florestas, quilombolas, entre outros, puderam acessar a educação como um direito básico. De acordo com a II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária – PNERA e Relatório da II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária publicada em 2015 pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), o PRONERA foi responsável pela alfabetização, escolarização fundamental, média e superior de 192 mil camponeses e camponesas nos 27 estados da federação, conforme podemos observar no mapa.

¹¹ http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf

Mapa 01 – Municípios de realização dos cursos do PRONERA por nível (1998-2011)¹²



Esses números refletem como o Brasil ultrapassou séculos de atraso na luta pela educação, tornando-a através do PRONERA uma realidade nos assentamentos e acampamentos, espalhados pelo país, modificando a vida de milhares de sujeitos. Na Bahia, por exemplo, as ações do PRONERA possibilitaram que milhares de crianças, jovens, adultos e idosos pudessem dá outros sentidos e cores à vida sofrida da roça.

O ingresso dos camponeses e das camponesas no ensino superior - espaço até então ocupado pela elite branca do país - transformou as universidades públicas que se resignificaram com as experiências trazidas por esses sujeitos. As discussões sobre Educação do Campo nas universidades

¹² BRASIL. II PNERA, Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25640. Acesso em: 20 mar. 2020.

públicas baianas iniciaram na Universidade do Estado da Bahia – UNEB em 1998 a partir do PRONERA. No ano seguinte (1999), em parceria com movimentos sociais e sindicais, a UNEB implantou o primeiro projeto de alfabetização e escolarização de jovens e adultos em áreas de reforma agrária.

De acordo com o ¹³Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – CAECDT o PRONERA na UNEB, durante esses vinte anos, atendeu 13.350 mais de jovens e adultos assentado (a)s e acampado (a)s e quilombolas em doze projetos desde a alfabetização a graduação, o que permitiu a expansão da política de Educação do Campo no interior da universidade. A Universidade Federal da Bahia¹⁴ - UFBA, foi a primeira a formar turma de Licenciatura em Educação do Campo em uma federal baiana; a Universidade Estadual de Feira de Santana¹⁵ - UEFS, formou a combativa turma de direito; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia¹⁶ - UFRB, consolidou a Educação do Campo em 2007 após a criação do Centro de Formação de Professores – CFP e hoje oferta cursos de graduação e tecnólogo em dois centros de ensino: no CFP, na cidade de Amargosa e no CETENS (Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade), localizado na cidade de Feira de Santana. Ao todo, são quatro cursos de graduação, sendo: Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias, Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza, Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática, Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo e das Águas, além do curso Tecnólogo em Agroecologia e o curso Superior de Tecnologia em Alimentos. Há ainda um curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro e o curso de pós-graduação *stricto sensu*, que oferece o único curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo do país.

No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) os cursos de licenciatura em Educação do Campo, iniciados desde 2008 foram incorporados

¹³

https://portal.uneb.br/noticias/wpcontent/uploads/sites/2/2019/03/CAECDT_cartilha_editada.pdf

¹⁴ <https://faced.ufba.br/educacao-do-campo/apresentacao>

¹⁵ <http://www.uefs.br/>

¹⁶ <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/caracterizacao-do-programa/30-historico>

ao Programa Nacional de Educação no Campo¹⁷ – Pronacampo em 2012. Através da política de editais algumas ações afirmativas conseguiram garantir o acesso e permanência de milhares de estudantes nas universidades públicas espalhadas pelo país.

Todas essas experiências materializam a conquista do direito universal à educação dos trabalhadores e trabalhadoras como princípio fundamental. Entretanto, nos últimos anos com a consolidação da política neoliberal que propõe, entre muitas de suas estratégias, uma reorganização profunda no papel do Estado e em suas relações com a sociedade civil, o direito à educação é concebido obedecendo aos mesmos critérios do capital, tendo em vista o avanço da mercantilização.

Concordamos com o pensamento de Harnecker (2018, p.10), quando afirma que,

É essencial que reconheçamos e celebremos vitórias como essas que se tornaram realidade por uma geração de dirigentes e militantes políticos/as. Mas os últimos anos têm demonstrado claramente que as lutas locais em favor da justiça e da responsabilidade são apenas uma pequena parte de uma luta muito maior e mundial contra o violento ataque neoliberal. (HARNECKER, 2018, p.10).

Os ataques e ações neoliberais nas políticas educacionais de retirada de direitos são históricos. Entretanto, nos últimos anos, têm sido violentos e acirrados.

Em 2016, no governo logo após o “golpe”¹⁸ o Incra deixou de convocar a Comissão Pedagógica Nacional, órgão representativo importante no diálogo entre o governo e os movimentos sociais. Mais tarde no início do governo Bolsonaro, o Decreto¹⁹ nº 8.243, de 23 de maio de 2014 que instituiu a política nacional de participação social, foi substituído pelo Decreto nº 9.759²⁰, de 11 de abril de 2019. A publicação extinguiu todos os Conselhos, Comissões e outros mecanismos de participação social no governo. Na sequência foram extintas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –

¹⁷ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192

¹⁸ Idem 8

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8243.htm

²⁰ Disponível em:

http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-759-de-11-de-abril-de-2019-71137335

SECADI/MEC e a Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA. Diante das sucessivas ações do governo através do Ministério da Educação para excluir a participação dos movimentos coletivos nas decisões o Fórum Nacional de Educação – FNE, as entidades representativas do FNE retiram-se das discussões, conforme apresenta o Documento Referência,

Diante desse cenário, as entidades do campo, compromissadas com a educação pública, gratuita, de qualidade e interesse popular, em um esforço plural e suprapartidário, entendem que só é possível estar no FNE se garantidas às condições de autonomia e democracia. Nesse sentido, a saída coletiva das entidades deve-se a defesa do princípio da gestão democrática na educação [...] (FNE, Documento Referência, p.03, 2018).

Salienta-se que esses espaços se constituíam em importantes conquistas dos movimentos sociais e sindicais que entre outras pautas serviam de canais de diálogo entre as organizações e o governo federal. O PRONERA foi o primeiro a sofrer os impactos dessas medidas. Os cortes de verbas foram imediatos, com isso turmas que dependiam do recurso tiveram a conclusão comprometida.

Em fevereiro de 2020 foi publicado o Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que dentre outras medidas o documento extinguiu a coordenação do PRONERA e da Educação do Campo no âmbito do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. No vai e vem da legislação, mais recentemente foi publicada a Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020 revogando o Decreto anterior alegando incompatibilidade da estrutura Regimental no quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança com o Regimento Interno do Incra. Assim o PRONERA se manteve no INCRA, onde será gestado por meio da Divisão de Desenvolvimento e Educação nos Assentamentos – DDA-2, conforme expressa o item 3.2 do Regimento do Incra. Percebe-se como o ataque a educação dos povos do campo pelo atual governo é também estratégia de tentar enfraquecer a luta dos movimentos sociais do campo. Observa-se com tudo isso como as demandas sociais saíram da agenda de governo, pois a pauta política nos últimos anos está centrada em outras questões, principalmente do setor financeiro.

A retirada de direitos através da legislação são características dos governos de direita com maioria parlamentar para remover direitos dos trabalhadores em obediência ao neoliberalismo que de acordo com Harnecker

(2018, p.36) “empobrece a grande maioria da população de nossos países, os empobrece do ponto de vista socioeconômico e do ponto de vista de sua subjetividade”, seja na educação, políticas sociais, etc.

Tudo isso tem provocado cada vez mais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao debate teórico, construindo no interior dos acampamentos e assentamento processos educativos de enfrentamento as forças neoliberais, com outra ótica de campo e educação.

2.3 Educação do Campo e as interfaces com a Pedagogia do Movimento: concepções e princípios formativos

A sociedade capitalista urbanocêntrica inseriu no imaginário social que os povos do campo não precisavam estudar para desenvolver o seu trabalho na terra. Contribuindo para a reprodução de uma sociedade marcada pela marginalidade social e um processo de exclusão perverso que, ainda hoje submete homens e mulheres do campo ao analfabetismo, baixa escolaridade, subserviência política, subalternação, entre outros.

Historicamente, as políticas educacionais brasileira foram centradas nos objetivos da sociedade urbana, industrial e da chamada “modernização. É fato que o modelo educacional desenvolvido no Brasil, gerou conforme aponta Arroyo (2014) “a produção dos outros como inexistentes”. Se por um lado as estruturas sociais e políticas (re) produziram no campo o descaso com a educação, por outro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem no seio da luta por reforma agrária construindo outra proposta de educação em oposição ao modelo hegemônico.

Na tensa trajetória de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por reforma agrária no Brasil, emerge a luta por Educação do Campo. Nessa conjuntura, o movimento percebe que somente ocupar a terra, não se fazia suficiente para continuar nela, produzindo. Essa tomada de consciência tenciona o MST a empreender a luta por educação, contrário ao modelo hegemônico de educação historicamente reproduzido no campo.

Para entendermos as dimensões que envolvem essa relação é necessário compreendermos o movimento político, a luta de classe e resistência contra dois projetos educacionais em permanente disputa: o capitalista - defendido pelo

agronegócio, assumido, implementado e legitimada pelo Estado - e o Movimentos dos trabalhadores Sem Terra que defendem o campo como espaço de produção da vida onde a educação, é matriz indissociáveis da luta por um novo projeto societário.

A expansão capitalista no campo se manifesta de diferentes formas: êxodo rural, fome, miséria, fechamento de escola, uso de agrotóxicos, produção de doenças, expressão máxima de desigualdades sociais, expulsão e subordinação do camponês ao capital. Esta realidade aponta para a marginalização dos povos do campo, bem como para a concepção hegemônica de educação fomentada pelo agronegócio que concebe o campo como espaço produtor de mercadorias, cujo interesse econômico está na renda da terra. Nessa perspectiva a intenção é formar indivíduos que estejam aptos para assumir competências para o mercado de trabalho. O modelo defendido não se interessa pelo debate sobre a reforma agrária, luta de classes, disputa de território e projetos, identidade camponesa que são referenciais fundamentais para a compreensão dos conceitos e princípios que movem as contradições presentes no campo. A educação ofertada mantém homens e mulheres subservientes às políticas de campo, educação e negócio que desconsidera as identidades, culturas, processos de formação, organização e produção, negando aos sujeitos do campo direito ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades intelectuais, críticas e reflexivas que movimentam e dão sentido às suas existências.

A territorialização da educação do agronegócio enfatiza um único modelo de educação possível e viável para o campo, assim incorpora discursos que vão da garantia da geração de empregos e renda, a sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Entretanto, a ideia central do projeto defendido pelos capitalistas torna os trabalhadores refém de uma marginalidade perversa operada pelas elites latifundiárias que os controla como forma de domesticação dos trabalhadores.

Ademais, este projeto de campo tem sido responsável pela redução da diversidade genética. Estima-se que no século passado mais de 75% da biodiversidade agrícola tenha sido extinta e que 12,5% das espécies de plantas estejam ameaçadas de extinção (MONEY, 2002). O agronegócio também é

responsável pelo aumento da erosão e da desertificação do solo, ao desmatar 13 milhões de hectares por ano (GRAIN, 2019). Esses indicadores revelam a fragilidade que o Brasil possui frente ao capital estrangeiro. Sauer e Leite (2012) apontam que há uma expectativa que esses números aumentem em virtude do,

Gradativo crescimento de compras de terras no Brasil por estrangeiros, paralelo a um aumento do número de fusões e aquisições entre empresas nacionais e estrangeiras que passam a controlar a produção de commodities internacionais, sobretudo, dos agrocombustíveis. (SAUER; LEITE, 2012, p 503).

O apreço brasileiro pela estrangeirização da terra, aliados às iniciativas de liberalização do uso indiscriminado de agrotóxicos pelo Estado, reafirmam o controle e dominação do agronegócio sobre os meios de produção. Segundo Sauer e Leite (2012), no Brasil a “participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão, que era de 16% em 1995, sobe violentamente para 57% em 2005.” (SAUER; LEITE 2012, p 509).

Já no controle de agrotóxicos, o processo é ainda mais grave, o estudo de Bombardi (2011, p.01) mostrou que,

92% do faturamento líquido (15 bilhões de reais) obtido em 2010 pelas indústrias produtoras de agrotóxicos foram controlados por empresas de capital estrangeiro: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel). (SAUER e LEITE, 2012, p.01)

É importante destacar nesse processo a função legitimadora do Estado no fomento à educação que serve e reflete o projeto do agronegócio, uma vez que nega a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, quando abre possibilidades para que grandes empresas possam com o recurso público atuar, promovendo a concentração da terra, a exploração e expulsão dos trabalhadores do campo, impondo uma ideologia mercadológica como única, possível e viável.

Na contramão do processo histórico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresenta à sociedade uma outra leitura de campo enquanto espaço de produção da vida e de educação como promotora de reflexões acerca

do trabalho, da cultura, da identidade e das condições materiais de existências dos seus protagonizadores.

A concepção de Educação do Campo nasce no contexto de luta pela terra tendo de acordo Lima (2017, p. 93) “como fundação primeira o debate da Educação emancipadora com vista a contribuir na edificação de um novo projeto de campo enquanto espaço de vida e de trabalho apropriado e socializado pela classe trabalhadora.”.

Na concepção de educação aqui assumida destacam-se como atividades humanas específicas ou como matrizes formadoras fundamentais: o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. (CALDART; STEDILE; DAROS, 2015, p.124).

Assim, o modelo de educação que se propõe,

Recria o campo por que por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente (BRASIL, 2012, p.33).

Diante disso, a concepção de educação proposta para o campo rompe com as estruturas tradicionais de educação, haja vista que a formação dos sujeitos vão além das abordadas nos conteúdos didáticos da escola tradicional. Nessa perspectiva o trabalho constitui matriz formadora fundamental nos processos pedagógicos que relacionados à cultura, a terra, o meio ambiente, à luta social pela organização coletiva, constituem a identidade e a vida no campo dentro das contradições da sociedade capitalista.

Para o MST a formação dos sujeitos é elemento fundamental de sustentação da luta dos trabalhadores (a)s e coloca-se numa relação antagônica às concepções de formação hegemônica e ao projeto de educação proposta aos trabalhadores pelo capital. Nessa perspectiva a educação é compreendida como instrumento de luta, cujo propósito é a formação para a problematização e a transformação das relações sociais constituídas na valorização do ser humano e de suas trajetórias, nas vivências sociais e culturais nos espaços onde vivem, recria suas histórias, reconstrói suas identidades com a terra e com a comunidade, onde de forma crítica e problematizadora, a partir da leitura de sua

realidade constrói/produz sua própria história, onde de maneira consciente se insere no mundo (FREIRE, 1996).

O MST compreendendo o significado da educação e motivado pelo Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária em 1987 e pelos resultados que dele resultou tomou para si o compromisso de organizar o trabalho de educação escolar nos acampamentos e assentamentos. Daí de maneira quase que natural, nasce no estado de origem do MST o Setor de Educação cuja,

A função principal [...] seria (como tem sido) articular e potencializar as lutas e as experiências educacionais já existentes, ao mesmo tempo que desencadear a organização do trabalho onde ele não havia surgido de forma espontânea, ou nos assentamentos e acampamentos que fossem iniciados a partir daquele momento. (CALDART, 2012, p. 254-255).

A matriz de formação proposta pelo MST é orientada pelos princípios filosóficos que tratam da visão de mundo, das concepções gerais em relação à pessoa, à sociedade e à educação do Movimento. Os princípios filosóficos que norteiam o processo educativo são os mesmos que fundamentam a organização. Assim, a educação para a transformação social tem no processo pedagógico a potencialização para o trato de questões políticas, com vistas à construção de uma nova ordem social, fundamentada em valores humanísticos e socialistas. Ao propor princípio filosófico à educação para o trabalho e a cooperação o MST apresenta como preocupação que as práticas educacionais não devem estar desassociada da luta pela terra e dos desafios das realidades vivenciadas nos acampamentos e assentamentos. Logo, as questões a serem resolvidas, bem como a busca por soluções devem ser pautadas coletivamente, além dos princípios filosóficos que orientam para uma educação omnilateral, onde sejam trabalhadas em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana, tendo como elemento fundamental a realidade social em que a ação humana acontece.

A partir dos princípios filosóficos, foram estabelecidos pelo Setor de Educação os princípios pedagógicos para orientar a proposta de educação do MST (CALDART, 2012), a saber:

- I. Relação entre prática e teoria;

- II. Combinação metodológica entre ensino e capacitação;
- III. Realidade como base da produção do conhecimento;
- IV. Conteúdos formativos socialmente úteis
- V. Trabalho como princípio educativo;
- VI. Vínculo entre processos educativos e processos políticos;
- VII. Gestão democrática ou participativa.

Tanto os princípios filosóficos e educacionais como a concepção de educação defendida pelo MST marca a história da educação no Brasil ao assumir as perspectivas da pedagogia socialista e da educação popular, tendo no educador Paulo Freire um de seus principais expoentes.

Portanto, se por um lado tem-se o modelo capitalista de educação que se articula com o Estado e transforma o sujeito do campo em mercadoria, por outro temos o MST e outros movimentos sociais e sindicais do campo que nas últimas décadas vem disputando com as forças do agronegócio, burguesia e Estado outro projeto de educação que promova mudanças estruturais na sociedade.

2.4 Mobilização social e formação de base do MST

Ao percorremos a bibliografia que trata da categoria teórica mobilização social, vamos perceber que apesar de no campo acadêmico a categoria não ser o centro das agendas de pesquisa, movimentos insurgentes foram se constituindo dentro e fora das academias tencionando pesquisas com a temática. Experiência tendo como base a educação popular, vem contribuindo há décadas com estudos sobre mobilização social na América Latina. Com o avanço das ações dos movimentos sociais no século XX essa categoria começa a aparecer a partir do termo mobilizar no sentido de dar movimento a alguma coisa. Entretanto, ao recorremos ao dicionário de política, organizado por Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998), em busca de significado para a palavra mobilização vamos nos deparar com a atribuição de dois sentidos ao verbete: política e social. Enquanto a “mobilização política indica o processo de ativação das massas por parte dos governantes, a mobilização social ganha sentido de ativação de grupos com vistas a mudanças de comportamentos ou adesão a

programas ou projetos sociais.” (BOBBIO, MATEUCCI; PASQUINO 1998, p.765). O significado de mobilização social destacado pelo autor, como podemos observar faz um forte apelo a participação do outro numa dada ação social num sentido figurado.

A partir dos anos 70 vários autores das ciências sociais passam a usar a categoria mobilização social no campo das teorias sobre movimentos sociais. De acordo com Gohn, 2008, (*apud* TORO, 2007, p. 449), "mobilização social é o envolvimento ativo do cidadão, da organização social, da empresa, nos rumos e acontecimentos em nossa sociedade. Ela se traduz em pequenas ou grandes ações e pode ser desempenhada de diferentes formas". O autor trata o processo de mobilização social como um instrumento para "convocar vontades". Quando há um movimento que luta por determinadas causas, os sujeitos envolvidos buscam “mostrar o problema, compartilhá-lo, distribuí-lo, para que assim as pessoas se sintam corresponsáveis por ele e passem a agir na tentativa de solucioná-lo.” (HENRIQUES, 2007, p. 31).

Nessa perspectiva, ao considerarmos a mobilização social como um processo de “convocação de vontades”, observa-se que há um envolvimento coletivo dos sujeitos com desejo de provocar mudanças na realidade com propósitos comuns, assim buscam compreender do ponto de vista da democracia participativa, perspectivas mobilizadoras por parte dos diversos segmentos da sociedade que mesmo tendo objetivos e características distintas, integram um conjunto de práticas sociais que buscam aumentar a participação dos sujeitos para atuarem na realidade onde vivem.

A mobilização social nesse sentido passa a ser de acordo com Gohn (2008 *apud* TORO, 2007, p.449) “o centro de um plano estratégico de atuação na realidade social visando provocar mudanças de comportamento”, onde pessoas e grupos são convocados a se unir em torno de objetivos comuns. Para Henriques (2002) as,

[...] reuniões de sujeitos definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público (HENRIQUES *et al.*, 2002, p. 36).

É importante ressaltar que os objetivos que direcionam e determina a mobilização precisa atender a demandas de interesse coletivo, conforme observa Toro e Werneck (1996), “a mobilização pressupõe uma convicção coletiva de relevância, ou seja, que convém a todos”. Ter clareza dos objetivos da mobilização é “condição para que determinado problema seja reconhecido como afeito ao âmbito coletivo, e não individual.” (HENRIQUES, 2010, p. 71).

Isso pressupõe envolvimento efetivo, compartilhamento de responsabilidades e opiniões, engajamento dos sujeitos coletivos na luta pela causa defendida. “Ocupar todos os espaços de poder com ações de resistência representa o exercício necessário para a transformação da realidade” (PONTES, 2012, p.727). Além de vontade e disposição dos sujeitos coletivos para vencer desafios e barreiras, devem possuir objetivos comuns, condição fundamental na construção de caminhos para alcance dos resultados pretendidos. A mobilização social é uma importante ferramenta de fortalecimento da cidadania ativa e de construção de uma sociedade democrática, cuja realização só acontece se os objetivos propostos forem convertidos em ações coletivas de interesses comuns.

As mobilizações sociais no campo em torno da luta pela terra no Brasil emergem dessa “convocação de vontades” dos trabalhadores em oposição às relações desiguais produzidas no campo pelas oligarquias.

No Brasil, conforme vimos no capítulo I, desse trabalho historicamente prevaleceu a desigualdade do acesso à terra, consequência direta de séculos de organização social patrimonialista com predomínio de grandes latifúndios como sinônimo de poder. Dada à concentração fundiária, as camadas menos favorecidas como escravos, ex-escravos ou homens livres de classes menos abastadas teriam maiores dificuldades à posse da terra. Então, a luta pela sobrevivência e o confronto direto ou indireta com os interesses latifundiários do Brasil colonial da monocultura ao do agronegócio do século XXI, constitui o movimento no qual os grupos se mobilizam e através de bandeiras de luta, reivindicações e frentes de atuação se articulam e engendram a luta pela terra e por outros direitos.

Desse contexto, nasceram importantes movimentos de organização social no país como as colônias (1729) no sul do Brasil, constituídas em sua maioria

por imigrantes europeus, as Ligas Camponesas²¹ (1950) no nordeste, em especial em Pernambuco e bem anterior os Quilombos²² e o movimento de Canudos²³ (1896 – 1897), este especificamente no sertão da Bahia.

Inegavelmente todos estes processos de organização social serviram como referência para que outras formas de organizações fossem se constituindo como associações rurais, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, cooperativas rurais e os movimentos de luta pela terra, dentre eles o MST, conforme veremos a seguir.

2.4.1 *MST e sua organicidade*

Na formação organizativa do MST não há hierarquia. “É a dinâmica que possibilita a existência do Movimento enquanto organização social” (MST, 2009, p.25). Em sua organicidade todos os membros são igualmente importantes, assim como suas opiniões e sugestões. A participação coletiva em todos os aspectos da organização é o que torna os trabalhadores e trabalhadoras conscientes das decisões e ativos nos processos dialógicos para elaboração de propostas e definição de estratégias e táticas de luta. Dessa forma,

Para construir a organicidade se faz necessário: ampliar a participação, elevar o nível de consciência, formar militantes, com o objetivo de envolver, de forma consciente, o conjunto das pessoas pertencentes ao Movimento em suas discussões, ações e decisões. A organicidade existe quando todos se envolvem na tomada de decisões e ações de maneira consciente e crescentemente participativa. (MST, 2009, p. 25).

A organicidade no Movimento é a mola propulsora na estrutura organizativa do MST. Ela é responsável por manter os núcleos de base, setores, brigadas, coordenações e direções dialogando entre si e com as demais instancias, estabelecendo relações. A organicidade é segundo Caldart o que,

[...]indica no Movimento o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a

²¹ Idem, 06

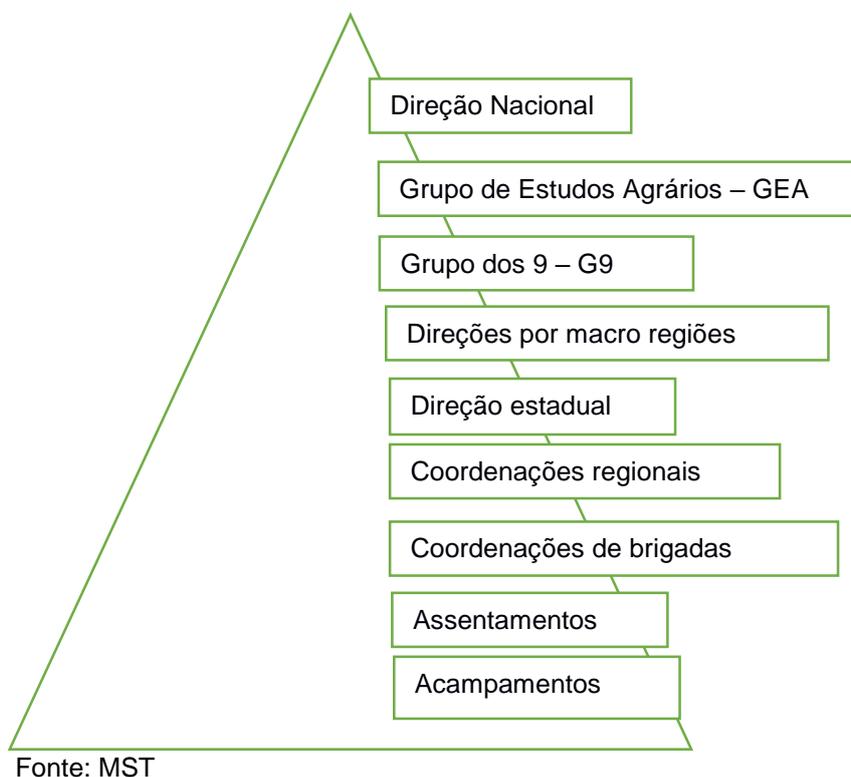
²² História dos quilombos" em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2020. Acesso em: 05/08/2020 às 05:31. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p2.php>

²³ Idem, 05

direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e descendentes capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões. (CALDART, 2000, p. 162).

O MST está espalhado nas cinco regiões do Brasil, com atuação em 24 estados. Os espaços de discussões e decisões coletivas são instâncias fundamentais no processo de organização das lutas. Desse modo, o Congresso Nacional do MST que acontece a cada cinco anos é o espaço de decisões coletiva mais importante do movimento, cuja proposta principal seja avaliar o período anterior, bem como decidir as linhas política de atuação para os próximos cinco anos.

Figura 01 - Pirâmide Organizacional do MST



Direção Nacional – composta por 02 representantes da direção nacional, representantes do setor nacional, mais o Grupo de Estudos Agrários - GEA.

Grupo de Estudos Agrários – Agrega os dirigentes nacionais e os estudiosos (teóricos) do MST

Grupo dos 9 – Composto por representantes do Setor de Frente de Massa por região do Brasil

Direção Macro Regional - composta por 02 representantes da direção nacional, mais os representantes do Grupo dos 9, mais os articuladores regionais;

Direção Estadual – Agrega 02 dirigentes nacionais, mais os articuladores regionais, os dirigentes de brigadas, os representantes dos setores estaduais, mais 01 representante do Grupo dos 9;

Coordenação Regional – 01 articulador da direção estadual, 02 dirigentes de brigada, 02 representantes dos setores regionais;

Coordenação de Brigada – Composta por 02 dirigentes da direção estadual, 02 coordenadores dos assentamentos e acampamento, 02 representantes do setor de brigada;

Assentamento – 02 coordenadores de área, 02 coordenadores de núcleo de família, 02 representantes de setor.

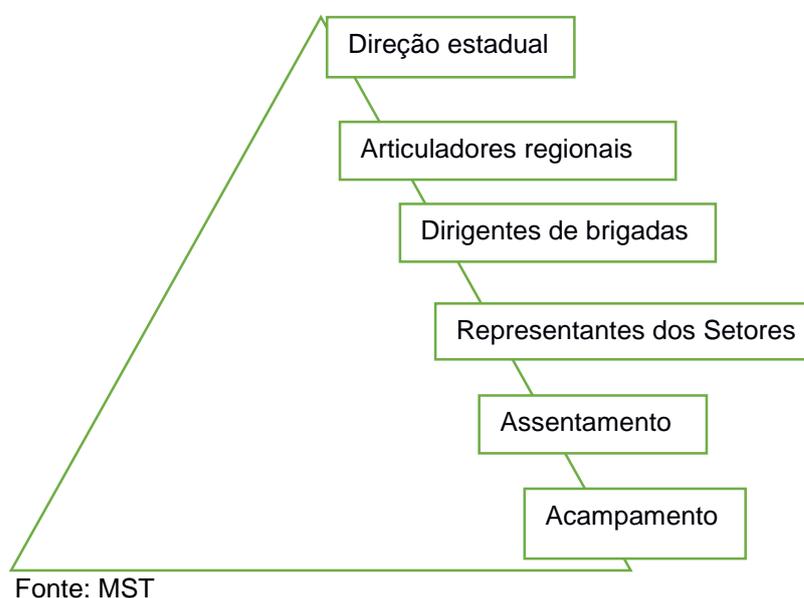
Acampamento – Segue a mesma forma de organização do assentamento.

Cada uma dessas estruturas organizativas tem a função de influenciar o processo de luta para alcançar transformações sociais e políticas com vistas à garantia de direitos iguais para homens e mulheres.

2.4.2 Formas organizativas do MST na Bahia

No estado da Bahia a direção é composta por dois dirigentes nacionais, os articuladores estaduais, os dirigentes de brigadas, os representantes dos setores estaduais. Já as regionais são formadas por dois dirigentes membros da direção estadual, dois coordenadores de assentamentos e acampamentos, mais representantes de setores. As brigadas são formadas por um articulador da direção estadual, dois dirigentes de brigadas e dois representantes dos setores regionais. Os assentamentos são formados por dois coordenadores de área, dois coordenadores de núcleo de famílias, mais dois representantes de setores. O Acampamento segue a mesma estrutura organizativa do assentamento.

Figura 02 - Pirâmide organizacional do MST na Bahia



No estado a divisão do movimento é feito por regionais. Estas se estruturam como canais de articulação entre a direção estadual, as brigadas, assentamentos e acampamentos, base do movimento.

Nessa perspectiva, “estratégia do movimento era ampliar a participação das bases nos processos decisórios e manter a luta pela reforma agrária em evidência” (MST, 2005b), portanto, é fundamental considerar que o modelo de organização do MST, nos acampamentos e assentamento passa, necessariamente, pela compreensão do funcionamento das brigadas, cuja função principal da regional é orientar o funcionamento das mesmas, uma vez que estas se constituem elemento fundamental no processo de decisões em nível estadual.

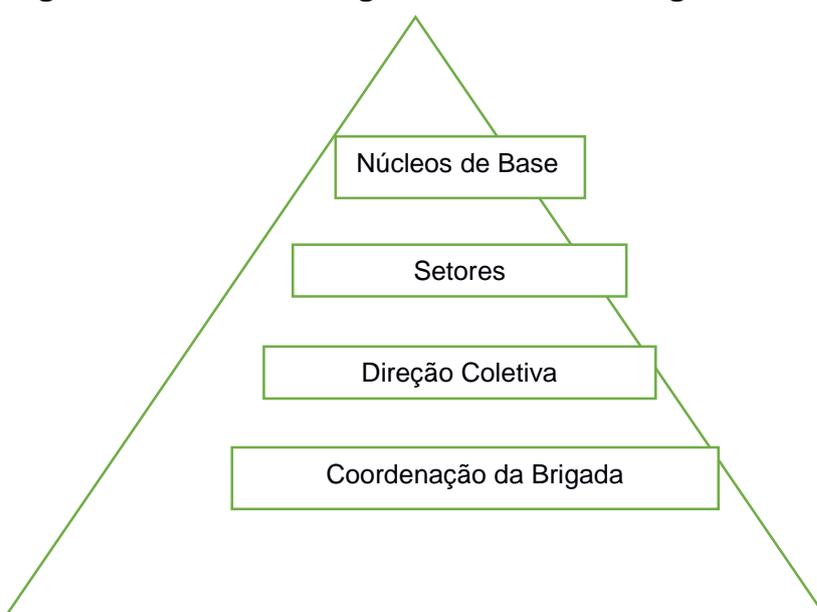
2.4.3 Estrutura e funcionamento das brigadas

Os assentamentos e acampamentos são a base do movimento Sem Terra. Nessa perspectiva as brigadas foram criadas com objetivo de “permitir uma maior participação de homens e mulheres e facilitar a multiplicação de lideranças” (MST, 2005a). Devido às dimensões continentais do país, cada

estado é responsável pela organização de suas brigadas de acordo com a realidade geográfica de cada região.

A expressão brigada remete a peças de uma organização que desenvolve tarefas diferentes, mas possuem objetivos iguais ou semelhantes.

Figura 03 - Pirâmide organizacional das Brigadas



Fonte: MST

As brigadas no estado da Bahia compreendem os:

1. **Núcleos de Base** formado na maioria das vezes por 10 famílias e que são coordenados por um homem e uma mulher que são responsáveis pelas discussões coletivas das necessidades de cada área;
2. **Setores. É composto pelo Setor** de frente de massa, produção, educação, formação, saúde, gênero, comunicação, cultura, direitos humanos, LGBTQI+ comercialização e juventude. Cada setor é composto em média por 10 representantes. Cada representante é responsável por três a cinco núcleos de famílias. A criação dos setores tem por objetivo orientar e ajudar os membros nas orientações dadas pelo movimento;
3. **Direção Coletiva.** Os dirigentes têm a tarefa de repassar os informes aos coordenadores de núcleo que por sua vez é composto por dois coordenadores (a)s;
4. **Coordenação da Brigada.** Essa coordenação tem como função principal planejar as atividades para crianças, jovens, adultos, idosos, fazer com que os

lotes e os créditos cumpram sua função social: desenvolver econômica, política, social, cultural e ambientalmente os assentamentos (MST, 2005a). A coordenação é composta por todas as pessoas responsáveis por alguma função nos núcleos ou nos setores, e pela direção, incluindo coordenadores de cada núcleo, representantes de cada setor e mais os membros da direção da brigada de acordo a realidade de cada local.

Dessa maneira, as brigadas são elementos fundamentais na estrutura organizativa do movimento uma vez que potencializa as relações entre as lideranças e a base do movimento, descentralizam as decisões, aumentam a participação e ainda ampliam o número de lideranças.

2.5 Formação de base no MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra continua existindo e ampliando sua força política, apesar das intensas e variadas tentativas e ofensivas neoliberais de criminalizá-lo. Isso se deve, dentre outros elementos, ao fato do MST agregar a luta pela terra a formação humana e política dos seus militantes, empoderando-os da consciência crítica e da necessidade de se lutar, não apenas por terra, mas por transformações na estrutura da sociedade, com garantias de direitos humanos, sociais, civis e políticos.

Ao analisarmos as imbricações entre formação humana e política vamos perceber como o MST forjou seu projeto educativo de formação da militância ao longo de sua existência. Nesse sentido faz-se necessário compreender a concepção de formação humana e política que mobiliza a formação dos Sem Terra.

A compreensão de formação humana defendida pelo MST articula-se com a formação para o trabalho, tendo o trabalho como princípio educativo em sua relação entre teoria e prática. O projeto educativo de formação é fundamentado na perspectiva da humanização e do confronto revolucionário contra os processos desumanizantes neoliberais. De acordo com Caldart (2001a., p. 212), “[...] a trajetória histórica do MST pode ser interpretada como sendo o processo de formação do sem-terra brasileiro, na constituição específica do sujeito Sem

Terra.”. No mesmo viés ainda segundo a autora, a formação do sujeito Sem Terra:

[...] pode ser interpretado como um processo de formação humana, e mesmo como a materialização de um determinado modo de produção da formação humana, cuja matriz é o próprio Movimento como sujeito e princípio educativo. (CALDART, 2001a, p.212),

A concepção de formação interpretada pela autora tem base histórica, materialista e dialética considerando as condições de existência social em que cada ser humano se forma. Nessa mesma direção o MST (1996) assenta sua concepção de formação humana do sujeito Sem Terra do Movimento,

Estamos defendendo então que a educação no MST assuma este caráter de omnilateralidade, trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer. (MST, 1996, p. 8)

Há nesse sentido, a compreensão de que se tem no Movimento um sujeito ativo, que interage e age em suas diversas situações e necessidades porque a realidade não está acabada, pronta, nem é imutável, ao contrário se movimenta, e esse movimento, em suas variáveis, contribui para formar as diversas dimensões do sujeito Sem Terra por meio de seu pensar sobre a sociedade e sua realidade.

O MST, por meio da luta pela terra, dinamizou também os elementos da formação política, de modo que seus militantes também pudessem se envolver no projeto de luta social em prol de sua libertação e contra da violência social dos projetos neoliberais dos governos que os oprime.

Quanto ao caráter político do Movimento, Stédile afirma que:

[...] ele sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. (STEDILE, 2005, p. 35-36).

Nessa perspectiva a formação da militância se efetiva também por meio da formação de valores contrários a lógica vigente, fato que reforça as estratégias de luta contra hegemônicas do Movimento no âmbito da formação dos seus sujeitos. Ao construir a formação política da militância, por meio de práticas e valores diferentes daqueles que circulam na sociedade de classes, o Movimento oportuniza aos seus sujeitos construir uma visão de mundo crítica ao capitalismo e a construção de novos horizontes na perspectiva de que outra sociedade é possível, desde que se lute por ela. Na mesma direção, converge o pensamento de Martins (2004, p.48), segundo a qual, o MST ao fazer parte de uma sociedade de classes e lutando contra ela “educa as novas gerações, procurando constituí-las como sujeito político e histórico e participante da construção de uma contra hegemonia”.

O contexto da luta vai gestando a formação política da militância. Os cursos de formação de quadros que foram se desenvolvendo, desde o início do Movimento, eram articulados essencialmente pela Igreja Católica, através do Movimento da Teologia da Libertação e do Movimento Sindical. As reflexões em torno da formação política, de acordo com Silva (2004, p. 43), fundamentavam-se no “conceito de autonomia e libertação a partir de leituras bíblicas e da análise da problemática social, na qual os integrantes estavam inseridos.”

Com o refluxo desses movimentos na década de 90, bem como o avanço das políticas neoliberais no Brasil, o MST passou a ter urgência em potencializar a formação política da militância para desenvolver a organização, assim assume a responsabilidade pela formação de seus quadros, com intensivo trabalho de base. Esse de acordo com Pizetta (2007b) o “principal instrumento pedagógico no processo de formação das massas.”

A política de quadros é compreendida como o estabelecimento de conexões para ligar o trabalho na base ao projeto societário defendido pelo MST. Assim a formação política atende aos diferentes níveis da organização e são destinados a todos desde a base com seus militantes até os dirigentes, sendo esta, completa e permanente. Ressalta-se que a formação se desenvolve no interior das diversas atividades realizadas como reuniões, assembleias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, trocas de experiências, visitas de estudos, não se restringindo aos cursos de formação.

Para construir quadros com capacidade política de dirigir e liderar os acampamentos e assentamentos, a formação dos sujeitos precisa ser forte, funcional e permanente. Sobre a formação dos Sem Terra Bogo (2003, p. 182) descreve,

A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; o processo de formação deve refletir e construir uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina, honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, corrigir e eliminar vícios, dedicação à causa e à organização; os programas de formação devem incluir trabalho prático e teórico e desenvolver a mística, a disciplina e a emulação; os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultarem em firmeza ideológica dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST. (BOGO, 2003, p.182).

A formação política forjada no Movimento cria as estruturas para que homens e mulheres assumam o compromisso de percorrer a base, problematizando-a e construindo caminhos para formação de novos militantes.

Sobre o trabalho de base, Bogo (2009, p. 122) assevera, que “faz parte da estrutura que sustenta a organização, ela é quem acumula a força e carrega a consciência da mudança. Nela se firma a direção como complemento.”. Nessa perspectiva a primazia do trabalho realizado na base reside na força política da formação de quadros como elemento motriz para construção processual de educação, práticas, valores, ideologias, bem como ações, que se traduzam em possibilidades reais no avanço da luta social do Movimento.

O trabalho de base para formação de quadros deve considerar as condições objetivas de existência e a materialidade da realidade cotidiana vivenciadas no interior da luta como resultantes dos processos históricos e das contradições endógenas e exógenas de cada local. E que essas condições influem e determinam a necessidade da formação e o nível de consciência dos sujeitos no interior dos acampamentos e assentamentos. Entretanto, Pizetta (2007b, p. 86) destaca que o processo de formação não deve ficar restrito ao

“conhecimento da realidade”, é preciso, continua o autor contribuir “para o ‘desvelamento’, para a interpretação e para o conhecimento dessa realidade que está além das aparências.”. Para alcançar os objetivos propostos, faz-se necessário que os processos formativos vivenciados, transformem a realidade, através de ações concretas. A formação (forma de ação) é aquilo que dá forma e consistência ao trabalho de base (BOGO, 2009), e dessa forma, só terá sentido se, além de organizar os sujeitos, também os ajude a transformar a realidade.

Nessa mesma direção, Pizetta (2010, p.02) assevera que a formação de quadros:

[...] deve contribuir para formar/construir força social, força política. É um requisito fundamental para acumular força. E força social é povo organizado; força política é povo cada vez mais consciente e organizado. Por isso, a formação deve estar voltada para preparar organizadores do povo. Não se pode resolver a pobreza, suas causas e consequências sem dar poder ao povo. E dar poder ao povo é dar conhecimento e ampliar sua participação na vida política, social, cultural da sociedade. (PIZETTA, 2010, p. 02).

A política de formação de quadros é para o MST a força mobilizadora da organização da base, dos militantes e dirigentes e está presente na organização desde os primeiros acampamentos, quando os trabalhadores se reuniam em assembleias para discutir seus problemas em busca de soluções. Ao passo que essas discussões foram se consolidando, passaram a ser organizadas em cursos de formação, surgindo, assim, o setor de formação do MST responsável por articular a formação política de seus militantes e simpatizantes também chamados “amigos do MST” (PIZETTA, 2004).

Entretanto, a formação política dos Sem Terra não é atribuição somente do setor de formação. “Todos os militantes e dirigentes devem ser formadores de base e de novos militantes por intermédio de sua práxis” (MST, 2001, p. 111) aqui entendida como discurso e prática política-organizativa. Para “buscar uma maior unidade e qualificar essa práxis” (PIZETTA, 2007b, p. 246), a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), emerge como um espaço de articulação das diversas iniciativas e experiências dos movimentos sociais e políticos destinada à formação de “intelectuais orgânicos” (MST, 2005b, p. 29) da classe trabalhadora.

Os processos e os espaços em que se dão a base para formação social e política dos Sem Terra do MST, assim como a força motriz que o movimenta, é o que veremos nas próximas seções.

2.5.1 *A itinerância das Marchas dos Sem Terra*

Para o MST os processos de luta pela terra estão para além da sua conquista. Desse modo, as ações desenvolvidas pelo Movimento convertem-se em elemento estratégico que vai além da conquista de um assentamento “é a situação política e social que determina, de maneira direta e imediata, as condições e as tarefas da ação” (HARNECKER, 2012, p. 89). As Marchas inserem-se nesse contexto. Presente no movimento desde sua gênese as Marchas é uma forma de mobilização para chamar a atenção do Estado e da sociedade sobre a necessidade de se fazer reforma agrária. Para o MST (2018),

Marchar é mais que andar, é tornar visível as pessoas e a situação de um povo que busca transformação social. É denunciar e anunciar. É construir a unidade e diálogo entre as pessoas que marcham, mas também com a sociedade por onde passam as colunas de marchantes. (MST, 2018, p.01)

Em diferentes períodos e cultura as marchas sempre tiveram presentes na história da humanidade, como forma de mobilização social com intenções e sentidos diversos, conforme observa Chaves (2000, p.19)

“A grande marcha do sal” organizada por Gandhi, em uma cruzada pacífica pela libertação da Índia; “a grande marcha”, de caráter militar, organizada por Mao Tse Tung, na China; a marcha promovida por Martin Luther King, a favor dos direitos civis da população negra americana; a “Coluna Prestes”, empreendida pelos tenentistas brasileiros no início do século são uns poucos exemplos da diversidade de que se reveste a manifestação coletiva.

Nesse sentido, o MST recupera as marchas como um espaço contra-hegemônico da luta camponesa para chamar à atenção da sociedade para a realidade em que vive o povo no campo e as tornam um instrumento político de transformação social que possibilita aos camponeses (a)s enfrentar as políticas neoliberais e os avanços capitalistas no campo, “ou seja, ela não é um objeto

isolado e pontual cujo significado se esgota em si mesmo, mas é um fato político que procura dialogar com uma sociedade moderna, estabelecendo com esta uma relação instável e contraditória.”. (AGUIAR, 2000, p. 02). Assim, levar a marcha nos pés com trajetórias de resistências que submetem os trabalhadores a exposição por dia e até meses a situações tão duras e adversas, justifica-se pelo sentido que elas possuem para os Sem Terra:

A marcha sempre foi um ato heróico na história da humanidade. Sempre que os povos se sentiram ameaçados ou tiveram problemas a resolver, saíram de seus locais de origem e foram em busca de soluções, usando o próprio corpo como instrumento de luta. (MST, 2005b. p: 59).

Por isso, “quando marchamos, levamos em nossos passos os sonhos daqueles que nos acompanham, e de milhares de outros seres humanos que ficaram esperando por nossa volta [...]” (MST, 2005b, p. 59). Em ambas as falas podemos observar o sentimento de fé imbuídos no ato de marchar. Isso se deve a proximidade do Movimento, desde sua gênese com grupos religiosos, em especial aqueles ligados à igreja Católica. Stédile (2005, p. 74) ao se reportar às marchas, considera:

No caso da luta pela terra, o livro Êxodo era uma referência para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo do sem-terra sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a fermentação da caminhada à terra prometida. (STEDILLE; MANÇANO, 2005. p. 74)

A relação análoga usada durante os processos formativos abria caminhos para a compreensão dos sem terra a ação consciente e organizada do movimento para transcender a conjuntura política e social criada pela sociedade e Estado.

Assim foram se constituindo os processos formativos no MST. As marchas, encontros, reuniões, cursos, e outros são espaços de formação contra hegemônicas, onde novos valores e concepções são introduzidos, transformando o comportamento dos sujeitos - militantes, dirigentes, assentados e acampados - e as relações cotidianas, com vistas à compreensão da

importância da contribuição política para a produção de novos aprendizados, conforme veremos na próxima seção.

2.5.2 Não impor, mas convencer: processos formativos no MST

Para o MST os processos formativos são fundamentais para a continuidade da luta. Isso por que são eles que ajudam os acampados e assentados a entenderem caráter essencialmente contraditório do capital, bem como a inevitável existência da luta de classes.

A formação contra-hegemônica promovida no âmbito dos processos formativos em consonância com as ações do Movimento estão diretamente relacionadas à formação política de seus integrantes. São as condições objetivas de existência, a materialidade da realidade cotidiana vivenciada no interior dos assentamentos que faz com que cada assentado assuma suas tarefas no contexto do Movimento.

Nessa perspectiva, os cursos de formação de quadros do MST desenvolvem-se em todas as instâncias da organização. Ocorrem principalmente através dos encontros estaduais, regionais, de brigadas e encontros no assentamento.

Os encontros estaduais desempenham papel fundamental nos processos formativos. São fomentados a partir das demandas apresentadas nos encontros regionais e de brigadas. Tem como objetivo reunir a militância Sem Terra para analisar a conjuntura política, e a partir disso, apresentar os desafios mais gerais da luta pela terra nos estados. Destaca-se que os encontros podem acontecer de maneira ampliada ou por segmento (educação, saúde, formação, outros). Nesses casos, as discussões, além da análise da conjuntura, perpassam também as demandas de cada área.

Já os encontros regionais seguem a dinâmica dos encontros estaduais, porém, com pautas específicas no que concerne a regional. Nesses encontros são priorizados a análise da conjuntura, o planejamento das atividades nas brigadas, a distribuição de tarefas, entre outras.

Os encontros de brigadas são fundamentais nos processos formativos, haja vista que podem ressignificar a possibilidade de ampliação das vivências

nos assentamentos a partir de sua reorganização. Nesses encontros são problematizadas as dificuldades enfrentadas pelos coordenadores dos assentamentos, bem como planejadas as atividades a serem desenvolvidas.

Os encontros nos assentamentos são vitais por que ajudam a dinamizar os processos de reorganização local. As vivências, a participação dos setores, os encontros em outros espaços, os confrontos e mobilizações, os desafios do cotidiano, são problematizados, assim como a busca de alternativas coletivas.

É importante destacar que além desses encontros, fazem parte do processo formativo do MST a participação em mobilizações, cursos, marchas, ocupações de prédios públicos, entre outros, seja a nível local, estadual ou nacional. Todas essas experiências constituem-se em ato político que segue o curso das ocupações de terra para pressionar o Estado e a sociedade a promoverem a reforma agrária.

CAPITULO III - O ASSENTAMENTO MENINO JESUS: LUTA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA EM UM MESMO LUGAR

3.1 O município de Água Fria

Nessa seção, apresentamos de forma contextualizada as características histórico-geográficas do município onde está localizado o lócus da pesquisa.

O município de Água Fria (BA) foi criado através da Lei Nº 1712²⁴ de 13 de julho de 1962, desmembrando-se do município de Irará. Está localizada na microrregião de Feira de Santana, limitando-se a leste com o município de Inhambupe, ao sul com Ouriçangas e Irará, a oeste com Santanópolis e Lamarão e ao norte com os municípios de Biritinga e Sátiro Dias. Água Fria está a 160 km da capital do estado da Bahia, sendo sua principal via de acesso a capital Salvador pelas rodovias pavimentadas BR 324, BR 116, BA 504 e BA 084. Conforme mostra o mapa 01:

Mapa 02 - Principais rodovias²⁵ que ligam Água Fria à capital do Estado e às principais cidades da região



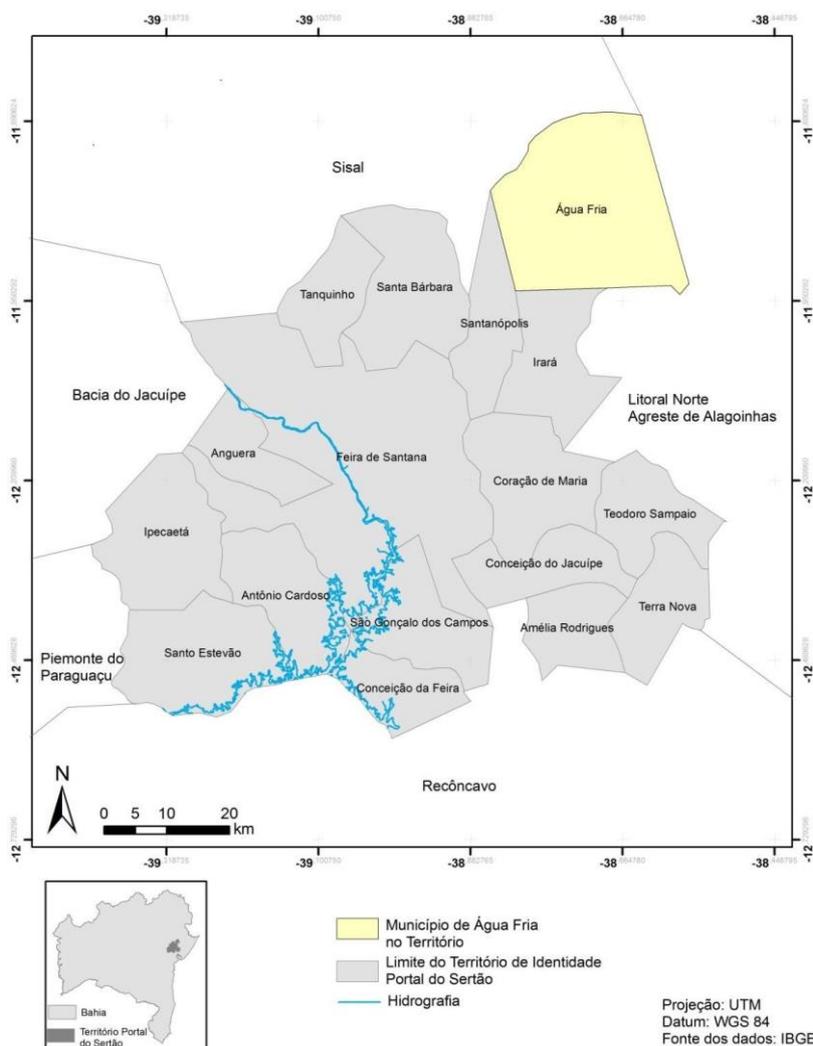
²⁴ Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-1712-1962-bahia-cria-o-municipio-de-agua-fria-desmembrado-do-de-irara>. Acesso em: 20 jul.2020.

²⁵Fonte: SILVA, A. M. G. da. **Educação do campo e territorialidade: um estudo sobre o Assentamento Menino Jesus em Água Fria (BA)**. Salvador, 2014.

Fonte: Editado por Ana Isabel Leite de Oliveira.

De acordo com o Decreto de Lei 12.354²⁶, de 25.08.2010 que institui o Programa Territórios de Identidade, o município Água Fria está inserido no Território Portal do Sertão. O mapa 02 mostra a divisão territorial do Território de Identidade Portal do Sertão, em destaque o município de Água Fria. Ressalta-se que em todo o Território Portal do Sertão existe apenas um único assentamento de reforma o Assentamento Menino Jesus localizado no município de Água Fria.

Mapa 03 - Território de Identidade Portal do Sertão²⁷ – Bahia



²⁶ Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 20 jul.2020.

²⁷Fonte: SILVA, A. M. G. da. **Educação do campo e territorialidade: um estudo sobre o Assentamento Menino Jesus em Água Fria (BA)**. Salvador, 2014.

Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios – CET, 2007.

De acordo com dado do IBGE (2010), o município tem área de 661.859 km² e população de 15.731 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 23,77 hab./km²; destes, 9.954 habitantes vivem no campo de acordo com dados do IBGE (2010).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS mostra que o município de Água Fria possui 4.255 famílias. Dessas 2.714²⁸são beneficiárias do Programa Bolsa Família. O quantitativo de beneficiário desse programa residentes no campo é de 1.800 famílias. Os números apresentados justificam a dependência da população aguafriense aos programas sociais do governo federal. Inserido nesse processo encontra-se o Assentamento Menino Jesus que ao longo de sua trajetória histórica, conforme veremos na próxima seção vem lutando e resistindo na terra conquistada.

3.2 Contexto histórico e geográfico do Assentamento Menino Jesus

O Assentamento Menino Jesus localiza-se a 18 km da sede do município de Água Fria. Distante há aproximadamente 175 km da capital do estado tem uma área de 13.009,51 hectares, com solo de baixa fertilidade. Na divisão geográfica do MST, o assentamento integra a regional recôncavo, que abrange todos os assentamentos situados no recôncavo baiano.

Sua fundação ocorreu em 20 de dezembro de 1998, quando 120 famílias vindas de diversos locais (Serrinha, Biritinga, Araci, outros) ocuparam a fazenda Paracatu, antiga fábrica de artefatos de sisal, chamada de KLABIN²⁹, que estava inativa há 12 anos e havia declarado falência. No início da ocupação, o acampamento chegou a contabilizar 500 famílias. Ao longo da espera pela desapropriação³⁰ da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA muitas dessas famílias foram desistindo. Feita a desapropriação em 2003, o acampamento passou a condição de assentamento,

²⁸Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-complemento.html>. Acesso em: 20 jul.2020.

²⁹Kablin A.S. Disponível em: <https://klabin.com.br/nossa-essencia/memoria-klabin/>. Acesso em: 20 jul.2020.

³⁰ Ato de criação de 20/01/2003 (GeografAR, 2010). Disponível em <http://www.geografar.ufba.br> Acesso em: 20 jul.2020.

sendo assentados 185 famílias. Cada família conquistou um lote de 40 (quarenta) hectares para a produção, 1 (um) hectare foi destinado à agrovila – esse espaço foi destinado a construções coletivas - escola, posto de saúde, sede da associação, igreja - além de uma área de produção coletiva. Foram ainda reservados, 20% da área total do assentamento para reserva legal, de acordo com a determinação do INCRA.

De acordo com Silva (2014, p.79-81), “a ideia da ocupação partiu de militantes da juventude católica rural de Serrinha ligados a sindicatos e militância com o MST”:

Em 1998, a gente era militante da Igreja Católica e chegaram 02 (duas) pessoas do movimento (MST), para fazer um trabalho de base junto às comunidades rurais. [...] Eles estavam procurando apoio na comunidade para que pudessem desenvolver aquele trabalho. A gente era dirigente do grupo de Jovem. Então a gente recebia esse pessoal, e demos apoio. Andava na comunidade, marcava reuniões e ajudava a divulgar essa questão do movimento, mesmo sem a gente conhecer nada sobre o movimento. Então, ajudava em todo o trabalho de base, indo para as comunidades. De Bela Vista, a gente foi para outras comunidades vizinhas, apresentando as meninas do grupo de Jovens e, a partir daí, marcou-se então o dia da ocupação da terra. (SILVA, 2014, p.79-81).

De acordo com os estudos de Silva (2014), “a ocupação da terra ocorreu na manhã do dia 20 de dezembro de 1998” Sendo a que a origem do nome “Menino Jesus” ocorreu em virtude de ser “período natalino”. Ainda de acordo com a autora toda a trajetória de organização das famílias recém-chegadas na terra ocorreu de acordo com os processos organizativos propostos pelo MST.

Atualmente, o assentamento possui 212 casas, dessas 152³¹ estão ocupadas. Passados 16 anos de demarcação da terra muitas dessas casas e lotes não pertencem mais aos antigos proprietários. Algumas foram vendidas ou trocadas. Hoje são 194 famílias que residem no assentamento Menino Jesus; destas, somente 87 possuem matrícula no Cadastro Único e apenas 59 são beneficiárias do Bolsa família.

Figura 04 – Estrutura Organizativa do Assentamento Menino Jesus

³¹ Dados fornecidos pelo Agente de Saúde do Assentamento Menino Jesus



Fonte: Coordenação do Assentamento Menino Jesus

O modelo organizacional implementado no assentamento Menino Jesus segue a dinâmica organizativa proposta pela direção estadual e integra a regional recôncavo. O assentamento integra um conjunto de 03 brigadas, que atendem a um total de 12³² assentamentos (798 famílias assentadas), 10 acampamentos (356 famílias), espalhados em 15 cidades baianas.

Com um total de 194 famílias o assentamento Menino Jesus pertence à brigada Roseli Nunes. Essa brigada é coordenada por um representante da

³² Dados apresentados pela Coordenação Regional Recôncavo.

regional que exerce a mesma função em outras duas brigadas, Carlos Marighela e Zumbi dos Palmares.

A coordenação do assentamento desempenha papel fundamental no processo de articulação, ordenação e estruturação social e produtiva no assentamento. Os coordenadores (homem, mulher) têm a responsabilidade de mobilizar todas as famílias a participarem das assembleias, reuniões, encontros, ouvir opiniões, discutir os problemas locais, organizar atividades coletivas entre outras. O processo de escolha da coordenação acontece a cada dois anos, normalmente no fim do ano seguindo o ritual proposto pelo MST - cada núcleo de família se reúne e tira seus coordenadores (homem e mulher) que passam a ser representantes daquele grupo. Na assembleia da coordenação do assentamento são apresentados esses nomes, que seguem para escolha do coordenador (a). No final de cada ano ocorre avaliação da coordenação, podendo haver alteração nos nomes, caso algum integrante manifeste desejo de sair, os que permanecem podem ser reconduzidos por no máximo dois anos, de acordo com interesse da atual coordenação

As assembleias desenvolvem papel basilar no processo de condução dos trabalhos, por ser o centro de escuta, diálogo e tomada de decisões do assentamento. Nos espaços da assembleia são indicados e escolhidos representantes para participação nas marchas, viagens, cursos e encontros, é nesse espaço também que são discutidos e planejados o trabalho, onde se realizam recolhas das contribuições para eventos, dentre outros. As assembleias são realizadas uma vez por mês, na última sexta-feira de cada mês, em caso de eventualidade que requeira ouvir o coletivo, há as assembleias extraordinárias, que podem ocorrer a qualquer momento ou sempre que houver necessidade.

Os Setores possuem papel fundamental no processo organizativo. Foram criados na medida em que o MST foi se expandindo e demandando um maior número de pessoas com conhecimentos específicos, de acordo a exigência de cada setor. Estes são espaços de atuação da militância. Os Setores têm como objetivo planejar, executar e encaminhar demandas específicas, vinculadas a cada área.

Além da Coordenação o assentamento conta com outra instituição: a Associação Comunitária dos Agricultores Sem Terra do Assentamento Menino Jesus. Possui 116 associados. Criada em 1998 desde o início da ocupação a agremiação possui caráter e funções distintas da coordenação do assentamento; enquanto esta é responsável pela mobilização de todos os assentados, a associação dá conta apenas dos sujeitos associados possui caráter jurídico, voltado na maioria das vezes para captação de recursos financeiros e diálogo com o INCRA e outras instituições. Coincidentemente os coordenadores do assentamento são também membros diretores (presidente e vice-presidente) da associação.

Embora a coordenação do assentamento e a associação sejam instituições vitais para o processo de tomada de decisões coletivas no assentamento, não constituem os únicos espaços de construção e produção da vida coletiva. São parte desse processo também as reuniões, encontros, entre outros.

Portanto, todos esses espaços são importantes referências nas formas de organização do assentamento. As articulações e mediações apresentadas materializam o cotidiano dos assentados que se formam em um modelo de organização que representa a capacidade do movimento de se reorganizar constantemente.

3.4 Processos formativos no assentamento Menino Jesus

No assentamento Menino Jesus, assim como em toda a organização a formação acontece desde os encontros que antecedem a ocupação no trabalho de base, até a conquista da terra, quando os trabalhadores deixam a condição de acampados e passam a ser identificados como assentados. De lá para cá a participação nas reuniões, núcleos de famílias, assembleias, encontros locais, na brigada e regionais, marchas, mobilizações, entre outros são espaços onde se constrói e desenvolve formação e mobilização da militância.

Entretanto, embora, haja no assentamento Menino Jesus um reconhecimento a respeito da importância da participação dos assentados nos processos de mobilização da organização, o MST vem nos últimos anos percebendo redução na participação da militância nos encontros estaduais,

regionais, brigadas, marchas, ocupações -, bem como nas atividades locais, a exemplo de cursos de formação, reuniões, entre outros dentro dos assentamentos.

No Menino Jesus, assim como na maioria dos assentamentos da reforma agrária do MST, apesar da luta cotidiana do movimento para anular as disparidades sociais, é onde as desigualdades apresentam-se com todas as suas perversidades: fome, violência, repressão, abandono pelo poder público, preconceitos vividos, percebidos e sentidos pelos sujeitos num local onde os problemas, medos e angústias só aumentam.

A ausência de participação coletiva e a negação dos processos formativos vivenciados podem ser atribuídos aos aspectos acima mencionados como também a dependência em relação ao INCRA, necessidades que surgem no cotidiano do assentamento relativas à saúde, educação, emprego, experiência de envolvimento com a política partidária local por algumas lideranças do movimento, inserção das igrejas evangélicas no assentamento, obediência a lideranças evangélicas contrárias aos princípios da organização e da luta de classe, entrada de novos sujeitos no assentamento contrários a luta do MST, percalços na formação de base, entre outros, são fatores que além de fragilizar a luta, individualiza e desmotiva a organização dos assentados.

Tudo isso contribui para que se observe no cotidiano do assentamento como o MST tem perdido força e espaço na vida dos assentados. A memória e os símbolos da luta pela terra, como referência para a organização e mobilização para novas conquistas aos poucos têm sido substituídos pelos discursos doutrinadores das lideranças evangélicas, tornando cada vez mais esses símbolos insignificantes. Essas experiências têm reduzido a participação desses grupos nas atividades coletivas, bem como a desorganização do movimento. Outro elemento desarticulador das lutas internas refere-se à política partidária local. O envolvimento de algumas lideranças provocou um “racha” que teve como consequência principal a desarticulação política e ideológica no assentamento. Ademais as experiências vivenciadas no acampamento e todo o acúmulo da luta coletiva que os levaram a conquistar não somente a terra, mas moradia, unidade de saúde, escola, abastecimento de água, construção de estradas, entre outros

não constituem hoje elementos motivadores para resgatar valores coletivos muito menos sentimento de pertencimento ao movimento.

Na contramão dos acontecimentos mencionados, existem os que acreditam que as vivências no assentamento, a participação nos setores, ser sócio da associação, refletir a realidade, estreitar laços, participar dos confrontos e mobilizações, marchas, congressos, encontros, cursos de formação, ocupação de prédios públicos, estudar, engajar-se, reorganizar a vida nos assentamentos podem significar a possibilidade de ampliar a dimensão da luta, bem como as relações estabelecidas no coletivo.

Portanto, todas essas experiências permitem a problematização das dificuldades enfrentadas, sendo sua superação base para o fortalecimento político e sentimento de pertença ao movimento.

3.4.1 O MST e os desafios da formação de base no Assentamento Menino Jesus

Com o avanço das políticas neoliberais no Brasil, as estratégias e táticas que envolvem o processo de formação no MST precisam chegar a todos os seus integrantes. Num contexto em que as correlações de forças são desfavoráveis como o que estão vivenciando é preciso trazer para a luta aqueles que são da organização, mas não se sente mais parte dela.

Nessa perspectiva o MST tem urgência em reorganizar a base. Assim tem reconstruído os processos formativos para potencializar a formação dos assentados, com objetivo de trazer de volta para o movimento aqueles que estão sendo explorados na informalidade, os aviltados pelas igrejas evangélicas, os copitados pelos latifundiários, os jovens, os pertencentes ao movimento Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transgêneros – LGBTT, entre outros como forma de potencializar a formação política, desenvolver a organização e reorganizar a base, só assim pode “convencer e somar todos os que se sintam atraídos pelo projeto que se pretende realizar” (HARNECKER, 2018, P. 20), pois “hoje se trata, cada vez mais, da unidade na diversidade, do respeito às diferenças étnicas, culturais, de gênero e de sentimento de pertencer a coletivos específicos” (HARNECKER, 2018, p.47), rompendo com antigas tendências de homogeneização das bases, e dessa forma, fomentando cada vez mais a participação dos jovens e outros segmentos nos encontros, cursos, e outras

atividades. Acredita-se que estes precisam absorver as experiências vivenciadas pelos mais antigos do movimento, pois, são vitais no processo de reconstrução da luta. Outro desafio a ser superado refere-se aos pentecostais. Com o crescente aumento das igrejas pentecostais nos assentamentos é preciso repensar como trazer esse grupo de volta ao seio da luta, assim tem dialogado na base com esse coletivo temas como fé, religiosidade e luta de classe numa tentativa de frear os discursos doutrinadores dos pastores que descaracterizam a luta e os impede de participar das atividades do movimento. Outro desafio que a organização precisa transpor remete aos assentados que se encontram indiferentes ao movimento. É importante destacar que os processos formativos na base em vez de impor e instrumentalizar esses grupos deve dialogar e conscientizar sobre o papel político da participação. Um dos caminhos possíveis para atraí-los é a linguagem, conforme aponta Harnecker (2018, p.47- 48),

É fundamental que se rompa com o velho estilo de pretender levar mensagens uniformes a pessoas com interesses muito diferentes. Não se pode está pensando em massas amorfas, o que existe são indivíduos, homens e mulheres que estão em diferentes lugares, fazendo coisas diferentes e submetidas a influencias ideológicas diferente a mensagem tem que adotar formas flexíveis para chegar a esse homem e a essa mulher concretas. (HARNECKER, 2018, p.47-48).

Portanto, os desafios apresentados apontam caminhos que podem ajudar a reorganizar o trabalho de base, haja vista as dificuldades para formar quadros comprometidos, cujo trabalho principal é mobilizar e fazer funcionar os setores, articular a juventude, mobilizar os evangélicos, formar equipes de trabalho, participar de encontros, reuniões, marchas, ocupações, entre outros. Nesse processo os agentes mobilizadores são fundamentais, pois ajudam a de acordo com Harnecker (2018, p.24), “empurrar o movimento de massa, ou talvez mais que empurrar, facilitar as condições para que ele possa desenvolver sua capacidade de enfrentar aqueles que o oprimem e o exploram.”.

3.5 Agentes mobilizadores do MST

Em oposição aos movimentos que surgiram no Brasil ao longo de sua história, que pouco resistiram aos ataques dos governos e da sociedade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST segue, apesar das

inúmeras e intensas tentativas de criminalização e desmobilização existindo e resistindo. Isso se deve entre outros fatores a sua força política e organizativa. Assim,

No processo de construção e expansão do MST foram surgindo diversas comissões, equipes, núcleos, setores e outras formas de atividade, enfim bases de reflexão, discussão e encaminhamento das questões ligadas à luta pela terra em todas as suas dimensões. (MORISSAWA, 2001, p. 204).

Os elementos produzidos pela dinâmica da relação da participação em coletivos contribuíram para a construção das estruturas organizativa do MST. Isso foi acontecendo em diferentes tempos e espaços o que possibilitou por meio da prática política, formar militantes com valores contrários a prática vigente.

Assim revelar sua forma de organização, faz-se fundamental retomar aos princípios organizativos do movimento, que segundo Stédile (2005, p. 39) “[...] esses princípios, [...] não são normas, não são sugestões. São princípios.”. Isso não significa que sejam imutáveis ou inquestionáveis mas que de acordo com Bogo (2007, p. 148), faz-se necessário “[...] permanentemente recolocar a questão do desenvolvimento dos princípios. Reelaborá-los e criar novos, que estejam vinculados ao momento histórico.”.

Para aprofundar nosso olhar sobre os agentes mobilizadores nos acampamentos e assentamento retomaremos aos princípios da direção coletiva e da divisão de tarefas (STEDILE, 2005), por considerarmos fundamentais para compreendermos a importância desses sujeitos no processo de fortalecimento e articulação da base.

O princípio da Direção Coletiva:

Quando iniciamos o MST, tínhamos como certo que não podíamos ter um presidente e que a direção deveria ser exercida de forma coletiva por um grupo de dirigentes. [...] Desta forma percebemos que a única forma de termos de fato uma direção coletiva é se as famílias assentadas e acampadas estiverem organizadas em núcleos e possam discutir os problemas enviando sugestões para a direção. (MST, 2005b, p. 82).

Os núcleos de família são a base do movimento Sem Terra. São eles que dão sustentação e dinâmica ao movimento que em hipótese alguma pode ser

considerado verticalizado. O movimento é cíclico. A participação coletiva, possibilita a gestão democrática onde se “[...] analisa as demandas, elabora e aprofunda as propostas, participa de elaboração e implementação de estratégias”. (MST, 2005b, p. 63).

O princípio organizativo da divisão de tarefas afirma que o trabalho coletivo evita a concentração de tarefas, ao tempo que valoriza a participação de todos, assim “[...] a decisão é coletiva, mas a responsabilidade é individual” (MST, 2005b, p. 65). Logo, a divisão de tarefas é para o movimento muito mais que a simples divisão de atividades para não sobrecarregar um ao outro, ao assumir responsabilidades específicas cada um torna-se parte fundamental do movimento, possibilitando que a organização ascenda na medida em que cada um contribui com sua experiência pessoal.

3.5.1. Quem são os agentes mobilizadores da organização dentro e fora do Assentamento Menino Jesus?

Os assentamentos e acampamentos são a base de organização do movimento, sendo que a ação da militância é a responsável pela materialidade de sua estrutura orgânica. Ao assumirem os espaços de organização coletiva em cada instância, os militantes são responsáveis por estabelecerem o diálogo, articular e organizar as lutas, bem como ampliar a participação tanto em nível nacional, como estadual e local.

Nessa perspectiva cada sujeito constitui-se agente mobilizador por que, de acordo com Caldart (2000),

[...] indica no Movimento o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e descendentes capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões. (CALDART, 2000, p. 162).

Portanto, dentro da estrutura organizativa do movimento os agentes mobilizadores (militantes com tarefas ou não) são responsáveis por entusiasmar o processo de luta, para alcançar transformações sociais e políticas com vistas

à garantia de direitos iguais para homens e mulheres. Além dos militantes, são também agentes mobilizadores no Assentamento Menino Jesus os membros da diretoria da Associação Comunitária, os agentes de saúde e as lideranças religiosas pela capacidade de mobilização e articulação que possuem junto aos assentados e no exercício de suas atividades.

Cada um desses sujeitos desempenha papel fundamental no processo de mobilização e participação dos assentados, na tomada de decisões dentro e fora do assentamento, cujo trabalho principal de acordo com Harnecker (2018, p.24), seja o de:

Aprender a escutar e falar com as pessoas; deve-se colocar o ouvido atento a todas as soluções que o próprio povo gesta para defender suas conquistas ou para lutar por suas reivindicações e, a partir de toda a informação que se recolher, [...] fazer um diagnóstico correto de seu estado de ânimo e captar aquilo que possa unir e gerar ação, combatendo o pensamento pessimista, derrotista que também existe. (HARNECKER 2018, p.24).

Esses são princípios fundamentais que orientam o trabalho de base e mantém os agentes mobilizadores motivados e dispostos a buscarem no coletivo soluções para os desafios.

CAPITULO IV - RELATOS DA CAMINHADA: AS FORMAS ORGANIZATIVAS NO FORTALECIMENTO DA LUTA

Minha aproximação com esta pesquisa é resultado de muitas escolhas que vão desde o envolvimento com a militância - MST, o universo acadêmico e as atuações profissionais, entre outros.

No caso específico desta investigação, os estudos iniciaram a partir das (in) conclusões do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Especialização em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias Baiano – Campus Serrinha, intitulada de Vivências da proposta educativa do MST: pistas para a prática educativa do campo no município de Água Fria/Ba realizada entre os anos de 2016 a 2018 no Assentamento da Reforma Agrária Menino Jesus no município de Água Fria/BA, especificamente na Escola Municipal Fábio Henrique de Cerqueira. As pistas encontradas nesta investigação, conforme já foram registradas na introdução desta pesquisa, motivaram a continuidade dos estudos para além da escola. Dessa forma, este estudo olha para o interior da organização do MST no assentamento em uma perspectiva de formação e mobilização social.

Para realizar o trabalho de campo que agora apresento em forma de dissertação foram necessárias ir a campo 12 vezes com objetivo de coletar o máximo de informações possíveis que pudessem contribuir com o processo da investigação. Nesse trajeto conversei com 29 sujeitos, a saber: lideranças³³ do MST– coordenação do assentamento, da regional recôncavo, da brigada Roseli Nunes, militantes com tarefas nos setor de educação regional e da brigada, setor de frente de massa estadual e do setor de formação regional e dirigente da Associação Comunitária; Militante³⁴; Ex-lideranças; Assentados (evangélicos, jovens, pessoas de outras religiões e credos, adultos, agente de saúde, idosos que estão no movimento desde o início da ocupação, sócio da associação de

³³ Sujeitos que estão em desenvolvendo alguma tarefa específica. Por exemplo: coordenações de núcleo de famílias, assentamentos, direções de brigadas, regionais, estados, nacionais e as direções dos diversos setores do movimento.

³⁴ É considerado militante no MST o sujeito que está à disposição e contribui com as tarefas do Movimento, necessariamente não precisa ser assentado pra ser um militante do MST. Entretanto os que colaboraram com essa investigação são todos assentados.

moradores, servidores administrativo e de apoio da escola do Assentamento Menino Jesus.

Salientamos que as lideranças, militantes e ex-lideranças que colaboraram com esta pesquisa foram escolhidos de maneira intencional, os demais sujeitos participantes foram selecionados de maneira aleatória. Destacamos ainda que dentre os sujeitos colaboradores escolhidos aleatoriamente há além de assentados indivíduos não assentados, que desenvolvem atividades no assentamento há mais de cinco anos. Nossa intenção ao fazer esse recorte foi compreender as percepções sobre o movimento de formação e mobilização social no assentamento na perspectiva de cada sujeito pesquisado.

Para manter o sigilo das informações coletadas, bem como para preservar a identidade dos colaboradores da pesquisa e espaços de atuação os nomes originais dos sujeitos participantes foram substituídos por pseudônimos relativos a plantas da caatinga e instrumentos da luta Sem Terra, respectivamente. Plantas da Caatinga: Mandacaru, Xique-Xique, Barriguda, Umbuzeiro, Cacto, Quixaba, Angico, Caatingueira, Coroa-de-frade, Cumaru, Facheiro, Faveleira, Flor de Jitirana, Ipê roxo, Palma, Juazeiro, Jurema Branca, Malícia, Malva Branca, Jericó. Instrumentos da luta Sem Terra: Foice, Fação, Enxada, Machado e Bandeira.

Ao atribuir nomes de plantas da caatinga aos sujeitos e instrumentos da luta dos Sem Terra para denominar os locais de atuação (escola, associação comunitária, coordenação do assentamento, regional e brigada), nossa intenção foi trazer de maneira simbólica a força e resistência que essas plantas e instrumentos possuem, associando-as a força e resistência dos sujeitos sociais da pesquisa na luta pela terra, bem como a delicadeza no trato das problemáticas suscitadas nos relatos sobre o cotidiano do Assentamento.

Ressaltamos que as falas dos sujeitos participantes da pesquisa foram registradas no diário de campo. A escolha desse instrumento para coleta de dados justifica-se pelo fato de já termos feito muitos adentramentos no Assentamento em virtude da pesquisa realizada na especialização. Considerando que essas passagens pudessem tornar a participação dos antigos e novos sujeitos colaboradores da pesquisa cansativos devido a nossa constante

presença no assentamento em momentos mais recentes para retomar algumas questões, optei por adotar a entrevista informal e registrá-la no diário de campo. Consideramos que essas ferramentas, além de muito pertinente a esta investigação, se articulam aos instrumentos usados na especialização. Ademais o aprofundamento das reflexões com anotações em torno das questões suscitadas levou em consideração à delicadeza da temática, que impõe em certa medida, o receio das pessoas em relação a ter suas falas gravadas.

Conforme pactuado com os sujeitos ao final de cada conversa as falas registradas eram submetidas à avaliação dos colaboradores, que consentidas seguiam, ao contrário eram retiradas ou corrigidas pelos sujeitos e reescritas pela pesquisadora. Destacamos ainda que o Termo de Consentimento Livre para colaboração com a pesquisa foi apresentado a todos que aceitaram participar da pesquisa.

A primeira visita foi feita a Bandeira e teve por objetivo estabelecer uma reaproximação com os atores sociais desse espaço - Jurema Branca, Malícia, Malva Branca e Jericó. Salientamos que as plantas Jurema Brancas não fazem parte da Organização. São sujeitos que desenvolvem atividade na Bandeira há mais de 05 anos. No diálogo espontâneo com esses sujeitos ouvi seus relatos sobre a relação do espaço com a instituição municipal ao qual é vinculado (desarticulação entre Projeto do MST e a proposta pedagógica universal da instituição), condições de trabalho e retirada de direitos - atraso de pagamento, corte transporte para os profissionais - dificuldades pedagógicas (queda no número de matrícula, desmotivação na participação do país, alta distorção idade-ano escolar). Observei que as colocações das plantas Jurema Branca os isentava da responsabilidade, atribuindo a outros agentes funções que faziam parte do seu cotidiano. Já as plantas Malva Branca e Jericó, também servidores a Bandeira, se mostraram alheios às falas, pelas expressões que faziam, talvez não se sentissem à vontade para interferir nas observações dos colegas. Quanto às plantas Malícia, igualmente atores sociais do espaço, demonstraram sentimento de timidez e alegria com a visita da pesquisadora.

A segunda ida a campo teve como objetivo dialogar com assentados aleatórios da comunidade. Nessa ocasião dialoguei com dois sujeitos, pertencentes a dois grupos distintos: as plantas Ipê Roxo (idosos que está no

movimento desde o início da ocupação) e Palma (adulto assentado). A ideia central era ouvi-los nas demandas individuais e coletivas, extraindo o máximo de informações a respeito do cotidiano do assentamento. Essa ocasião mostrou-se bem proveitosa. Ao questionar sobre como estava o assentamento pude observar a expressão de descaso da planta Ipê Roxo ao fazer referência a política partidária dentro do assentamento e o abandono do poder público municipal com os assentados: “[...] depois que isso aqui virou política de partido, cada um foi pra seu lado e desmoronou tudo. Agora todo mundo tá sentindo o que esses governos estão fazendo com os sem terra.” (IPÊ ROXO, 2019).

A planta Palma foi feita a mesma pergunta. “As coisas aqui estão diferente”. Ao ser questionado sobre o que estava diferente, afirmou “Tudo”. A planta Ipê Roxo concluiu a conversa com relatos genéricos sobre as condições, conflitos e dificuldades que permeiam a vida na comunidade, enquanto a planta Palma fez apenas ponderações superficiais sobre a desarticulação local do movimento e o cotidiano sem novidade.

A terceira ida a campo teve como objetivo dialogar com lideranças com tarefas específicas no movimento. Nessa oportunidade encontrei a planta Xique-Xique e Umbuzeiro.

Esta oportunidade se revelou muito proveitosa, e no ensejo pude ouvir como o Movimento estava organizado, bem como as preocupações com as lutas no assentamento, preocupações com as atividades dos setores no assentamento devido desarticulação de alguns membros, a ausência de unidade, redução na participação dos assentados nas atividades interna e externa do Movimento “a participação são sempre dos mesmos assentados. Os de sempre”. (UMBUZEIRO, 2019). Quando tratamos das antigas lideranças ouvimos de Umbuzeiro (2019) um relato preocupado sobre a postura política partidária de alguns ex-dirigentes, bem como aliança desses com o poder público local,

[...] aqui temos ex-lideranças que não é nada do Movimento. Ou seja é contra o Movimento. Então essas pessoas são proibidas de falar em nome do Movimento em qualquer lugar que chegar pela direção. [...] São pessoas que já foram do Movimento há algum tempo atrás, mas de lá pra cá realmente se aliaram a política partidária e agora seguem mesmo é a linha do prefeito e não a linha do Movimento. Em qualquer decisão que o Movimento tem aqui dentro, eles são contra aqui pra ser a favor do prefeito. (UMBUZEIRO, 2019).

Observei pelas expressões o quanto os fatos mencionados traziam tristeza e o quanto a atitude dos ex-dirigentes os envergonhavam. A conversa seguiu com relato de ambos sobre as tarefas que desenvolviam tanto no assentamento, como em outros espaços do Movimento. Questionados sobre a baixa participação dos assentados disseram que internamente desenvolviam atividades para todos, mas que alguns assentados estavam desmotivados, outros ficam à espera de convite para se integrar, “por ser da organização e saberem das atividades todos deviam participar, independente de convite.” (XIQUE-XIQUE, 2019).

A quarta ida a campo teve como objetivo dialogar com o segmento Fação. Nessa oportunidade conversamos com a planta Mandacaru. O início da conversa mostrou-se desanimada e girou em torno de amenidades. Quando questionamos sobre como estava o assentamento relatou que os responsáveis legais e eleitos para dirigir tanto a associação como o assentamento tinham grandes desafios. “Tudo aqui tá difícil” (MANDACARU, 2019). “Temos dificuldades de mobilização, os setores existem, mas não funcionam a contento.” (MANDACARU, 2019). Quando mencionou os setores pude notar sua expressão de descontentamento e tristeza. Assim questionamos o que estava acontecendo e qual a situação que se encontravam os setores. A planta Mandacaru limitou-se a responder, “sei bem quais foram os motivos que levou a situação que está hoje, mas prefiro me calar”. Questionada sobre a participação dos assentados nas atividades, a planta Mandacaru relatou:

Desinteresse pessoal, dependência do INCRA, algumas lideranças que estão fora do assentamento, devido a busca por emprego, outro desafio grande aqui é a dificuldade para convencer alguns Sem Terra a não passar os feitos³⁵ no lote para não chegar aqui novos moradores que não entendem ou não queiram ser sem terra. (MANDACARU, 2019).

Arelado à passagem dos feitos de lotes, percebi sua expressão de preocupação. Questionamos por que a passagem do lote era visto como um problema, respondeu, “não sabemos de onde vêm essas pessoas/famílias e qual

³⁵ São chamados feitos de lotes o trabalho realizado na terra seja do ponto de vista financeiro ou apenas de cuidados e manutenção. São exemplos de feitos de lotes: aquisição de arames para cercagem, abertura de aguadas, aragem, destoca, plantação e outros com investimentos feitos no lote pelo assentado.

a sua procedência.” (MANDACARU, 2019). Seu relato foi carregado de tristeza. Perguntamos se havia algum mecanismo interno do regimento do Incra para barrar essa situação, a planta Mandacaru (2019) revelou:

Não podemos obrigar as pessoas a continuar aqui. Você mesma pode ver que morar aqui não é fácil. É pra quem gosta e precisa. Então, não temos como impedir que os assentados passem os feitos de seus lotes e vá embora. Agora que é difícil barrar isso é e mais ainda tentar trazer esses novos moradores para dentro do assentamento no sentido deles participarem da luta. (MANDACARU, 2019).

Pela expressão carregada de angustia, a inserção dos novos moradores nas atividades do Movimento era um fator que preocupava a planta. “O fato de não serem da luta, não se interessam pelas questões dos Sem Terra, não querem cumprir as determinações do coletivo interno e do MST”.

O relato que se seguiu foi carregado de inquietações,

Do jeito que estamos vendo aqui corremos o risco dos Sem Terra acabar devido à falta de participação dos assentados nas demandas locais e nos eventos de formação fora do assentamento por que cada vez mais aumenta o número de famílias e as que chegam não se interessam pela luta e identidade Sem Terra. (MANDACARU, 2019).

Esse relato justifica-se pelo quantitativo de famílias que o assentamento apresenta hoje 194³⁶ no total quando sua capacidade é para 112. Outra preocupação demonstrado pela planta Mandacaru estava relacionada ao crescente número de Sem Terra que se afastava da luta por tornar-se evangélico. Quando questionamos por que essa questão trazia preocupações limitou-se a relatar “não são todos, mas tem alguns assentados que relatam que não participa das atividades do movimento por que tem pastor que proíbe.”.

Questionado sobre o porquê da proibição, a planta Mandacaru (2019) relatou apenas “proíbe, quem se deixa proibir. [...] não quero expôs as atitudes dos pastores e mais ainda dos companheiros (a)s”. Não há na comunidade pastores assentados. Outra questão relatada pela planta Mandacaru referia-se aos jovens. Relatou que a juventude pouco participava das atividades.

Na realidade em se tratando das atividades coletivas os jovens se inserem somente nas atividades de lazer, a exemplo do futebol. São poucos os que participam dos demais eventos coletivos, embora sejam convidados. (MANDACARU, 2019)

³⁶ Dados fornecidos pelos Agentes Comunitários de Saúde do Assentamento Menino Jesus.

Ao retomar ao assunto sobre o trabalho dos setores no assentamento testemunhei um relato saudosista dos tempos em que estes realmente funcionavam a contento. A planta Mandacaru afirmou “muitas das dificuldades enfrentadas passam pela ausência de participação e articulação dos setores, que em outros tempos já chegou a ter todos em atividade.”. Em seu relato não expôs nomes, mas deixou transparecer que a desarticulação era muito mais de caráter pessoal dos militantes que assumiram o setor do que com o coletivo. “Na estrutura organizacional, os setores existem e têm assentados responsáveis para tocá-los, no dia a dia não apresenta ações que o efetive.”. Seguiu relatando as atividades que os setores já haviam desenvolvido no assentamento. “Meu sonho é ter todo isso aqui de novo” (MANDACARU, 2019).

Em se tratando dos processos formativos e mobilização notei uma certa irritação em sua expressão que foi minimizando à medida que ia fazendo a narrativa do que acontecia no assentamento. As colocações da planta Mandacaru revelaram um conjunto de relatos sobre as formações que iam das ofertadas pelo MST a nível estadual e regional até as promovidas no assentamento pelas lideranças locais e pela coordenação de brigada e regional recôncavo.

Infelizmente as pessoas não querem participar. Todos ficam sabendo das coisas porque fazemos ampla divulgação nos grupos, no contato corpo a corpo, em avisos pelos agentes comunitários, posto de saúde, e até nas escolas para que os alunos transmitissem aos pais e igrejas, mas ainda assim a participação é baixa. O coordenador da Brigada tá indo de casa em casa visitar as famílias, convidando para um evento, vamos ver quantos vai aparecer. (MANDACARU, 2019)

A expressão demonstrava não entender o que estava acontecendo com os assentados. Concluiu afirmando “Tô fazendo minha parte.”. (MANDACARU, 2019)

Quando questionamos sobre o apoio do MST, ouvimos um relato entusiasmado e de esperança com a mudança da direção da coordenação regional recôncavo e a chegada de um novo dirigente da brigada para atender o assentamento. “Ele é jovem, tem mais condições de agregar a juventude e outros setores do assentamento.”. (MANDACARU, 2019), refletiu em tom de alegria. No mais manifestou desejo de ver os assentados recebendo benefícios do governo

por estarem legalizados, retomar a participação massiva dos moradores nas atividades coletivas e nos lotes de produção individual e coletiva, voltar a receber pessoas da universidade para desenvolver trabalhos no assentamento, ter os setores funcionando a contento. De acordo com a planta Mandacaru (2019) tudo isso são estratégias para conquistar o apoio da comunidade, reduzir as questões da política partidária que se instalou entre alguns assentados, retomar a construção das agendas coletivas de reivindicações. “A unidade dentro do assentamento é a força que possuímos no diálogo com a poder público municipal e com o INCRA.”. (MANDACARU, 2019). A conversa com a planta Mandacaru se revelou muito proveitosa. Observamos, que mesmo diante das dificuldades, podia contar com a vontade e interesse de algumas lideranças em buscar soluções coletivas para solucionar os problemas, bem como podia contar com o apoio e colaboração do MST, através da coordenação de brigada e regional recôncavo.

A quinta ida a campo teve como objetivo dialogar com antigas lideranças. Nessa oportunidade conversei com Barriguda e Quixaba. O diálogo foi marcado por um conjunto de justificativas e explicações sobre as insatisfações dos sem terra com as ausências e abandono da gestão municipal no assentamento. Suas expressões demonstravam preocupações em mediar as demandas coletivas junto ao poder executivo local, haja vista se considerarem representantes do mesmo na comunidade, com consciência de suas limitações. “O que a gente pode intermediar, a gente faz. Tem coisas que não depende da gente e alguns não entendem.”. (QUIXABA, 2019). Questionados sobre o que a gestão municipal tem realizado no assentamento, disse Barriguda (2019) “Muitas coisas que antes não tinha hoje tem, ainda assim o povo reclama”. Questionamos quais seriam essas “coisas”, Barriguda (2019) relatou “Temos posto de saúde funcionando, inclusive com atendimento médico semanal, escola.”. Questionados sobre a participação de ambos nas atividades desenvolvidas pelo Movimento a planta Barriguda, (2019) respondeu: “Hoje é diferente, tem a questão do emprego. Por ser fixo, nem sempre há flexibilização para a gente se ausentar. É complicado”. “São muitos eventos. Assim não tem como agente participar de todos com frequência”, acrescentou, Quixaba (2019). Ambas as

plantas finalizaram a conversa relatando que se consideravam membro dos setores organizativos, mas no momento não estava participando de nenhum.

A sexta ida a campo teve como objetivo dialogar com lideranças com tarefas específicas no movimento. Nessa oportunidade visitei o segmento “Enxada”. Fui recebida pela planta Angico. Num diálogo amplo, aberto e muito direto foram mencionados os enfrentamentos e desafios para organizar e manter segmento Enxada funcionando. Essa oportunidade se revelou muito proveitosa. No diálogo pude notar cada expressão ao fazer referência aos assuntos tratados. Testemunhei um conjunto extenso de relatos sobre as condições, conflitos, dificuldades e enfrentamento que permeiam a gestão da “Enxada”. Fazendo referência a assuntos como saúde, educação, política, organicidade, militância - entre outros -, observei as preocupação para mobilizar os membros, retomar a credibilidade financeira da instituição, buscar recursos, dentre outros. Quando questionamos sobre como estava o segmento “Enxada” o relato da Planta Angico (2019) versou sobre os problemas financeiros que a instituição atravessava,

Considero a pior época em todos os sentidos: regularização fiscal, caixa sem reserva, dívidas contraídas em nome da associação, trator quebrado, dificuldade para mobilizar, descrença dos sócios, entre outros. (ANGICO, 2019)

Questionamos sobre como as dívidas foram contraídas e os motivos do declínio da instituição, bem como sobre a participação dos membros, a planta Angico (2019) relatou,

Dos 116 membros, apenas 8 estão em dia. Não sei dizer por que a situação chegou a esse nível, penso que um dos fatores tenha sido dívidas que antigos dirigentes fizeram, hoje enfrento a desconfiança de alguns membros devido a situações anteriores. (ANGICO, 2019).

Questionada sobre quais situações eram essas, a planta Angico preferiu não relatar. Ao longo do diálogo percebemos pelas expressões que havia muitos desafios a serem superados, demonstrava confiança e crença que ia conseguir, “Estou fazendo a minha parte.”. (ANGICO, 2019).

No contato com as visitas, fui ganhando confiança e a convite de uma liderança fui convidada a participar do 21º Encontro da Regional Recôncavo. Esse evento marcou minha 7ª ida a campo. O Encontro durou três dias. Essa foi

a experiência mais intensa que tive durante toda a pesquisa devido o amplo contato com os participantes do encontro. No período em que estive no assentamento, fui recebida na casa de “João” e “Maria”, que proporcionaram a mim e a minha filha uma acolhedora estada, onde desfrutei, de uma convivência agradável e afetuosa com os moradores da comunidade e de outros assentados das brigadas Zumbi dos Palmares e Carlos Marighela que também participavam das atividades, assim como dos momentos culturais. Durante os três dias pude observar como os eventos de formação são importantes na construção da luta. No encontro foram propostos reflexões sobre a atual conjuntura política, social e econômica do país, como o governo federal vem atacando as instituições e o MST, foi feito um balanço das ações do Movimento no ano de 2019 indo da análise histórica da luta pela terra, as conquistas de assentamentos, escolas, linhas de crédito até chegar no PRONERA. Foi apresentado também os desafios do MST para o ano de 2020 a saber: desafios do trabalho de base para reorganização da mesma, formação de base, dificuldade de mobilizar alguns setores como LGBT, juventude e outros, como frear/barrar o crescimento das igrejas evangélicas nos assentamentos, como mobilizar os evangélicos para a luta, novas ocupações, eleições municipais 2020.

Nesse evento alguns fatos chamaram minha atenção: primeiro não havia ex-lideranças participando do evento, segundo pequeno número de participantes do assentamento no Encontro. Questionei se não houve divulgação ou se o evento era pra poucas pessoas mesmo, ouvir de um dos organizadores do evento “fizemos ampla divulgação, mas mesmo assim o número de participantes não foi o esperado.”. (UMBUZEIRO, 2019). O terceiro ponto refere-se a pouca participação dos jovens no evento. Em contrapartida no momento cultural - atividade realizada com o nome de noite cultural - havia um quantitativo significativo de jovens do assentamento presentes observando as atividades desenvolvidas, sem se envolver. O terceiro ponto refere-se ao número significativo de evangélicos presentes na palestra, cujo tema era religiosidade, fé e luta de classe. Entretanto, em desacordo com a fala do palestrante, que por sua vez era pastor, alguns se retiraram da plenária.

Durante o encontro estreitei relações com as plantas Coroa-de-frade, representante do segmento Foice e Juazeiro representante do segmento

Machado, ambos lideranças tarefas específicas no movimento, externa ao assentamento.

No diálogo com o responsável pelo segmento Foice observei como se sentia bem e a vontade em relação à função assumida. Numa recordação quase que solitária relatou como era pouco comum no movimento o número de pessoas nos assentamentos dispostas a aceitar essa responsabilidade, em virtude dos desafios a serem superados. Questionado sobre quais seriam esses desafios, Coroa-de-frade (2019), disse,

São muitos os desafios. Nos assentamentos e acampamentos que estão sob minha responsabilidade os mais gritantes estão voltados para a mobilização dos assentados para participar das atividades interna e externas do movimento, o crescimento acentuado de igrejas evangélicas nas áreas de reforma agrária. Devido à carência de assentados para o trabalho, há um número elevado de áreas sob minha coordenação. Isso dificulta a realização de um trabalho mais “corpo a corpo” nos acampamentos e assentamentos. Tenha consciência do meu papel enquanto jovem de mobilizar a juventude, mas ainda não estou conseguindo atraí-la. (COROA-DE-FRADE, 2019).

Em relação aos setores Coroa-de-frade (2019), relatou suas preocupações com a existência sem atividade desses nas áreas. Questionado sobre o que tem feito para resolver os problemas encontrados afirmou,

Tenho me entregado à militância, fazendo visitas constantes dentro das possibilidades aos assentamentos e acampamentos, visitando as casas, colocando-me a disposição, conversando com um/a do/as companheiro/as sobre proposta de trabalho, ouvindo os assentados e acampados e convidando-os a participarem das atividades. (COROA-DE-FRADE, 2019).

A planta Coroa-de-frade (2019), afirmou,

Não está sendo fácil, não entendo por que muitos assentados rejeitavam o movimento, parece que esqueceram de onde vieram e como começaram, outros não se interessam, não se sente motivados o que culminava no diálogo ser sempre com as mesmas lideranças. (COROA-DE-FRADE, 2019)

Em se tratando dos evangélicos a planta Coroa-de-frade (2019) relatou: “Ainda não sei o que fazer com os evangélicos, percebo que há doutrinação de alguns assentados. Ainda não sei como, mas farei todos os esforços possível para tê-los nas atividades, assim como os jovens.”.

Coroa-de-frade (2019) concluiu afirmando “é mais fácil mobilizar os acampados”. Questionamos porquê, afirmou,

São mais dispostos aos enfrentamentos e participação nas atividades. Os assentados por já terem conquistado a terra são mais acomodados, atribuem aos coordenadores e demais lideranças internas suas responsabilidades. (COROA-DE-FRADE, 2019).

Em determinados momentos da conversa podíamos perceber pelas expressões como os problemas apresentados o desanimava. Apesar disso, testemunhei seu interesse e vontade de realizar um trabalho sistemático e diferente dos que vinham sendo desenvolvidos até então no segmento Foice, sobretudo os relacionados de modo geral à mobilização e formação dos assentados.

Em se tratando do segmento Machado, testemunhei no conjunto da conversa com a planta Juazeiro preocupações com os rumos da luta na atual conjuntura. A planta Juazeiro (2019),

Assumir o desafio de reorganizar os assentamentos e acampamentos, frear o crescimento das igrejas evangélicas, mobilizar e articular os setores, formar novos quadros, mobilizar os evangélicos para a luta, potencializar a candidatura dos Sem Terra para as eleições municipais 2020 e avançar na luta com novas ocupações. (JUAZEIRO, 2019).

No conjunto da conversa observei suas preocupações em vencer os desafios, assim como coragem, força e determinação para mobilizar os assentamento e acampamentos que estão sob sua responsabilidade para a luta. Durante o evento pude observar como a planta Juazeiro se relacionava com os assentados e acampados, mostrando-se atencioso, participativo, solícito, mediando os trabalhos e demandas.

Na 8ª ida a campo dialoguei com assentados aleatórios da comunidade, com o objetivo ouvi-los a respeito dos processos formativos e participação nos encontros dentro do assentamento. Nessa ocasião conversei com as Plantas Cumarus e Facheiros. De modo geral mostraram pelas expressões, gestos e respostas evasivas o quanto estavam alheios aos acontecimentos no assentamento. Durante a conversa, os Cumarus foram pouco participativos. Os Facheiros disseram que não se envolvem por que não são convidados. No conjunto dos relatos percebi que havia a opção individual de não participar dos

encontros. Questionamos se costumavam participar dos encontros formativos, as Plantas Cumarus (2019) responderam “Somos de outra religião”. Questionamos se a religião e/ou as lideranças evangélicas não se envolviam com luta pela terra e com as ações do MST limitaram-se a responder, “Somos evangélicos”. Em se tratando dos processos formativos e de participação das plantas Facheiros nos encontros, apenas um se manifestou “Esses eventos não mudavam nada aqui no assentamento.” (FACHEIRO, 2019). Pelas expressões afirmativas o outro concordava com a fala. A impressão que tive foi que por motivos pessoais alguns decidem não participar, não por falta de informação, ou por proibição, mas por omissão. Afirmando isso em virtude das contradições em que muitas vezes as falas se inseriram.

A 9ª ida a campo teve como objetivo dialogar com liderança com tarefa específica no movimento. Nessa oportunidade ouvir a planta Cacto (2019) que relatou suas preocupações sobre a participação dos sem terra nas atividades promovidas no assentamento e no MST de modo geral.

Nós que trabalhamos nos setores temos que conseguir chegar nos mais jovens, não consigo ver outro caminho que não esse. Até por que os mais antigos não tem condições físicas para ir ao enfrentamento nas ocupações, marchas e outras atividades do movimento que requeira resistência, principalmente física. (CACTO, 2019).

Essa visita foi bem produtiva o relato entusiasmado da planta Cacto (2019) evidenciava pelas suas expressões o quanto estava disposta a contribuir com a coordenação geral do assentamento.

A 10ª ida a campo teve como objetivo dialogar com militantes sobre os processos formativos e de mobilização social no assentamento. O encontro nessa oportunidade foi com a planta Faveleira. Inicialmente a conversou girou em torno de assuntos gerais do assentamento, importância da militância e do trabalho coletivo. Quando questionamos sobre os processos formativos e de mobilização social no assentamento, percebemos pela expressão da planta Faveleira que não era fácil tratar daquele assunto, assim declarou:

Tudo que tem no movimento, tem aqui no assentamento também. O problema é que muitos assentados se acomodaram depois da conquista da terra, outros não participam por falta de interesse mesmo, mas, todos sabem da importância da participação coletiva. Passa a responsabilidade de buscar as coisas sempre as lideranças. (FAVELEIRA, 2020).

A planta Faveleira relatou que no desempenho de suas funções diárias de trabalho ajudava a coordenação a fazer o trabalho de divulgação das atividades promovidas no assentamento, “O que não vejo é interesse dos assentados em participar” (FAVELEIRA, 2020). Em relação a sua própria participação nas atividades, demonstrou que se interessa, quando é possível participa apenas das atividades locais. Concluiu afirmando “não participo mais, por causa do trabalho”. (FAVELEIRA, 2020). Considerei essa oportunidade bem interessante. As expressões denotavam preocupação, vontade de ajudar e esforço para manter a comunidade informada sobre as atividades e demais eventos.

Na 11ª ida a campo dialoguei com assentados aleatórios da comunidade. Nessa oportunidade dialoguei com assentados adultos de outras religiões ou credo diferente dos evangélicos com objetivo de ouvi-los a respeito dos processos formativos e participação. Ambas as plantas se autodeclararam católicos. Essa conversa se mostrou bem interessante. Quando questionamos sobre a participação nos processos formativos e de mobilização social a planta Flor de Jitirana (2020) afirmou,

Sou do MST. Porém, [...] nem sempre participo das atividades. Mas acompanho o empenho da coordenação do assentamento para fazer um trabalho diferenciado. O que é difícil, as pessoas aqui estão desacreditadas e acomodadas. (FLOR DE JITIRANA, 2020).

A Planta Aroeira-Vermelha (2020) afirmou “Já participei muito, hoje pouco participo”. Na avaliação da planta Flor de Jitirana (2020), suas ausências nas atividades começaram a reduzir quando deixou de concordar com a maneira como algumas lideranças no passado conduziam o Movimento no assentamento. “Diziam uma coisa nas reuniões e faziam outras. Preferir me afastar.” (FLOR DE JITIRANA, 2020). Em seu relato, a Planta Aroeira-Vermelha (2020) destacou “a partir do momento que antigas lideranças começaram a fazer alianças político partidárias por aqui, as coisas começaram a mudar. O partido dos sem terra é o MST” (AROEIRA-VERMELHA, 2020). Essa conversa se mostrou bem proveitosa. A conversa com as plantas foram em diferentes espaços e tempo, entretanto a semelhança do dialogo impressionava, pois pelas expressões de ambas podiam-se observar as insatisfações, decepção com os rumos dos acontecimentos no assentamento.

A 12ª segunda ida a campo teve como objetivo conversar com algum membro do segmento Enxada. Nessa oportunidade conseguir dialogar com Planta Caatingueira. Num discurso aberto fez queixas sobre o abandono do Incra, falta de financiamento do governo, dificuldades de manter a área produzindo, em virtude da falta de recursos. Teceu críticas a antigos dirigentes do segmento Enxada pela contração de dívidas, entre outros. Testemunhei nesse encontro um conjunto de relatos sobre as dificuldades dos sem terra sobreviver no assentamento sem ajuda do poder público local e do governo federal para financiamentos através do Incra. Questionamos sobre como estava o assentamento relatou, “Não acredito que vamos conquistar mais nada, por isso aí” (CAATINGUEIRA, 2020). Notei no discurso a descrença na capacidade do segmento Enxada para conquistar recursos, diante da situação que segundo a planta Caatingueira apresentava, assim como no potencial do MST para trazer para os assentados outras conquistas além das até então adquiridas.

Em um dos retornos do campo de pesquisa, casualmente encontrei antigas lideranças, as quais tinha enviado mensagem via rede social e que não haviam recebido feedback. Desculpam-se pela falta de retorno alegando excesso de trabalho, mas que estava ali a disposição. No diálogo foi possível observar a tensão e em certa medida nervosismo ao falar do assentamento. As narrativas foram permeadas de justificativas a respeito das ausências devido ao trabalho e dos compromissos assumidos fora do assentamento.

Os relatos apresentam as problemáticas, fragilidades e sentimentos dos sujeitos participantes da pesquisa sobre o cotidiano do assentamento.

4.1 Análise dos diálogos com os assentados: identificando palavras geradoras

O desafio das investigações com abordagens qualitativas é provocar os sujeitos à reflexão crítica, dialógica, consciente e problematizadora das contradições sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas no cotidiano. De acordo com Minayo (2009, p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha como universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz

e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21).

Nessa perspectiva a pesquisa qualitativa nesse estudo nos ajudou a mergulhar no cotidiano dos assentados para compreender seus comportamentos e percepções a respeito de como constroem os processos formativos e de mobilização social na realidade em que vivem e atuam.

Os caminhos trilhados para análise dos diálogos com os assentados ancoraram-se nos princípios do materialismo histórico dialético. Esse, de acordo com Ianni, (1998, p.145), “compreende a realidade como movimento, modificação, devir, história.”. Dessa forma, nossa opção pelo método deu-se no sentido da possibilidade da produção de um conhecimento crítico de formação que altere e transforme a realidade vivida, tanto do ponto de vista do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre o movimento da realidade se dê em função de uma ação para transformá-la.

O caráter dinâmico e histórico da realidade que emergiram das falas dos sujeitos foi obtido através dos instrumentos de recolha de informações, no caso específico desse estudo observações e registros de entrevistas informais em diário de campo realizados durante as doze visitas de campo, junto aos sujeitos da pesquisa: lideranças do MST– coordenação do assentamento, da regional recôncavo, da brigada Roseli Nunes, militantes com tarefas nos setores de educação regional e da brigada, setor de frente de massa estadual e do setor de formação regional e dirigente da Associação Comunitária; Militante; Ex-lideranças; Assentados (evangélicos, jovens, pessoas de outras religiões e credos, adultos, agente de saúde, idosos que estão no movimento desde o início da ocupação, sócio da associação de moradores, servidores administrativos e de apoio da escola do Assentamento Menino Jesus.

Nesse contexto, ao aprofundar as interpretações e discussões a respeito das falas dos assentados percebemos como o desvelar dos conflitos, contradições, interesses e ideologias ajudam a desarticular os processos formativos e de mobilização interna, provocando rupturas na luta e na organização dos assentados. Para compreendermos as subjetividades, sentidos, percepções e ações empregadas pelos sujeitos é fundamental

questionar em que medida a partir da relação entre MST e assentamento Menino Jesus tem se pensado, tensionado e/ou construído a formação de base?

Para responder ao questionamento recorreremos aos princípios formativos defendidos pela Educação do Campo na perspectiva da Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, embebida dos pressupostos teóricos metodológicos da educação popular, cujas concepções de formação de base e mobilização social abarcam visões e estratégias políticas que dinamizam o protagonismo dos sujeitos, ao tempo que os tensionam a produzir conhecimentos a partir de sua realidade.

Nesse sentido, Meszáros (2005, p.12) reforça que “a educação tem como função transformar o trabalhador num agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo”, aproximando-se das ideias defendidas por Freire (2001a) e dos aportes teóricos metodológicos que reforçam a importância e o papel da educação na construção da consciência crítica, sendo essa uma maneira de educar que contribui para que os sujeitos analisem a realidade vivida, de forma a tornarem-se capazes de agir sobre essa ela, transformando-a.

Em se tratando da formação e da mobilização dos sujeitos Freire sugere uma “educação em favor da emancipação permanente dos seres humanos” (FREIRE, 2006a, p. 72). Dessa forma, a perspectiva da formação dos assentados deve priorizar as condições objetivas da realidade histórica, social e política dos sujeitos, ancorando-se na proposição do pensar e do refletir a partir da criação e organização das situações problematizadoras da realidade. Isso de acordo com Delizoicov, Angottie, Pernambuco, (2011, p. 165), favorece as [...] “relações entre situações individuais, históricas e sociais, contribuindo com a discussão, interpretação, compreensão, representação e transformação dessa realidade.” (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2011, p. 165).

Um dos caminhos que consideramos fundamental para compreendermos os desafios e potencialidades da formação de base e dos processos de mobilização dos assentados são os defendidos por Freire quando aponta que o trabalho de formação de base deve partir de temas geradores. Para Freire (2014, p.139).

Os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos. Há, pois, uma relação entre o fato objetivo, a percepção que deles tenham os homens e os temas geradores...Captá-los e entende-los é entender os homens que os encarnam e a realidade a eles referida. Mas, que precisamente porque não é possível entendê-los fora dos homens, é preciso que estes também os entendam (FREIRE, 2014, p.139).

De acordo com Freire (2014), isso “ocorre por meio de uma investigação temática, pautada em uma perspectiva libertadora, ao qual se apoia na dialogicidade e problematização em torno da realidade.”. Portanto, para Freire, o trabalho com temas favorece o desenvolvimento do olhar crítico sobre a realidade, o que possibilita analisá-la rigorosamente para entender as situações problemas que fazem parte do mundo vivido. Isso propicia aos sujeitos, a partir dos problemas, construir uma visão de mundo mais significativa, potencializando a realização de análises mais críticas sobre fatos e problemas, posicionando-se. Sobre esse aspecto, Loureiro (2006, p. 46), contribui afirmando que,

[...] os temas geradores são a expressão das questões, simbolismos e conflitos existentes na região em que se está trabalhando, sendo reconhecidos como tais pelo conjunto dos atores sociais envolvidos no processo [...], podendo servir como elemento sensibilizador, mobilizador e aglutinador de forças sociais que atuam na área de abrangência (no ambiente) (LOUREIRO, 2006, p. 46).

A aquisição das palavras geradoras é, portanto um ato constante de investigação da realidade, assim como a apreensão reflexiva dessa realidade pelos sujeitos inserindo-os num debate crítico, reflexivo e problematizador para pensarem seu mundo. Portanto, de acordo com Freire (2014, p. 127),

O que se pretende investigar, realmente, não são os homens como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido a realidade, os níveis de percepção desta realidade, a sua visão de mundo, em que se encontram envolvidos seus “temas geradores” (FREIRE, 2014, p. 127).

Nessa perspectiva a palavra geradora impulsiona a troca de saberes através do diálogo que respeita as diferenças de cada sujeito em suas visões de mundo próprias. A utilização da palavra geradora, bem como a construção de metodologias que tenham como ponto de partida as palavras, é uma proposta com capacidade para compreender o fazer, o pensar, o agir e o refletir dos assentados, levando em consideração a realidade em que estão inseridos, pois

“quem dá a palavra, dá o tema. Quem dá o tema dirige o pensamento. Quem dirige o pensamento pode ter poder de guiar a consciência” (BRANDÃO, 1981).

As palavras geradoras, nesse contexto, ganham força pelo potencial discursivo que suscita o debate, a reflexão e problematização dos contextos vividos o que impulsiona a superação da visão ingênua do mundo a consciência crítica da realidade.

Na análise dos diálogos com os assentados foram emergindo palavras geradoras provocativas à formação de base que nos ajudam a compreender como os processos formativos do MST têm tensionado e/ou construído a formação de base no assentamento Menino Jesus.

Ao analisar as falas dos assentados na perspectiva da tematização de base freireana, própria da investigação temática da educação popular: participação, mobilização, formação, coletividade, liderança, organização, religião, luta, conflito e dialogo observamos como as narrativas acendem fortemente ações de individualização que impossibilita o surgimento de estratégias inclusivas com capacidade de inovação social e transformação do Assentamento.

Desse modo, identificamos dez palavras geradoras no conjunto das vozes dos sujeitos, entretanto destacamos cinco – **mobilização social, formação, participação, liderança e religião** (grifos nossos) - que consideramos potenciais para discussão, reflexão e problematização da abordagem temática da palavra geradora como ação estratégica educativa pensada a partir do caminho percorrida na pesquisa.

Salientamos, que embora as palavras geradores não tenham sido pactuadas com os sujeitos, coube a mim como pesquisadora implicada interpretar criticamente os dados construídos no percurso da pesquisa. As palavras geradoras tornaram-se cruciais para essa investigação, devido ao sentido político que são atribuídas a elas pelos assentados. Despontam como um balizador para problematização, reflexão e ação de propostas educativas para transformação da realidade, considerando as situações existenciais concretas e simbólicas dos sujeitos.

Convém ressaltar que as vozes dos sujeitos aqui anunciadas assenta-se no desvelamento das contradições que se operam no interior da sociedade brasileira, sendo, portanto, cada uma consideradas na análise.

Nos últimos anos tem-se percebido nos assentamento de reforma agrária um processo cada vez mais intenso de desmobilização em termos de discursos e de tentativas de novas mobilizações do ponto de vista tanto da religião com o aumento das igrejas neopentecostais nos assentamentos como do agronegócio com a exploração da força de trabalho do assentado para cultivar terra. A capacidade de autogestão (FELICIANO, 2006) que seria a mola propulsora para conduzir os assentados à consciência do seu lugar, no sentido de se reconhecerem, ser pertencentes e participativos e até mesmo de autogoverno com capacidade para agir nos assentamentos a partir da cooperação e da atuação coletiva, tem sido dissolvida e diminuída pela ausência de organização, participação, mobilização, lutas e diálogos dos Sem Terra nas demandas internas do Movimento. O que pode estar alimentado em alguns assentados forte sentimento de “descrédito com o lugar” (MAGNAGHI, 2010), o MST e demais organismos da classe trabalhadora.

Nos relatos percebe-se que o envolvimento de alguns assentados nas atividades locais tem sido limitada e limitante, onde cada um cuida de sua vida, afazeres e interesses. Isso corrobora com os argumentos de Carvalho (1998, p.06) quando aponta que há uma tendência ao individualismo entre as famílias assentadas nos vários Assentamentos espalhados pelo país. Diz o autor, [...] “nos assentamentos de reforma agrária predomina o comportamento individualista das famílias dos trabalhadores rurais com relação à gestão do assentamento” [...]. (CARVALHO, 1998, p.6). Esses comportamentos podem gerar baixas nos níveis de participação, organização e mobilização dos assentados nas atividades gerais do MST tanto a nível local como nas demais instâncias.

As falas e posturas de alguns Sem Terra evidenciam que há atribuição da responsabilidade de participar, mobilizar, formar, liderar, organizar e dialogar junto às lideranças. Primeiramente por alguns considerar que o fato dos líderes estarem mais próximas da coordenação estadual poderão por si só trazerem benefícios para todos, segundo por falta de interesse e até pela própria

descrença que alguns manifestam sobre a participação resultar em algum benefício, sejam eles coletivos ou individuais além dos já conquistados. Ao delegar a “tarefa de governar a representantes para atender aos interesses da população”, esses assentados, “[...] mostram, de fato, as suas fraquezas e limitações”, Streck e Adams (2006, p. 97). Em determinados relatos observa-se a incredulidade na capacidade do MST para conquistar algo para além da terra já conquistada.

Concordamos com as ideias defendidas por Streck e Adams (2006, p. 96) quando afirmam que “existe uma forte tendência de a participação ser sugada no labirinto dos canais de participação que não se comunicam e nos quais muitas vezes não se vê a saída em termos de resultados.”. Isso é observado em alguns relatos e podem ser confirmados na dependência desses Sem Terra em relação ao Incra, poder público local, outros.

Outro aspecto que chama a atenção na análise dos relatos diz respeito a formação. A formação de base, militantes e dirigentes tem como objetivo tornar o “movimento autônomo e independente política e ideologicamente” [...] (MST, 2001, p. 108). Há preocupações das lideranças locais em promover espaços de discussão coletiva, embora ainda precisem superar alguns desafios como: atrair os jovens para participar para além das atividades esportivas culturais e de lazer, mobilizar os evangélicos, dinamizar as atividades dos setores, dinamizar a participação dos assentados para além das assembleias mensais. Sobre a formação dos Sem Terra Bogo (2003, p.183) esclarece “que deve ser um processo permanente para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la”. Percebemos que há esforços da coordenação interna do Assentamento, assim como de alguns setores do MST (Coordenação Regional e de Brigada) para promover a formação continuada dos assentados, entretanto alguns se mostram apáticos aos processos formativos ofertados. Essa indiferença pode estar associada a entrada de novos sujeitos no espaço do assentamento sem histórico de afinidade com as lutas políticas e sociais do MST, desmotivação pessoal, envolvimento com segmentos religiosos neopentecostais, etc. Isso, certamente corrobora para que o vocabulário da luta não coincida com o vocabulário da vida concreta no assentamento, assim como, impede de ser eles mesmos, os assentados

protagonistas das mudanças que esperam do Incra, das lideranças, poder público local e do governo.

Por outro lado, têm-se os assentados que não se enquadram nas motivações acima, mas também não se sentem atraídos pelas formações ofertadas pelo Movimento, embora saiba de sua existência. Alguns relatos concordam que as práticas e estratégias de formação ofertadas pelo Movimento são importantes por proporcionarem valores e sentimentos de pertencimento do assentado a comunidade, assim como favorece a consciência coletiva fato que pode melhor influenciar nas decisões e nos resultados dos diálogos travados nas instâncias de decisão. De acordo com Pizetta (2007b) a principal tarefa da formação é “motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta” (PIZETTA, 2007b, p. 87).

Ainda sobre a formação pudemos observar as preocupações das atuais lideranças quando trataram do assunto. A formação é reflexo e condicionante engrenagem de relações interdependentes: formação intencionalmente planejada versus formação nos espaços do assentamento (produção, núcleos, associação etc.) versus movimento – sua organização e organicidade. A multiplicação da formação é engrenagem para que os processos formativos continuem acontecendo, sem sobrecarregar de tarefas os que permanecem, mesmo que haja fluxos migratórios em busca de empregos, envolvimento com experiências de trabalho formal que impulse a saída de alguns.

Faz-se necessário fomentar e promover processos formativos que vislumbre ações que possibilitem a transformação da realidade. É fundamental que a formação chegue a todos os assentados e que promova a consciência de que a formação acontece e, é vivida de forma particular em cada pessoa e em processos individuais e coletivos. Ressalta-se que o conceito de coletivo defendido aqui ancora-se nas ideias de Pistrak, (1981), quando afirma que “coletivo é uma concepção integral e não um simples total referido a suas partes, o coletivo apresenta propriedades que não são inerentes ao indivíduo. A quantidade se transforma em qualidade” (PISTRAK, 1981, p. 177). Portanto essa formação precisa fomentar em todos os Sem Terra o entendimento que os mecanismos de opressão que os atingem, também atingem o coletivo, assim como cada um carrega em si o compromisso com a transformação social do

assentamento. Nesse sentido, ao buscar reconstruir a formação social e política como forma de trazer para dentro da organização os que dela já fazem parte, mas encontra-se afastados, os novos atores que passaram a ocupar espaço no assentamento, mas não se identifica com a luta do MST, os evangélicos, os jovens, etc., é urgente que o Movimento busque novas alternativas para reconstruir a formação dos sujeitos. Ao contrário, diante das situações apresentadas, correm-se riscos delas se tornarem cada vez mais frágeis no cotidiano do assentamento.

Alguns relatos são carregados de saudosismo ao recordar os tempos em que a comunidade participava a contento. Há em alguns um sentimento de desânimo ou talvez de cansaço da luta após a conquista da terra e longos anos de espera para que as ações do governo cheguem até a comunidade. Pelos relatos podemos observar que alguns assentados não se veem e não se colocam como sujeitos que podem atuar de forma mais efetiva, a partir de ações que possibilitem processos de mudanças e práticas de autogestão, voltadas à construção de projetos coletivos (MAGNAGHI, 2010). Alguns relatos alicerçam uma perspectiva de que as ações empreendidas pelo MST do acampamento ao assentamento pouco possibilitou a efetivação de uma “identidade territorial local” entre os assentados. Tem-se a impressão que o formado foi uma “identidade precária e transitória” (MARTINS, 2004), fortalecida, no período da ocupação, e que hoje pouco permite trocas de experiências, ampliação das lutas e novas conquistas internas.

Se por um lado há nos discursos de alguns assentados desesperança, por outro é possível perceber os esforços que as atuais lideranças fazem para dissolver o individualismo e manter o coletivo em atividade. Em seus relatos pode-se notar que carregam os laços, valores e sentimentos de pertença construídos na luta pela reforma agrária da ocupação a conquista do Assentamento. Esses vínculos têm encorajado as lutas internas para manter a organização viva. Isso é perceptível nas ações empreendidas por essas lideranças para fortalecimento das lutas internas, bem como os comportamentos ativos para construir novas práticas e com isso, congregam mais assentados, sobretudo a juventude, evangélicos, mulheres a participarem tanto das atividades locais como fora do assentamento.

Percebe-se pelas narrativas que essa tarefa não tem sido fácil. Apesar dos esforços das lideranças para manter o coletivo em atividade, ao analisar seus relatos também nos pareceu haver uma posição consensual para explicar que a dificuldade de participação dos assentados nas atividades promovidas pela organização estão relacionadas a experiências vividas com antigas lideranças que geraram sentimentos de incertezas, desesperança de alguns devido à ausência de acesso a linhas de créditos e programas federais de financiamento para investimento nos lotes, posição político partidária de ex lideranças, desânimo de alguns membros associados devido a situação jurídica que se encontra a associação comunitária, pré assentados³⁷ sem identificação com as ações do movimento, entre outros, são questões que de acordo com relatos das lideranças podem justificar a dificuldade para mobilizar a maioria a participar das atividades no assentamento. Concordamos com Pizetta, (2007b, p.87) quando afirma que,

Possivelmente a batalha mais difícil é a que devemos travar contra nós mesmos. Combater os desvios que herdamos da ideologia burguesa: individualismo, egoísmo, consumismo etc., que estão alojados em nossas consciências e que utilizam nosso comportamento para se manifestar quando as oportunidades existem. A vigilância, a crítica e autocrítica são indispensáveis. É preciso prevenir, ter cuidado com os quadros, com a massa também. (PIZZETA, 2007b, p.87).

Sabemos que os conflitos são inerentes à vida em sociedade e sua existência sempre apareceram como sinal de vitalidade para as atividades coletivas. A definição de conflito defendida por Morgan (1996, p. 36) representa bem como a força motora deles é onipresente nas relações,

[...] pessoal, interpessoal ou entre grupos rivais e coalizações, o conflito pode ser construído dentro das estruturas organizacionais, nos papéis, nas atitudes e nos estereótipos, ou surgir em função de recursos escassos. Pode estar explícito ou implícito. Qual quer que seja a razão ou a forma que assuma a sua origem reside em algum tipo de divergência de interesses percebidos ou reais. (MORGAN, 1996, p. 36).

³⁷ Pré-assentado aguardado regularização do INCRA pra se tornar assentado. Assentados regularizados pelo INCRA.

A definição dada pelo autor aponta para as falas cautelosas e expressões dos assentados ao revelarem como a onipresença dos conflitos – que apesar de encobertos, seus ruídos tomam todas as direções do assentamento – tem tensionado as relações na comunidade. O não conflito também silencia e pode se dar por pura obediência. Na perspectiva da ação dialógica de Freire (1996) a ideia de conflito, tensão, está na condição de inacabamento do ser humano, na procura do ser mais; o que para o autor é diferente do conflito a tensão que representaria o medo, a prepotência, a polêmica em detrimento do diálogo etc. Sabe-se que as relações humanas são conduzidas e marcadas por diversas contradições e conflitos em que os sujeitos podem exercer suas liberdades através do diálogo. Ao refletirmos sobre como essa questão tem se dado no assentamento, vamos percebendo como “os desvios florescem com facilidade, pois nos momentos indefinidos todas as idéias querem ter a razão e ser portadoras da verdade” (BOGO, 2007, p. 02). Percebe-se em alguns relatos que as ações individualizadas de algumas ex-lideranças com aspirações, desejos, vontades e interesses próprios não representam o assentamento, nem o MST, sendo inclusive vetados a esses sujeitos o direito de tratar de quaisquer assunto em nome da organização. É fundamental que todos, independentemente de ser atuais ou antigas lideranças possam emitir e buscar soluções dialogadas para as divergências, assim como tomar decisões coletivas, considerando que cada assentado é importante para o desenvolvimento do assentamento.

Ao descrever os conflitos vamos percebendo como eles se apresentam em diferentes abordagens, conforme aponta Mota (1998), “disputa de interesses, necessidade de controle sobre a coletividade e percepções em nível individual”. Isso fragiliza as relações e enfraquece as conquistas, dando inclusive vícios para que projetos neoliberais e religiosos doutrinadores assumam protagonismos nas áreas de reforma agrária. Em alguns relatos podemos perceber como as “histórias estão repletas de vozes abafadas e de vidas sacrificadas em nome da fé, da ordem, do progresso e, mais recentemente, da governabilidade, da sustentabilidade ou da competitividade” (STRECK; ADAMS, 2006, p. 96).

Ao analisar as falas dos assentados, uma demanda que exige um olhar sensível do Movimento, diz respeito à religião. O neopentecostalismo encontrou campo fértil nas áreas de reforma agrária e tem se desenvolvido. A entrada

desses novos atores sociais no espaço do reforma agrária levantam importantes questões para serem analisadas e estudadas pelo MST, haja vista que as mudanças religiosas não estão sozinhas, mas acompanhadas de mudanças no espaço da comunidade. A religião cumpre importante papel social. Não só por ser “local de memória e identidade coletiva”, como afirma Ortiz (2007), mas por ser coordenadora de ações dos indivíduos, influenciando diretamente o entendimento de mundo e, conseqüentemente, as ações destes indivíduos na sociedade.

No Assentamento Menino Jesus percebe-se que as questões religiosas são indiferentes às questões da luta pela reforma agrária, independente do segmento religioso. Entretanto, o avanço no número de evangélicos tem se constituído numa preocupação ao MST nas áreas em que o Movimento está presente. Ao ser copitados pelas igrejas neopentecostais muitos assentados deixam de participar da vida coletiva. As mensagens proferidas nos momentos de encontros intensificam os mecanismos de definição de comportamentos e influência nas ações dos sujeitos que passam a obedecer as orientações dos líderes religiosos em nome da fé. Estas lideranças tornam-se representantes dos anseios do grupo, condensando em si as demandas eclesiais e de classe, sendo ele o exemplo das benesses advindas da crença em determinada profecia. Percebe-se que o Movimento está atento a essa questão, pois tem começado a canalizar esforços para formar a militância para atender aos desafios do debate coletivo a respeito da religião e luta de classe.

Portanto, a participação e mobilização coletiva da comunidade local na organização social do assentamento são fundamentais para lutas. Entretanto, faz-se necessário que alguns assentados compreendam que participação não se resume somente na presença de um elevado número de assentados nas reuniões, mas que se resume numa presença qualificada nas mobilizações internas e externas, formação do movimento para que as ações tenham força coletiva. “A participação favorece o surgimento de novas lideranças” (STRECK; ADAMS, 2006, p. 103), sem esta o trabalho coletivo não se realiza. A falta de participação tende ao individualismo, o que pode colocar os sujeitos dentro do isolamento, tanto com relação aos seus próprios companheiros como aos demais atores sociais.

Depois de analisar as palavras geradoras que sustentam os relatos dos assentados, os diálogos nos permite concluir que com os vínculos de participação, mobilização e formação fragilizados, as possibilidades de construção de uma autonomia concreta por alguns assentados, menos subordinada as ações das lideranças internas, Incra, poder público local e do Estado, bem como a força coletiva de luta por políticas públicas que, de fato, converta-se em alterações efetivas nas condições de vida e de trabalho dos assentados, fica comprometida, assim como a sobrevivência desses sujeitos no Assentamento Menino Jesus.

4.2 Fichas Formativas: construir pontes, fortalecer relações e transformar realidades

O projeto educativo de formação assumido nesta pesquisa é político, assim as orientações metodológicas e sugestões de atividades carregam os princípios educativos do projeto formativo da Educação do Campo na perspectiva da Pedagogia do Movimento Sem Terra nutrido dos pressupostos metodológicos que embasam a Educação Popular.

A ideia de construção das fichas formativas surgiram a partir dos resultados obtidos na análise dos diálogos com os assentados onde emergiram palavras geradoras que se tornaram cruciais a este estudo ao despontarem para a necessidade de uma ação educativa pensada a partir do caminho percorrido na pesquisa.

Acreditamos que elas dão conta de responder aos objetivos propostos nesse estudo; identificar nas vivências e experiências dos agentes mobilizadores do assentamento os sentidos atribuídos aos processos formativos do MST, bem como socializar as vivências, experiências e saberes da pesquisa, através de Fichas, cuja metodologia contribuirá para o fortalecimento das mobilizações sociais e processos formativos no assentamento, partindo da urgência de fomentar espaços de diálogos que despertem e valorizem as ideias e iniciativas dos mais jovens do Assentamento Menino Jesus.

As fichas formativas são ferramentas educativas de informação para auxiliar processos formativos. A fundamentação metodológica usada na construção das fichas deram-se a partir da tematização de base freireana,

própria da investigação temática da educação popular com inspirações na proposta metodológica da sistematização de experiências, haja vista que esta contribui para o exercício do diálogo e da conscientização. É um material de apoio didático-metodológico com estratégias de enfrentamento aos desafios da formação de base. Acreditamos que as fichas podem criar possibilidades para que os assentados e outros que deseje fazer uso adquiram experiências de autonomia e de organização, dois importantes elementos de emancipação.

Como ferramenta de informação e reflexão as fichas formativas servem para mediar os processos formativos não somente dos assentados, mas de todos aqueles (as) que desejem fazer uso de metodologias popular de luta política e social.

Nesse sentido as fichas formativas propõem um método participativo que considera o fortalecimento das relações internas como potencial para construção de pontes que se converta em ações para transformação da realidade. Os caminhos que propomos para utilização e prática das fichas formativas estão organizados em três partes, as quais denominamos de Eixos Formativos: Construir Pontes; Fortalecer Relações e Transformar Realidades. Os eixos fazem conexões com as estratégias metodologias, que por sua vez conecta-se com as sugestões de atividade. Para saber mais sobre os temas tratados apresentamos boxes com dicas de leitura para aprofundamento teórico, dica de acesso para busca na internet e fica a dica com provocações para reflexão do tema em questão.

As fichas formativas são de fácil compreensão e podem ser usadas separadamente ou de acordo ao propósito de formação que se pleiteei. Tivemos o cuidado de propor metodologias dinâmicas e criativas, numa perspectiva contextualizadas para facilitar as discussões e reflexões da formação a partir da palavra geradora em questão.

4.2.1 *Orientações metodológicas para uso das fichas formativas*

Eixos formativos

Os eixos formativos são parâmetros metodológicos de contextualização para reflexão e problematização, relação, etc. da palavra geradora. Ressaltamos

que todas as seções da ficha se conectam entre si e com o todo. Por conseguinte, para cada eixo formativo há uma orientação estratégica de metodologia para conduzir a operacionalização da ficha, que por sua vez se relaciona com as sugestões de atividades propostas no baú de ferramentas. Na operacionalização das fichas o número de atividades não está limitado às sugeridas e contidas no baú de ferramentas.

1. Eixo Formativo Construir Pontes - traz para o debate as problemáticas que mobilizam os sujeitos, as questões que os afetam e transformam, para que aprendam com sua própria realidade. Quem melhor que os próprios sujeitos para dissertarem sobre seus problemas, angústias e preocupações? Quem entende mais de sua realidade do que quem a vive? Desta forma, o eixo Construir Pontes levanta a partir da palavra geradora, questões para que os sujeitos dialoguem e problematizem a realidade: o que vemos e o que ela mostra?
2. Eixo Formativo Fortalecer Relações- expõe os diálogos possíveis entre teoria e realidade. O eixo apresenta a informação de forma provocativa e reflexiva, convidando os sujeitos a pensar juntos os conceitos e outros aspectos da teoria relacionando as problemáticas vivenciadas no cotidiano.
3. Eixo Formativo Transformar Realidades tem como objetivo desenvolver a autonomia dos sujeitos enquanto confiança em si mesmo e na comunidade, em oposição ao individualismo e a “ideologia fatalista e imobilizante que anima o discurso neoliberal” (FREIRE, 2009, p. 19). Nesse sentido o eixo apresenta informações com sugestões para transformar a realidade.

4.2.2 Estratégias metodológicas para uso das Fichas Formativas

As estratégias metodológicas levantam questões sobre a realidade, problematizando-o, assim como as relaciona a aspectos da teoria e consequente possibilidade de ações para transformação da realidade

- a) Problematização da realidade

As problematizações devem ser conectadas à realidade e ao contexto de vida do (a)s participantes. Para aprender sobre um assunto, é necessário que haja uso prático daquele conhecimento. Somente assim o assunto de que tratam terá sentido para quem participa. Outra questão interessante para problematizar a realidade é trazer para a discussão situações e experiências de vida e a partir delas levantar questões, dá exemplos, propor soluções.

b) Diálogos possíveis

Essa estratégia metodológica tem como objetivo construir um trajeto provocativo para conectar os conceitos e outros aspectos teóricos com as reflexões feitas pelos (a)s participantes sobre realidade. O diálogo deve promover interações e tensionar os participantes a pensarem ações para transformar a realidade.

c) Informação para transformar

Esse é um espaço de informação com dicas de ações para mobilizar e transformar a realidade.

4.2.3 *Baú de ferramentas*³⁸

O baú de ferramenta contém sugestões de atividades referentes a cada eixo formativo e estratégia metodológica da ficha formativa. O baú disponibiliza uma infinidade de sugestões de atividades para serem desenvolvidas em cada eixo/metodologia das fichas. O que não significa dizer que essa é uma proposta fechada, ao contrario ao operacionalizar a ficha o mediador terá a sua disposição um número consideravel de sugestões para uso na integra ou não.

No baú de ferramenta apresentamos uma diversidade de atividades que podem potencializar uso da fichas formativas, sendo elas abertura/acolhida/apresentação, mística, dinamicas, chuvas ou tempestades de ideias ou resgate de concepções previas, diálogos

³⁸Ao organizar o encontro o agente mobilizador tem a seu dispor baú de ferramenta contendo uma série de atividades para dinamizar e potencializar o encontro. Assim deve ter clareza do que está sendo proposto e o que quer alcançar com ele. Assim é importante organizar um roteiro/ esquema/ programação (a seu modo) a respeito do encontro contendo o objetivo e tema, além de uma proposta de pauta para ser executada. O objetivo deve responder a questões com, por que queremos debater esse tema? O que queremos alcançar com ele? A escolha do tema deve ser de interesse coletivo e estar alinhada com os propósitos das discussões. Já na pauta orienta a organização do encontro. Nela deve-se incluir o momento da abertura com acolhida dos participantes, apresentação no início e de avaliação no final, as atividades propostas para desenvolver o tema em questão, a previsão de horário para cada uma delas. É importante apresentar a pauta ao grupo para inferências e sugestões.

reflexivos jogos, trabalho em grupos, estudo de caso, linha de tempo, dramatização, intercâmbio de experiências, painéis, vídeos e ações para transformar a realidade.

Abertura/Acolhida/Apresentação

O objetivo dessas atividades é estabelecer um ambiente envolvente, onde os participantes se sintam acolhidos. Essa etapa é um momento importante, pois definirá o contexto em termos de energia, motivação e expectativas. Portanto, deve refletir um clima positivo e empolgante, que prenda a atenção e o interesse dos participantes.

Mística

A mística visa fortalecer os vínculos e o sentimento de pertencimento e identificação dos sujeitos com a luta, ao tempo que os valores cultivados e transmitidos nelas, os ajudam a fazerem a leitura e interpretação da realidade, reforçando a identidade coletiva, bem como suas convicções. Na mística, trabalha-se com os símbolos e celebração da luta e subjetividades coletivas. Na roda são colocados os desejos de um mundo justo, sem exploração, dominação e discriminação. A mística conecta o homem de maneira coletiva com a Terra e o universo. A forma como se deve organizar a mística vai depender do grupo com quem vamos trabalhar, e dos propósitos do conteúdo e atividades. Os objetos dispostos no círculo trazem para o centro alguns elementos que simbolizam a caminhada, de forma harmoniosa e integrada. Ao iniciar a atividade, damos sentido àqueles símbolos, através de breves falas, poesia ou música, declamações, entre outros para iniciar as discussões. A mensagem passada na mística deve estar atrelada ao conteúdo a ser discutido no encontro. A mística faz conexões para introduzir o tema articulando-o com a problematização da realidade.

Dinâmicas

As dinâmicas contribuem para o sucesso dos encontros e cada uma delas atinge os objetivos diferentes. Podem ser realizadas no início dos encontros para

os participantes se conhecerem e comecem a sentir-se bem no grupo, ou nos intervalos das atividades para descontrair ou quebrar determinadas tensões provocadas pelas atividades. Assim são maneiras criativas, animadas, expressivas, soltas e leves que permitir que o grupo faça uma pausa e recarregue a energia. Por isso deve ser muito bem escolhida.

Diálogos reflexivos

É fundamental para que os sujeitos se coloquem à disposição tanto para ouvir quanto para falar, entendendo que esse percurso é um constante debate entre diversas visões de mundo. Nessa dinâmica todo mundo ensina e todo mundo aprende. Assim são sujeitos na troca de saberes e, nesta troca, se tornam sujeitos políticos. Dessa maneira não há um saber ou experiência maior e melhor que outra, há saberes para serem compartilhados e transformados em ações.

Chuva ou tempestades de ideia ou resgate de concepções prévias

Essa atividade tem como objetivo fazer o levantamento prévio de conhecimentos e experiências dos participantes com o item em questão. As perguntas trabalhadas nessa atividade deve ter relação com o tema em debate e trazer boas reflexões. A ideia é extrair dos participantes o máximo de informação sobre os conhecimentos e experiências que possuem sobre o tema. Isso os ajudará no entendimento no debate teórico, associando os conceitos e aspectos da teoria a seus conhecimentos e vivências.

Jogos

O objetivo dessa atividade é propor construções coletivas que estimule o senso crítico, em torno das atividades que requeiram estímulo dos participantes interação e envolvimento com o tema em discussão. Devem ser bem escolhidos, pois seu uso pode provocar competitividade e produtividade, destoando os propósitos de seu uso.

Trabalho em Grupos

O trabalho em grupos é uma oportunidade para trazer as experiências dos participantes para o coletivo. A atividade em grupo propicia reflexões, diálogos trocas significativas de experiências, saberes e vivências, proporciona ainda oportunidades para que os participantes construam conhecimentos coletivos, de maneira respeitosa e interativa.

Estudo de caso

Essa atividade tem como propósito apresentar situações problemas para discussão, análise e proposições de estratégias de ações coletivas para resolução, a partir das experiências e saberes dos participantes.

Linha de tempo

Essa atividade ajuda a construir a memória de um determinado problema, a partir de marcos históricos que o constituíram. Para entender, por exemplo, o que a participação contempla e o que sua ausência ocasiona. Essa atividade valoriza a interpretação das situações históricas vivenciadas, alimenta a memória coletiva e a história oral, reforçando o sentimento de autonomia e pertencimento dos participantes ao contexto de sua discussão.

Dramatização

A dramatização de cenas do cotidiano dos/das participantes a partir do debate em questão é um recurso humorado que pode trazer uma mensagem de sensibilização e conscientização. Essa atividade consiste em organizar uma encenação através de papéis, com o objetivo pedagógico de gerar transformações. O objetivo desta prática é aprofundar as relações sociais e refletir criticamente sobre os problemas tornando possível avaliá-lo coletivamente.

Intercâmbio de Experiências

O intercâmbio de experiências é muito importante, e pode ser desenvolvido através de relatos de experiências. Essa atividade valoriza as

experiências dos participantes e os ajudam a entender a realidade de maneira coletiva, pois essa atividade oportuniza a reflexão sobre as condições materiais e objetivas de existência, da história e do lugar de vivência.

Painéis

Exposições breves, acerca do tema proposto. Essa atividade permite discussões e debates, após as colocações dos participantes. Boa maneira de trazer para a roda uma variedade de pontos de vista e maneiras diferentes de apresentar um assunto.

Vídeos

Essa ferramenta é interessante para ampliar o debate e a conscientização sobre temas diversos. Boa atividade para quem aprende visualmente. Os vídeos devem ser curtos e apresentar mensagens diretas.

Ações para transformar a realidade

Consiste em dicas com sugestões de possíveis de ações para transformar a realidade.

É importante ressaltar que as sugestões metodológicas e atividades contribuem significativamente para dinamizar o debate dos temas propostos. Entretanto, elas não são fixas, podem ser editadas e adaptadas de acordo ao público e área de interesse.

4.2.4 *Fichas Formativas*

FICHA 01 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Eixo Formativo: Construir Pontes

“Quer ir mais rápido,
vá sozinho. Quer ir mais longe, vamos juntos.”

Ditado Popular

- Tenho me envolvido nos processos de mobilização social em benefício de nossas lutas coletivas? Como? O que tenho feito?
- Como tem se dado os processos de mobilização social na comunidade?
- O que tem nos motivado a lutar?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

Aos poucos os sujeitos sociais foram percebendo que isoladamente, não poderiam fazer valer suas prerrogativas de participar efetivamente da sociedade, pois não teriam condições de dar voz às suas opiniões, expectativas e interesses.

Nesse processo o termo mobilização social ganha força devido aos movimentos sociais e mais recentemente dos movimentos sociais contemporâneos

Movimentos Sociais	Movimentos Sociais Contemporâneos
São formados por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política. É uma forma da população se organizar, expressar os seus desejos e exigir os seus direitos.	Surgiram de uma série de lutas por reconhecimento e direitos civis. Por isso, eles tratam mais de assuntos voltados a questões éticas e de valores humanos, muito discutidos na sociedade e nas grandes mídias

Fonte: MST



Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

O MST surgiu como forma de manifestação popular e combate à desigual distribuição de terra — uma característica histórica do país, em função de nossa estrutura latifundiária. O lema “terra para quem nela trabalha” sintetiza os objetivos do MST; Lutar pela terra, Lutar pela Reforma Agrária e Lutar por mudanças sociais no país.



Marcha Nacional das Mulheres Sem Terra à Brasília garantiu direitos às mulheres e trabalhadoras do campo.



A Marcha das Margaridas se traduz na mais importante mobilização conjunta de mulheres da América Latina. Em marcha, as mulheres reafirmam a defesa de temas como a terra, a água, as práticas agroecológicas, as políticas de educação e saúde, o combate à violência de gênero, além da previdência social anunciando qual modelo de sociedade defendem.

Fonte: CONTAG

Mobilizar é apresentar o problema, compartilhá-lo, distribuí-lo, para que os sujeitos se sintam corresponsáveis por ele e passem a agir na tentativa de solucioná-lo. Isso pressupõe envolvimento efetivo, compartilhamento de responsabilidades e opiniões, engajamento dos sujeitos na luta pela causa defendida e participação nos espaços de construção coletiva.

A mobilização social é uma importante ferramenta de fortalecimento da cidadania ativa e de construção de uma sociedade democrática, cuja realização só acontece se os objetivos propostos forem convertidos em ações coletivas de interesses comuns.

Mobilização social, portanto, é um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas.

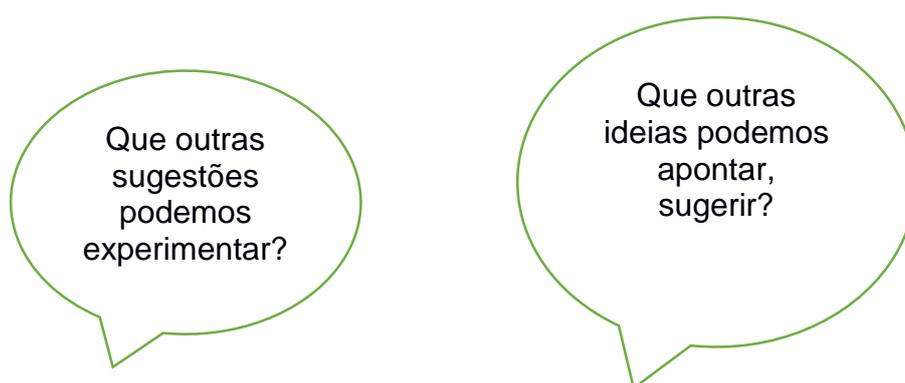
Eixo formativo: Transformar Realidade

- . Projeto de formação de lideranças envolvendo crianças, jovens e adultos para atuar na comunidade;
- . Projetos de educação/formação permanente na comunidade. Criar ciclos de debates para trocas de experiências com abordagens temáticas de interesse coletivo;
- . Jornadas de cultura na comunidade envolvendo música, literatura, vídeo-arte, teatro, dança, arte circense e outras linguagens artísticas;

Desenvolver projetos de educação que estimule a leitura crítica da realidade, apropriação e desconstrução de determinados conceitos, que estimule os jovens para a ação coletiva, fortalecimento e inserção desses sujeitos nos conselhos – e outros espaços – para o exercício da democracia participativa.

Ações de fortalecimento da agricultura familiar; ao sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; à construção da agroecologia, na defesa dos territórios camponeses; à luta por moradia junto aos movimentos populares urbanos; à luta das mulheres do campo e da cidade; ao movimento feminista; à luta pela visibilidade do trabalho das mulheres; às juventudes urbanas e rurais; movimento negro, o movimento LGBTTT, o movimento cultural, afrodescendente, de educação popular entre outros.

A mobilização social não encerra com a conquista do direito. O engajamento na mobilização ou a mobilização em si deve ser um processo contínuo de educação da comunidade. Portanto,



Para saber mais sobre democracia participativa, cidadania ativa, comunicação, esforço estratégico, mobilização em rede.

Dica de Leitura:

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria. (1991). **A Cidadania Ativa**. São Paulo, Ática.

F. PAULO. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. In: PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez. 2002.

WARREN, Ilse Scherer. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

Dica de Acesso:

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

<https://www.scopi.com.br/planejamento-estrategico/>

<https://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

Para saber mais sobre luta camponesa.

Dica de Leitura:

MARQUES, G.S. e MARQUES. I.R. Luta camponesa e reforma agrária. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referências:

Encontro Nacional de mulheres Sem Terra. Disponível em:

<https://mst.org.br/tag/encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/> Acesso em: 08 de agosto de 2020.

CONTAG. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php> Acesso em: 09 de agosto de 2020.

FICHA 02 – FORMAÇÃO

[...] “quem forma se forma e re-forma
ao formar, e quem é formado, forma-se e forma
ao ser formado”

(Freire, P. 1996, p. 25)

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Como temos formado as crianças e os jovens da comunidade?
- De que formação estamos pensando? Qual formação precisamos potencializar?
- Quais espaços da comunidade consideramos formativos para nós, para nossas crianças e jovens?
- Pelo que lutamos ou estamos dispostos a lutar ainda?
- Se ainda há pelo que lutar, como estamos construindo a luta na nossa comunidade?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

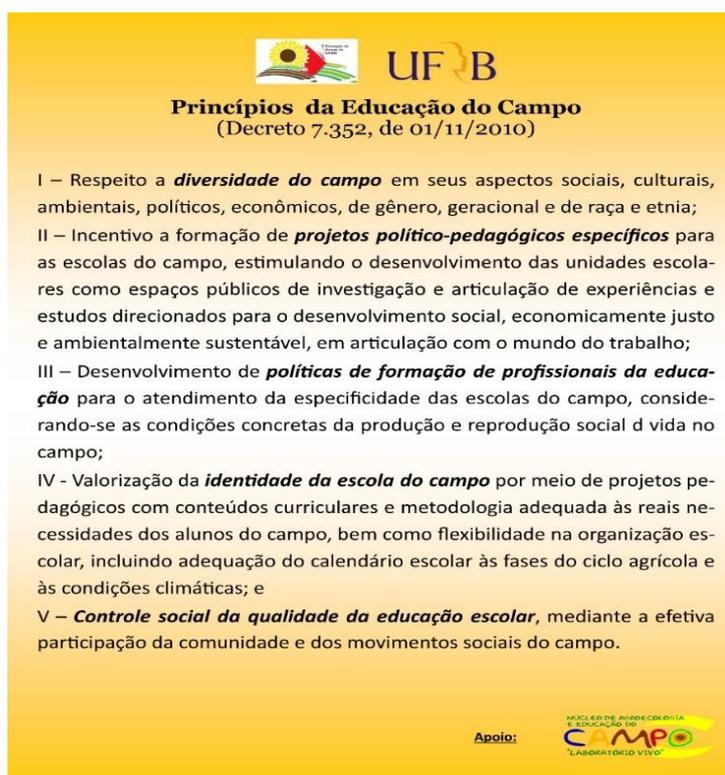
A formação deve possibilitar a reflexão da realidade, dos processos sociais, políticos e pedagógicos pelos quais os sujeitos lutam.

Formação para transformação da realidade, conscientização dos sujeitos e superação de todo processo de alienação.

Karl Marx usou o termo alienação em sua obra Manuscritos econômico-filosóficos para descrever a falta de contato e o estranhamento que o trabalhador tinha com o produto que produzia. A alienação na sociologia de Marx é descrita como um momento onde os homens perdem-se a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo. Para Marx as relações de classe eram alienantes, pois o trabalhador assalariado se encontrava em uma posição de barganha desigual perante o capitalista (empregador). Dessa forma o capitalista conseguia dominar a produção e o trabalhador.

“A defesa dos saberes do povo como ponto de partida para o diálogo da educação nos permite compreender que as identidades, as linguagens e o trabalho do povo tem contribuições importantes na democratização da escola.” (FETZNER, 2010, p.91).

Matrizes formadora da Educação do Campo



 **UFBR**

Princípios da Educação do Campo
(Decreto 7.352, de 01/11/2010)

I – Respeito a **diversidade do campo** em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II – Incentivo a formação de **projetos político-pedagógicos específicos** para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III – Desenvolvimento de **políticas de formação de profissionais da educação** para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social d vida no campo;

IV - Valorização da **identidade da escola do campo** por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologia adequada às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V – **Controle social da qualidade da educação escolar**, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Apoio:  **CAMPOLAB**
LABORATÓRIO VIVO

Fonte: Laboratório Vivo – CETENS/UFRB

“Precisamos nos dá conta de quão educativo é contemplar a natureza, fazer observações do nosso próprio entorno. Mas, mais importante, devemos compreender o quão revolucionário é agir para transformar.” (MONNERAT e SANTOS, 2017, p.30).

Territórios  Sujeitos = Natureza – Geral, Particular e Especifica



Vida – Conhecimento, troca de saberes/
Tecnologias Sociais

Disputa de Projetos - Agronegócio

Agricultura Tradicional

Agroecologia

Agronegócio	Agroecologia
<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura tem como base técnica de produção a fábrica; - Noção de sociedade como soma simples de fatores; - Produção científica realizada por mega corporações e orquestrada de acordo com os interesses do capital; - Noção mecânica de solo: o solo é a soma simples de fatores bioquímicos; - Ideologia da engenharia social gradativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura tem como base técnica de produção a natureza; - Noção de sociedade como conjunto de organismo; - Produção científica organizada sob formas diversas e definidas a partir dos interesses da classe trabalhadora; - Noção dinâmica de solo: o solo é maior que a sombra das partes; - Trabalho como princípio educativo.

Fonte: (CALDART, STEDILE, DAROS (org.), 2015, p. 96).



Fonte: Laboratório Vivo – CETENS/UFRB

ESTRATÉGIAS / MOMENTOS E ESPAÇOS DE FORMAÇÃO:

Ação social coletiva dos trabalhadores rurais e urbanos, da juventude, das mulheres, dos indígenas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos negros e negras, da população do campo, das águas, das florestas, de terreiros, da população em situação de rua, do seguimento LGBT+, outros fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões e segmentações.

Mobilização e engajamento de jovens, mulheres, negros, LGBT+, Sem Terra, indígenas, povos de terreiros, outros.

A luta popular deve construir novas formas de (com)vivência, pautadas na diversidade identitária dos sujeitos, na agroecologia, na transversalidade de demandas por direitos, formas de ativismo e empoderamento, com participação de jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBT+, etc.

Militância/Ativismo - engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados - (negros, mulheres, LGBT+, indígenas, povos do campo, das águas, das florestas, de terreiros, da população em situação de rua, outros - e

em defesa agroecologia, democracia na diversidade de classe, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, entre outros

Ações de cidadania e empoderamento:



Eixo Formativo: Transformar Realidade

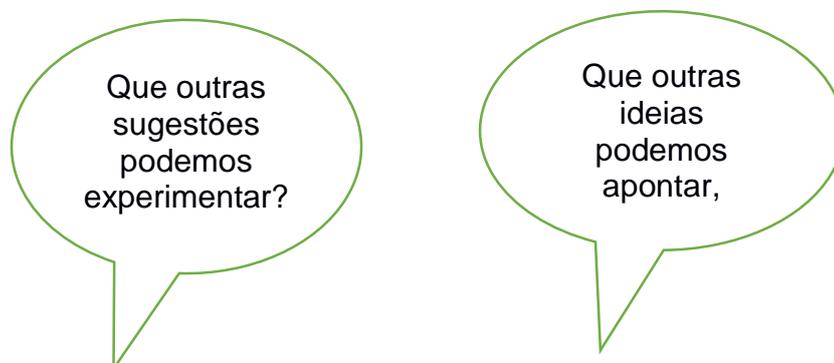
Vamos pensar sobre como nossos espaços na comunidade têm sido ou pode ser formativos numa perspectiva libertadora?

- Coletivos de jovens, mulheres, negros, LGBTQ+, outros
- Associação;
- Centro de cultura, outros
- Áreas comunitárias de lazer

“[...] reunir pessoas da classe trabalhadora, negros, mulheres, e imigrantes com o objetivo de lutar juntos em favor de sua libertação, da libertação de outras pessoas [...]” (HARNECKER, 2018, p. 09).

Preparar os sujeitos para participar das lutas sociais coletivas:

- Constituir espaços coletivos para fortalecimento de ações voltadas à agroecologia, ecologia de saberes, outras;
- Construir alternativas ao coronelismo, ao machismo, ao racismo – coletivos de jovens, mulheres, negros.



Para saber mais sobre Agroecologia

Dica de Leitura:

PRIMAVERSSI, A. **Manual do solo vivo**. 2.ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

COSTA, M.B.B da. **Agroecologia no Brasil: histórias, princípios e práticas**. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2017.

TOLEDO, V.M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Dica de Acesso:

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB. Disponível em:
<https://www.facebook.com/LaboratorioVivodeAgroecologia.UFRB/>

Para saber mais sobre Alienação

Dica de Leitura:

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. São Paulo, Expressão Popular, 1965.

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

CALDART, STEDILE, DAROS (ORG). **Caminhos para transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CALDART, R. STEDILE, M. E. DAROS, D. (ORG). **Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas de campo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DICKMANN, Ivo. **Pedagogia da liderança popular**. São Paulo: Editora Dialogar, 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta**. 1.ed. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB. Disponível em: <https://www.facebook.com/LaboratorioVivodeAgroecologia.UFRB/>

FICHA 03 - PARTICIPAÇÃO

Não gostaria de ser mulher ou homem se a impossibilidade de mudar o mundo fosse verdade objetiva que puramente se constatasse e em torno de que nada se pudesse discutir. Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível.

Paulo Freire

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Qual sua visão sobre os resultados da participação para a vida na comunidade?
- Pelo que me sinto motivado a participar na comunidade? Por quê?
- Como é sua (a nossa) participação na comunidade?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

Uma sociedade que se configure como democrática tem na participação um de seus aspectos centrais. O modelo de participação que se construiu no Brasil, essencialmente a partir da Constituição Federal de 1988, teve como protagonistas os movimentos sociais populares que mobilizaram a opinião pública, para que canais e instrumentos de participação fossem incorporados a

legislação brasileira. Esse modelo prevê um alargamento do conceito de participação.

Assim, é fundamental diferenciar, sem separar, os termos “participação social” e “participação popular”.

Participação Social	Participação Popular
<p>Se dá nos espaços e mecanismos de controle social, como conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas, etc. Esses são os espaços e formas de organização e atuação da participação social. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas.</p>	<p>Corresponde às formas mais independentes e autônomas de atuação política da classe trabalhadora, que se organiza em movimentos, associações de moradores, categorias sindicais etc. Refere-se às formas de luta mais direta, mais pontual, por meio de ocupações, greves, marchas, caravanas, romarias, mobilizações, manifestações, paralisações, intervenções, bloqueios de ruas e estradas, silêncios coletivos, cirandas, paradas, lutas comunitárias etc. Essas formas de organização e mobilização não atuam dentro de programas públicos nem se subordinam às suas regras e regulamentos.</p>

Destaca-se que a democracia participativa não concorre com a representativa: elas se complementam. Ambas são fundamentais para a construção da democracia participativa, pois contribuem para o reconhecimento de novos direitos pelo Estado, ampliando a cidadania no país e alterando o modo

de compreender os atores sociais, que passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos e participantes do processo de formulação de políticas públicas, rompendo com velhos modelos tecnocrata de fazê-la baseada na premissa do Estado externo à sociedade.

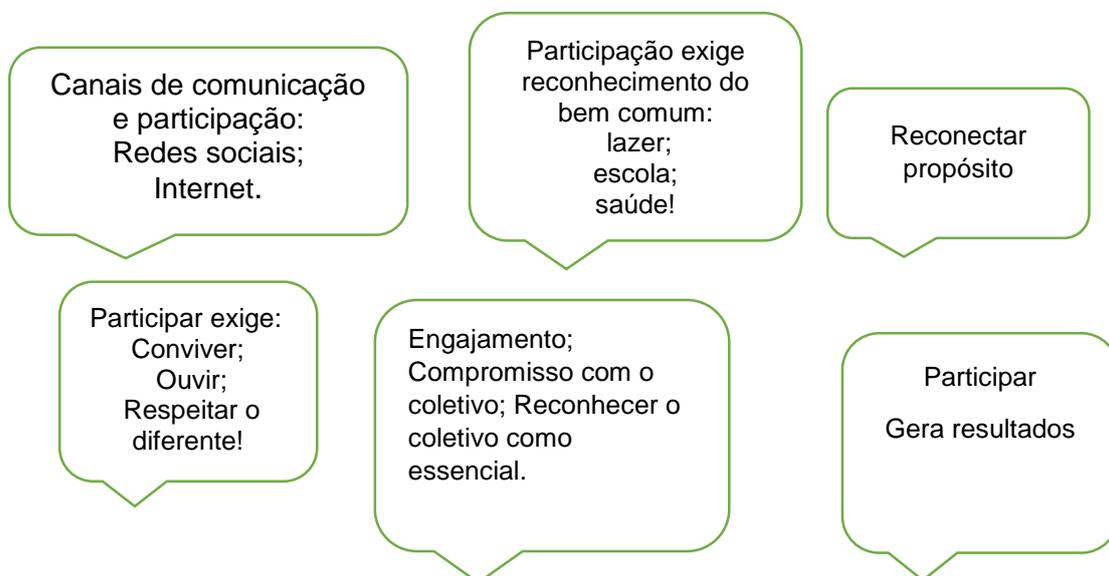
Entretanto, é necessário prestar atenção ao modelo representativo de participação, pois cada vez mais a democracia participativa tem sido percebida como um conjunto de práticas representativas, cujo sentido tem sido reduzidas a processos de escolhas de representantes e de tomada indireta de decisões coletivas.

Com Freire (2003, p.03), lembramos que o “aprendizado da democracia necessita de experiências de participação; aprendemos democracia pela prática da decisão, da crítica, da denúncia e do anúncio” [...], pois tem crescido no Brasil, o descrédito da representação no âmbito das instituições políticas e as insatisfações com as formas de gestão da coisa pública colocam-nos diante do desafio de revisitar políticas e projetos cuja execução nem sempre – ou raramente – correspondem à sua intencionalidade original.

Portanto, tanto a participação social como a participação popular, - cada uma em seus aspectos - favorecem a “democratização do poder”, corroborando para a assertiva que uma sociedade que se configura como democrática tem na participação um de seus aspectos centrais.

Eixo Formativo: Transformar Realidade

Na participação ativa, os homens e as mulheres se identificam com sua própria ação e, com isso, fazem-se história.



A participação é um exercício de voz, de não-silenciamento, de decisão, de direito de cidadania que “se acha em relação direta, necessária, com a prática educativa-progressista.” (FREIRE, 1995, p.73).

Assim...



Para saber mais sobre participação social, participação popular, democracia participativa e representativa

Dica de leitura

Gadotti, M. Gestão democrática com participação popular: planejamento e organização da educação nacional. São Paulo: Ed,L, 2013.

Gohn, M. G. “Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais”.

Fica a Dica:

Decreto no 8.243, de 23 de maio de 2014 - Institui a PNPS e o SNPS e dá outras providências.

Decreto nº 9.759 - Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Dica de Acesso:

<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm

<http://ouvidorias.gov.br/ouvidorias/legislacao/decretos/decreto-8423-2014.pdf/view>

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referências:

D. R. Streck, PITANO, S.C. e MORETTI, C. Z. **Educar pela participação, democratizar o poder:** o legado freireano na gestão pública. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 33 e.16788. |2017.

D. R. Streck e T. Adams – **Lugares da participação e formação da cidadania.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: UNESP. 2000.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina:** reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FREIRE, P. **Política e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FICHA 04 – LIDERANÇA

“O educador, o dirigente, caminha com o povo por um caminho empoeirado, por isso, tem que caminhar junto com o povo porque se vai atrás, o pó do caminho que levantam, não o deixará ver por onde ir. E também, se ele vai na frente, o pó que suas sandálias levantam tapará a vista do povo...”

Oscar Jara H.

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Para que serve um líder?
- Que liderança (s) precisamos?
- Como as lideranças podem contribuir para nos fortalecer enquanto comunidade?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

As discussões sobre liderança nos permite a abertura de espaços para reflexões sobre os diferentes saberes e práticas, que essa atividade exerce para o protagonismo dos sujeitos sociais. Os processos de construção de lideranças são processos ético-político-pedagógicos indissolúveis, que, exigem dos sujeitos um “ser mais” e uma tarefa ético-política e pedagógica para que se formem no trabalho diário que fazem e com os quais estão comprometidos para transformar a realidade.

As lideranças empenhadas em transformar a história das comunidades, devem em primeiro lugar, assumir-se como sujeitos ativos e críticos dos processos que promovem, mas que também são processos que os constroem e os fazem ser. Em segundo lugar, assumir-se como companheiro de viagem, que não está acima ou abaixo de outros sujeitos, mas que tem papel e responsabilidade particular de promover a direcionalidade transformacional desses processos e contribuir com eles. Em terceiro lugar, assumir a responsabilidade de promover caminhos e cursos de ação com metodologias, técnicas e procedimentos para pensar e fazer coisas, sabendo que o que propor nunca será neutro e, portanto, não deve torná-lo inocente ou espontaneamente, mas ciente de seu significado e propósito. Essas problematizações são fundamentais para orientar as práticas das lideranças, pois ao assumir o comando do processo de transformação da realidade deve em cada situação específica, examiná-la, olhar, fazer e refazê-la.

Por conseguinte, o papel da liderança nos processos educacionais e organizacional de transformação social da realidade é desafiante, pois implica colocar-se no processo como sujeitos ativos, responsáveis e comprometidos com os atores sociais com quem trabalham, seus contextos, dilemas, opções e possíveis alternativas de solução, mesmo em momentos mais difíceis, sombrio, autoritário e antidemocrático que tenha que enfrentar.

Ser mais

Vocação ontológica humana para o qual o destino do ser é criar, transformar o mundo enquanto sujeito ativo e não mero objeto passivo, nesse caso uma educação humanista libertadora é que oportuniza ao aprimoramento humano.

Trombetta e Trombetta (2010)

[...] “não devemos andar na frente, nem atrás do povo; a liderança popular anda junto, como um aprendiz do povo, um mediador do desvelamento do mundo, um problematizador da realidade, na busca permanente de ser mais com o povo, pronunciando a Palavra transformadora.” (DICKMANN, 2017, p. 23).

Os líderes são “[...] seres que não podem ser fora da comunicação [...]” (FREIRE, 2002, p. 125), assim os canais de comunicação reforçam os espaços e os momentos democráticos.

“Um líder motiva, organiza, acompanha, assessora grupos populares enfrentando e superando os dilemas e conflitos que os oprimem.” (DICKMANN, 2017, p.30).

“Ser líder é uma tarefa ousada, pois implica tornar-se um agente de transformação social a partir do diálogo sobre a realidade concreta com os indivíduos, entendendo-os como sujeitos no processo de construção de conhecimento.” (DICKMANN, 2017, p. 29).

“O papel da liderança é auxiliar na revolução, na transformação da realidade opressora, seu instrumento é, com certeza, o diálogo.” (DICKMANN, 2017, p. 67).

“Dirigir, não pode ser sinônimo de autoritarismo.” (DICKMANN, 2017, p. 53).

“[...] na medida em que a liderança nega a práxis verdadeira aos oprimidos, se esvazia, conseqüentemente, na sua.” (FREIRE, 2002, p. 22).

“Liderar exige engajamento e compromisso com a causa dos oprimidos/as.” (DICKMANN, 2017, p. 21).

“Liderança [...] é a capacidade de um sujeito individual ou coletivo de mobilização de outros sujeitos ou indivíduos devido à sua ação diante de situações de

sofrimento, indecisão ou preenchimento de desejos e necessidades por parte dos liderados.” (DICKMANN, 201, p. 28).

Um líder é melhor
Quando quase não se nota que ele existe,
Não tão bom quando as pessoas lhe obedecem e o aclamam,
Pior quando eles o detestam.
“Falte em honrar o povo,
e o povo vai faltar em honrar a ti;”
Mas de um bom líder, que fala pouco,
Quando seu trabalho estiver feito, seu objetivo realizado,
Todos vão dizer, “Nós mesmos realizamos isso.”
Lao Tzu,

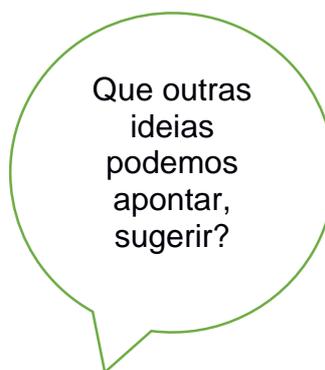
(Streck, D. R. e Adams, T., 2006, p. 103)

Eixo formativo: Transformar Realidade

São desafios das lideranças,

Bater à porta de pessoas que não conhecemos. Proporcionar lugares de encontro nas quais pessoas desconhecidas se reúnam para compartilhar seus problemas e, juntas, encontrarem as soluções. Fazer campanhas e combinar com outras pessoas a realização de ações para exigir mudanças. Ajudar as pessoas a descobrir seu próprio poder. Avaliar todo esse trabalho e fazer tudo de novo. Essa é a tarefa de um dirigente. (HARNECKER, 2018, p. 9).

Assim...



Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

DICKMANN, I. **Pedagogia da liderança popular**. São Paulo: Editora Dialogar, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta**: doze artigos para o debate militante. São Paulo Expressão Popular. 2018

Streck, D. R. Adams, T. – **Lugares da participação e formação da cidadania**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

TROMBETTA, S; TROMBETTA, L. C. **Vocação ontológica**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FICHA 05 – RELIGIÃO

Em que consiste a experiência mística? É o encontro da razão última da existência ou a possibilidade de dar à existência um sentido. É o sentido de voltar-se para o outro e para os outros numa dinâmica que vai mais pessoal ao mais social e que pode ser descrita como experiência de Deus”. (FREI BETTO, 2001, p. 116)

Mística

É um sentimento que passeia delicado e lento por dentro de nosso coração. Como se tivesse mãos, coloca o ânimo em cada pensamento. Mexe no comportamento, no jeito de andar, falar e sorrir; é a força que nos faz sentir, prazer e arrependimento. (...) Quem tem mística está sempre crescendo. A cada dia sente-se renascendo nas coisas que vai realizando. Seja na base ou no comando, a mesma energia se manifesta, como a alegria em uma festa, instiga quem está participando. (...) Mas a mística não é só bondade, às vezes serve-se da ansiedade para angustiar o corpo inteiro. Como uma chama no candeeiro que bebe o líquido que está dentro, provoca todos os talentos e esgota as capacidades. Desafia as habilidades para enfrentar certos apuros, nos cobra para sermos mais maduros diante dos acontecimentos. (BOGO, 1998).

- Como a religião tem contribuído para nos fortalecer enquanto comunidade, respeitando nossa diversidade?
- Como a religião pode contribuir com nossas lutas por justiça social, direitos e contra todas as formas de opressão?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

No caso da luta pela terra, o livro Êxodo era uma referência para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo do sem-terra sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a fermentação da caminhada à terra prometida. (STEDILLE: MANÇANO, 2005. p. 74).

É oportuno apontar que os princípios fundamentais da política de libertação possuem eixos norteadores para sustentação de uma práxis de libertação que podem dar alguns indicativos de pôr onde de modo individual e coletivo a humanidade pode começar a caminhar.

Des-humanização / Alienação	Humanização / Libertação
<ul style="list-style-type: none"> - A vida é negócio - Negócio é vida - Individualismo - Competição - Pactuar com as formas de opressão (violência, exploração) de si e dos outros - Bem individual - Não respeitar a diversidade - Não respeitar o outro - Não respeitar a mãe terra 	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça social - Luta - Respeito ao outro como ser humano - Vida - Respeito à natureza - Diversidade / Multiculturalismo - Amorosidade - Diálogo - Esperança - Bem comum

“(...) em vez de anunciar a desordem provocada pela exclusão como a ordem estabelecida, e educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e reinventar a ordem, a partir de valores verdadeira e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade.” (CERIOLI; CALDART, 1999, p. 7).

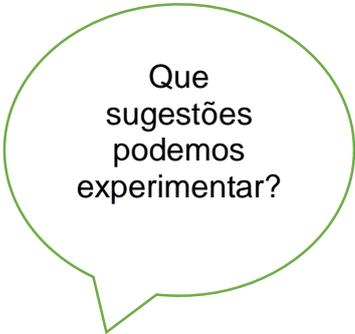
Fundamentalismo religioso

Modo de ser, pensar e de agir, que resulta de uma crença e de uma adesão incondicionais a uma doutrina religiosa, qualquer que seja ela, judaica, cristã ou islâmica, considerando-a como única detentora e protetora do Bem e da Verdade. (ROCHA, 2014, p. 764).

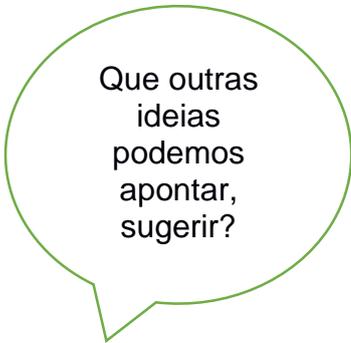
A preocupação com o outro e a responsabilização pelo futuro dependem, mais do que nunca, da consciência de que dependemos uns dos outros para sobreviver.

Os diálogos interculturais nos indicam caminhos para o fortalecimento da cidadanização e luta popular como elemento de potencialização de nossa subjetividade, pensamento, religiosidade, amorosidade.

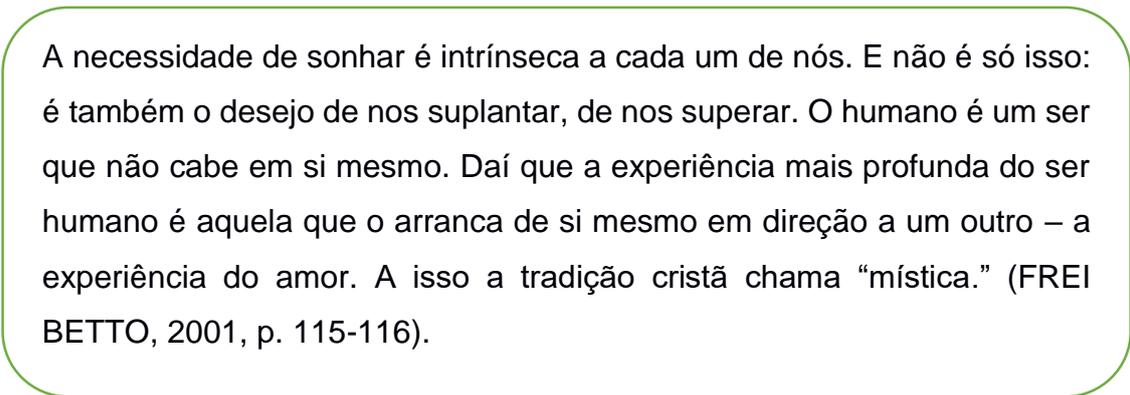
Assim...



Que
sugestões
podemos
experimentar?



Que outras
ideias
podemos
apontar,
sugerir?



A necessidade de sonhar é intrínseca a cada um de nós. E não é só isso: é também o desejo de nos suplantar, de nos superar. O humano é um ser que não cabe em si mesmo. Daí que a experiência mais profunda do ser humano é aquela que o arranca de si mesmo em direção a um outro – a experiência do amor. A isso a tradição cristã chama “mística.” (FREI BETTO, 2001, p. 115-116).

Dica de Leitura:

Chauí, M. (2006). **Fundamentalismo religioso**: a questão do poder teológico-político. In Filosofia Política Contemporânea. Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atílio A. Boron, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

LIMA, Raymundo de. **Tolerância zero ao profascismo**. Rev. Espaço acadêmico. Ano n.4. Set/2004.m.ISSN1519.6186

Dica de Acesso:

<http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p761.16>

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40118>

Para saber mais sobre dialogo intercultura**Dica de Leitura:**

DANTAS, Sylvia Duarte (org.). **Diálogos Interculturais**: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

Dica de Acesso:<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/dialogos-interculturais/publicacoes/dialogosinterculturais.pdf>

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

BOGO, A. **A vez dos valores**. São Paulo: MST, 1998. Caderno de Formação n. 26.

CERIOLO, P. R.; CALDART, R. **Como fazemos a escola de educação fundamental**. São Paulo: MST, 1999. Caderno de Educação n. 9

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1977 a.

FREI BETTO. **Cotidiano e mistério**. São Paulo: Olho d'água, 2001.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ROCHA, Z. **A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, 17(3-Suppl.), 761-774, set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p761.16>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aos quais este estudo chegou nos permite compreender os distintos modos dos Sem Terra interpretar a vida social, política e organizativa no Assentamento Menino Jesus, bem como no conjunto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os resultados possibilitam o entrelaçamento dessas constatações como fundamentais para compreendermos como os processos formativos do MST têm tensionado e/ou construído a formação de base no assentamento Menino Jesus.

Ao expormos os resultados da pesquisa não podemos deixar de salientar que o Assentamento, é espaço em disputa e que, portanto, como todo espaço social, sujeito a contradições.

Os resultados revelam os caminhos percorridos pelos Sem Terra do Assentamento Menino Jesus do período da ocupação onde foram se constituindo os processos formativos e mobilizadores de base até os percalços para sua consolidação no assentamento até os dias atuais.

A formação dos Sem Terra é para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estratégias de luta e resistência. As práticas sociais desenvolvidas ao longo do processo da ocupação criaram espaços coletivos de diálogo, negociação e decisão, bem como sentimento de pertencimento e níveis elevados de consciência coletiva que modificam o universo simbólico e cultural dos sujeitos envolvidos na luta pela reforma agrária. Sua fragmentação, sem dúvida, reporta os assentados a um recuo de consciência e dependência.

Os conflitos e contradições encontrados são decorrentes da diferença entre os projetos de vida das lideranças, militantes e assentados e os projetos de vida de algumas antigas lideranças. As diferenças de objetivos dentro do Assentamento, são por vezes diminuídas e apaziguadas por discursos genéricos, interpretados de acordo objetivos particulares. Percebe-se claramente que as motivações pessoais de algumas ex-lideranças são diluídas nesses discursos em função do “objetivo coletivo”, na prática vão sendo explicitadas através de ações individualizadas.

Na contramão das problemáticas e contradições que (des) mobilizam a luta coletiva no assentamento a pesquisa revelou a força incontestável do MST, enquanto organização de luta coletiva. Houve transformação na vida dos que

participam do Movimento, e isso não tem somente relação com o fato deles passarem a ter uma vida mais digna. Há uma mudança nos sujeitos, que tiveram uma experiência ao entrarem para o MST, e depois disso, mesmo que alguns “recuem na consciência”, nunca mais voltarão a ser os mesmos. É explícita a diferença no Assentamento do sujeito que emergiu da participação no MST dos que emergem da passagem³⁹ dos feitos de lotes. O Movimento proporcionou a possibilidade de uma identidade coletiva e sentimento de pertencimento uma relação com o todo não reificada e reflexiva, o que gerou com certeza impactos na subjetividade desses sujeitos. As reflexões desenvolvidas nesse trabalho nos possibilitaram compreender que as experiências vividas no âmbito do MST produzem e formam um novo sujeito, autônomo e emancipado.

Nesse sentido, acreditamos que este trabalho apresenta evidências que servem para fundamentação de uma proposta de formação com perspectivas que podem ser utilizadas pela coordenação do assentamento, associação de comunitária dos agricultores, escola, templos e igrejas e demais espaços de construção coletivas. Serve também ao MST e a seus processos formativos e mobilizadores, pois as vozes dos sujeitos aqui anunciadas podem ser escutadas em suas convicções, partilhar suas dúvidas e incertezas e apresentar aos dirigentes e lideranças propostas de mobilização e formação procedentes do olhar e das vivências de cada sujeito.

Concluo esta pesquisa afirmando que as apresentações aqui expostas servem como acervo, pois representam a externalização das subjetividades e vivências, significando um marco capaz de unir a realidade concreta, as vivências pessoais e o saber da luta à prática de processos formativos, focada na mobilização social e política dos Sem Terra do Assentamento Menino Jesus.

³⁹ A passagem de feitos de lotes é realizada por aqueles assentados que desejam deixar de viver no assentamento. Os feitos realizados no lote (aragem, cerca, abertura de aguadas, plantio, outros) são passados para outro que deseje ingressar na reforma agrária.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. **A Marcha Nacional Dos Sem-Terra e o MST**. In: CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra - um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782000000200012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2020.
- ARAÚJO, L. F. S. de; DOLINA, J. V.; PETEAN, E.; MUSQUIM, C. dos A.; BELLATO, R.; LUCIETTO, G. C. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. Revista Brasileira Pesquisa Saúde, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.
- ARROYO, M, G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ARROYO, M, G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M, C; JESUS, A. **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/materia/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, K. S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994.
- BOGO, A. **O papel da formação no trabalho de base**. In: MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Método de Trabalho de Base e Organização Popular. Caderno de Formação nº 38. 10 ed. Setor de Formação. São Paulo, 2009, p. 121.
- BOGO, A. **A formação de quadros: desafios e necessidades**. In: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**. Guararema, SP: ENFF, 2007.
- BOGO, A. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BOMBARDI, L. M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: setembro de 2011. ISSN 2177-4463.
- Brandão, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **II PNERA**, Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25640. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, R.S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001a.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4 .ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R.S; KOLLING, E.J.O MST e a Educação. *In: A reforma Agrária e a luta do MST*. STÉDILE, João Pedro (Org.), Petrópolis: Vozes, 1999.

CALDART, R. S; STEDILE, M. E.; DAROS, D. **Caminhos para Transformação da Escola 2: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, H. M. de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, 1998.

CHAVES, C. A. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra: Um Estudo sobre a Fabricação do Social**. Rio de Janeiro: Relum e Dumará UFRJ, 2000.

CONAPE, Fórum Nacional de Educação. **Documento referência**. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/documento-referencia-conape-2018-final-2017-08-23.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. C. A. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: Universidade de Recife, 2001a.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra; 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FURTADO, C. análise do modelo brasileiro. 5. ed. Rio. Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: Fazenda, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. *In*: **Geo textos**: revista da Pós-Graduação em Geografia/IGEO/UFBA. Salvador, v. 2, dez. 2006.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. ERA – Revista de administração de empresas. São Paulo, V. 35, n. 2. P. 57-63, 1995.

GOHN, M. da G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOHN, M. da G. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

GRAIN. **Alimentos y cambio climático, eslabón olvidado**. Disponível em: <https://www.grain.org/en/article/4357-food-and-climate-change-the-forgotten-link>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta**: doze artigos para o debate militante. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARNECKER, M. **Estratégias e Táticas**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HENRIQUES, M. S. (org.). **Comunicação e estratégia de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HENRIQUES, M.S. **Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HENRIQUES, M.S.; MAFRA, R.; BRAGA, C. O Planejamento da Comunicação para a Mobilização Social: em busca da co responsabilidade. *In*: HENRIQUES, Márcio (org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

IANNI, O. **Dialética e Capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1998.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: manual de entrevistas. Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, S. L. da S. **Agroecologia e práticas pedagógicas na Educação do Campo**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v.13, n. 26, p.92-109, set./dez. 2017.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro 2010.

MAGNAGHI, A. **Il progettocale**: verso lacoscienzadiluogo, BollatiBoringhieri, Torino, 2010.

MANÇANO, B. F. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. 1º edição, 1º reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2005.

MINAYO, M.C.S; SANCHES, O. **Quantitativo - Qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1993.

MINAYO, M. C. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

MOONY, P. R. **O Século 21: Erosão, Transformação Tecnológica e Concentração do Poder Empresarial**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

Mota, P.R. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001

MAGNAGHI, Alberto. Il progetto locale: verso la coscienza di luogo, Bollati Boringhieri, Torino, 2010.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; SEED -Secretaria de Estado da Educação. **Pedagogia que se constrói na itinerância: orientações aos educadores**. Cadernos da Escola Itinerante – MST, Ano II, nº 4 novembro de 2009.

MST.Princípios da Educação no MST. **Caderno de formação n. 8**. São Paulo, 1996.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2001.

MST. **Marcha Nacional pela Reforma Agrária**. Max Print editora, São Paulo. 2005b.

MST. **Educação**. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

MST. **Agroecologia e o MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MST. **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo: Setor de formação do MST, 2005b.

MST. **O funcionamento das Brigadas do MST**. São Paulo: Setor de formação do MST, 2005a.

OLIVEIRA, V. F. de. **Educação, memória e história de vida: usos da história oral**. Revista da Associação de História Oral, v. 8, n. 1, p. 91-106, jan.-jun. de 2005.

ORTIZ, R. **Anotações sobre religião e globalização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 16 N 47. Pentecostais. São Paulo, 2007.

PIZETTA. A.J.. **A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade**. In: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política deformação de quadros**. Guararema, SP: ENFF, 2007b.

PONTES. M. L. Sujeitos coletivos. In: CALDART, R; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

STRECK, D.R.; ADAMS T. **Lugares de participação e formação da cidadania.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan-jun. 2006.

SAUER, S; LEITE, S. P. **Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil.** RESR, Piracicaba-SP, vol. 50, nº 3, p. 503-524, Jul/Set 2012.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4. ed. revisada e atualizada; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.

SILVA, E. N. **Formação e Ideário do MST.** Rio Grande do Sul: Editora. Unisinos, 2004.

SILVA, M. A. da. **Técnica da observação nas ciências humanas.** Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/3101/1889>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, R. **A dialética do trabalho no MST:** a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. 2005. 324f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2005.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, A. M. G. da. **Educação do campo e territorialidade:** um estudo sobre o Assentamento Menino Jesus em Água Fria (BA). Salvador, 2014.

TORO, J. B.; WERNECK, N. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Apêndices



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação do Campo do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo: **FORMAÇÃO DE BASE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROJETO EDUCATIVO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS, ÁGUA FRIA, BAHIA.**

Considerando o objetivo dessa pesquisa: compreender como os processos formativos do MST têm tensionado e/ou construído a formação de base no assentamento Menino Jesus, convido os/as sr/as para participarem dessa pesquisa.

Sua participação consiste em integrar o grupo de trabalho que tem como tarefa principal compreender como os processos formativos do MST tensiona e/ou constrói a formação de base no assentamento Menino Jesus, Agua Fria Bahia.

As observações e encontros serão devidamente registrados em um diário de bordo instrumento para registro escrito da pesquisadora. As informações extraídas no percurso da pesquisa serão analisadas e sintetizadas para utilização na produção acadêmica e em outras formas de publicações e apresentações de caráter científico; sendo tratadas de forma sigilosa, a fim de garantir o anonimato e privacidade dos participantes da pesquisa.

Pesquisadora: **Selma Conceição Freitas Silva**

Coordenadora Pedagógica da rede municipal de ensino dos município de Água Fria, Bahia.

Aluna do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – Centro de Formação de Professores – CFP, Campus Amargosa.

Declaro que, após os devidos esclarecimentos a respeito do estudo, e ciente de que minha participação é voluntária, e que minha aceitação ou recusa não acarretará em nenhum tipo de sanção ou prejuízo, e que mesmo aceitando posso, a qualquer momento, desistir de participar.

Eu, _____ concordo em participar da pesquisa.

Água Fria, ____ de _____ de 2018

Encarte para as Fichas Formativas

O projeto educativo de formação assumido nestas fichas é político, assim as orientações metodológicas e sugestões de atividades carregam os princípios educativos do projeto formativo da Educação do Campo na perspectiva da Pedagogia do Movimento Sem Terra nutrido dos pressupostos metodológicos que embasam a Educação Popular.

O que é as Fichas Formativas?

As fichas formativas são ferramentas educativas de informação para auxiliar processos formativos. A fundamentação metodológica deu-se a partir da tematização de base freireana, própria da investigação temática da educação popular com inspirações na proposta metodológica da sistematização de experiências. É um material de apoio didático-metodológico com estratégias de enfrentamento aos desafios da formação de base.

Para que serve as fichas Formativas?

Como ferramenta de informação e reflexão as fichas formativas servem para mediar processos formativos de todos aqueles (a)s que deseje fazer uso de metodologias popular de luta política e social.

Como utilizar as Fichas Formativas?

As Fichas Formativas estão organizadas em três eixos formativos:

- Construir Pontes;
- Fortalecer Relações;
- Transformar Realidades.

Os eixos conectam entre si com as estratégias metodológicas e com as sugestões de atividade.

As Fichas Formativas são de fácil compreensão e podem ser usadas separadamente ou de acordo ao propósito de formação que se pleiteei. Tivemos o cuidado de propôs metodologias dinâmicas e criativas, numa perspectiva contextualizadas para facilitar as discussões e reflexões da formação a partir da palavra geradora em questão.

Lembrete!

As fichas não são modelos de receita prontas e com fim em si mesmas, mas um convite a reflexão, problematização e mudança de práticas com vistas à transformação social e política dos processos formativos.

Esperamos que o uso das Fichas seja útil, criem possibilidades e os ajudem a formar sujeitos autônomos, com capacidade de organização e emancipação.

Sucesso!

Selma Conceição Freitas Silva

Sugestão de roteiro de encontros para uso das fichas formativas

Objetivo

Tema:

Pauta:

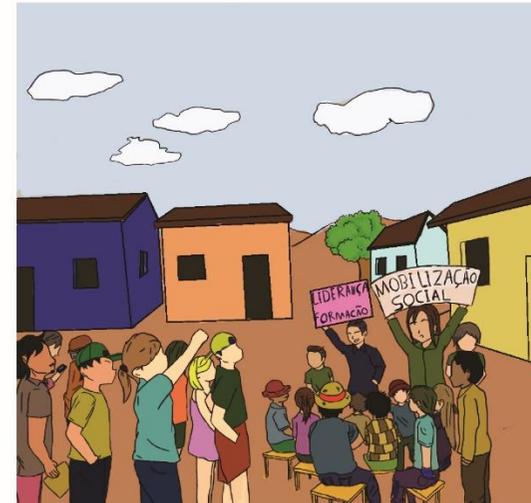
Eixo	Estratégias metodológicas	Baú de ferramentas (Sugestões de atividades)
C O N S T R U I R	Problematização da realidade	Abertura/Acolhida/Apresentação Mística Dinâmicas Diálogos Reflexivos Chuva ou tempestades de ideia ou resgate de concepções prévias

<p>F R O E R L T A A Ç L Õ E E C S E R</p>	<p>Diálogos possíveis</p>	<p>Jogos Trabalho em Grupos Estudo de caso Linha de tempo Dramatização Intercâmbio de Experiências Painéis Vídeos</p>
<p>T R R E A A N L S I F D O A R D M E A S R</p>	<p>Informação para transformar</p>	<p>Ações para transformar a realidade</p>



SELMA CONCEIÇÃO FREITAS SILVA

FORMAÇÃO DE BASE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROJETO EDUCATIVO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS, ÁGUA FRIA, BAHIA.



FICHAS FORMATIVAS

AMARGOSA
2020

 @s.freitas.06

 Selma Freitas



Fichas Formativas¹

SILVA, Selma Conceição Freitas²

O projeto educativo de formação assumido nestas fichas é político, assim as orientações metodológicas e sugestões de atividades carregam os princípios educativos do projeto formativo da Educação do Campo na perspectiva da Pedagogia do Movimento Sem Terra nutrido dos pressupostos metodológicos que embasam a Educação Popular.

O que é as Fichas Formativas?

As fichas formativas são ferramentas educativas de informação para auxiliar processos formativos. A fundamentação metodológica deu-se a partir da tematização de base freireana, própria da investigação temática da educação popular com inspirações na proposta metodológica da sistematização de experiências. É um material de apoio didático-metodológico com estratégias de enfrentamento aos desafios da formação de base.

Para que serve as fichas Formativas?

Como ferramenta de informação e reflexão as fichas formativas servem para mediar processos formativos de todos aqueles (a)s que deseje fazer uso de metodologias populares de luta política e social.

Como utilizar as Fichas Formativas?

As Fichas Formativas estão organizadas em três eixos formativos:

- Construir Pontes;
- Fortalecer Relações;
- Transformar Realidades.

Os eixos conectam entre si com as estratégias metodológicas e com as sugestões de atividade.

As Fichas Formativas são de fácil compreensão e podem ser usadas separadamente ou de acordo ao propósito de formação que se pleiteie. Tivemos o cuidado de propor metodologias dinâmicas e criativas, em uma perspectiva contextualizada para facilitar as discussões e reflexões da formação a partir da palavra geradora em questão.

Lembrete!

As fichas não são modelos de receita prontas e com fim em si mesmas, mas um convite à reflexão, problematização e mudança de práticas com vistas a transformação social e política dos processos formativos.

Esperamos que o uso das Fichas seja úteis, crie possibilidades e os ajude a formar sujeitos autônomos, com capacidade de organização e emancipação.

Sucesso!

Selma Conceição Freitas Silva

¹Produto apresentado no Trabalho de Conclusão do Curso Mestrado Profissional em Educação do Campo PPGEDUCAMPO - UFRB, orientado pela Dra. NASCIMENTO, Priscila Brasileiro Silva do, professora da UFRB, lotada no Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS, Campus Feira de Santana. Contato: priscilabrasileiro@ufpb.edu.br

²Mestranda do PPGEDUCAMPO – UFRB. Especialista em Educação do Campo, Coordenadora Pedagógica lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Água Fria – BA e Lamarão-BA. Contato: sconceicao@hotmai.com

Sugestão de roteiro para uso das Fichas Formativas

Objetivo

Tema:

Pauta:

Eixo	Estratégias metodológicas	Baú de ferramentas (Sugestões de atividades)
C P O N N S T E S T R U I R	Problematização da realidade	Abertura/Acolhida/Apresentação Mística Dinâmicas Diálogos Reflexivos Chuva outempestades de ideia ou resgate de concepções prévias
F R E L A Ç O E S C E R	Diálogos possíveis	Jogos Trabalho em Grupos Estudo de caso Linha de tempo Dramatização Intercâmbio de Experiências Painéis Vídeos
T R E A N S I D O A R D E M A S R	Informação para transformar	Ações para transformar a realidade



FICHA 01

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Eixo Formativo: Construir Pontes

“Quer ir mais rápido,
vá sozinho. Quer ir mais longe, vamos juntos.”
Ditado Popular

- Tenho me envolvido nos processos de mobilização social em benefício de nossas lutas coletivas? Como? O que tenho feito?
- Como tem se dado os processos de mobilização social na comunidade?
- O que tem nos motivado a lutar?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

Aos poucos os sujeitos sociais foram percebendo que isoladamente, não poderiam fazer valer suas prerrogativas de participar efetivamente da sociedade, pois não teriam condições de dar voz às suas opiniões, expectativas e interesses.

Nesse processo o termo mobilização social ganha força devido aos movimentos sociais e mais recentemente dos movimentos sociais contemporâneos



Movimentos Sociais	Movimentos Sociais Contemporâneos
São formados por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política. É uma forma da população se organizar, expressar os seus desejos e exigir os seus direitos.	Surgiram de uma série de lutas por reconhecimento e direitos civis. Por isso, eles tratam mais de assuntos voltados a questões éticas e de valores humanos, muito discutidos na sociedade e nas grandes mídias



Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

O MST surgiu como forma de manifestação popular e combate à desigual distribuição de terra — uma característica histórica do país, em função de nossa estrutura latifundiária. O lema “terra para quem nela trabalha” sintetiza os objetivos do MST; Lutar pela terra, Lutar pela Reforma Agrária e Lutar por mudanças sociais no país.





Marcha Nacional das Mulheres Sem Terra à Brasília garantiu direitos às mulheres e trabalhadoras do campo.



A Marcha das Margaridas se traduz na mais importante mobilização conjunta de mulheres da América Latina. Em marcha, as mulheres reafirmam a defesa de temas como a terra, a água, as práticas agroecológicas, as políticas de educação e saúde, o combate à violência de gênero, além da previdência social anunciando qual modelo de sociedade defendem.

Mobilizar é apresentar o problema, compartilhá-lo, distribuí-lo, para que os sujeitos se sintam corresponsáveis por ele e passem a agir na tentativa de solucioná-lo. Isso pressupõe envolvimento efetivo, compartilhamento de responsabilidades e opiniões, engajamento dos sujeitos na luta pela causa defendida e participação nos espaços de construção coletiva.

A mobilização social é uma importante ferramenta de fortalecimento da cidadania ativa e de construção de uma sociedade democrática, cuja realização só acontece se os objetivos propostos forem convertidos em ações coletivas de interesses comuns. Mobilização social, portanto, é um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas.

Eixo Formativo: Transformar a Realidade

Projeto de formação de lideranças envolvendo crianças, jovens e adultos para atuar na comunidade;

Projetos de educação/formação permanente na comunidade. Criar ciclos de debates para trocas de experiências com abordagens temáticas de interesse coletivo;

Jornadas de cultura na comunidade envolvendo música, literatura, vídeo-arte, teatro, dança, arte circense e outras linguagens artísticas;

Desenvolver projetos de educação que estimule a leitura crítica da realidade, apropriação e desconstrução de determinados conceitos, que estimule os jovens para a ação coletiva, fortalecimento e inserção desses sujeitos nos conselhos – e outros espaços – para o exercício da democracia participativa.

Ações de fortalecimento da agricultura familiar; ao sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; à construção da agroecologia, na defesa dos territórios camponeses; à luta por moradia junto aos movimentos populares urbanos; à luta das mulheres do campo e da cidade; ao movimento feminista; à luta pela visibilidade do trabalho das mulheres; às juventudes urbanas e rurais; movimento negro, o movimento LGBTT, o movimento cultural, afrodescendente, de educação popular entre outros.

A mobilização social não encerra com a conquista do direito. O engajamento na mobilização ou a mobilização em si deve ser um processo contínuo de educação da comunidade. Portanto,



Que outras sugestões podemos experimentar?

Que outras ideias podemos apontar, sugerir?

Para saber mais sobre democracia participativa, cidadania ativa, comunicação, esforço estratégico, mobilização em rede.

Dica de Leitura:

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria. (1991). **A Cidadania Ativa**. São Paulo, Ática.

F. PAULO. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. In: PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez. 2002.

WARREN, Ilse Scherer. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

Dica de Acesso:

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

<https://www.scopi.com.br/planejamento-estrategico/>

<https://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

Para saber mais sobre luta camponesa.

Dica de Leitura:

MARQUES, G.S. e MARQUES. I.R. Luta camponesa e reforma agrária. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Para saber mais sobre Marcha das Mulheres Sem Terra e Marcha das Margaridas

Dica de Acesso:

<https://mst.org.br/tag/encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/>

http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1710013996_22072020195408.pdf

<http://www.contag.org.br/index.php>

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referências:

Encontro Nacional de mulheres Sem Terra. Disponível em:

<https://mst.org.br/tag/encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/> Acesso em: 08 de agosto de 2020.

CONTAG. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php> Acesso em: 09 de agosto de 2020.

FICHA 02

FORMAÇÃO

[...] “quem forma se forma e re-forma
ao formar, e quem é formado, forma-se e forma
ao ser formado”

(Freire, P. 1996, p. 25)

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Como temos formado as crianças e os jovens da comunidade?
 - De que formação estamos pensando? Qual formação precisamos potencializar?
 - Quais espaços da comunidade consideramos formativos para nós, para nossas crianças e jovens?
 - Pelo que lutamos ou estamos dispostos a lutar ainda?
 - Se ainda há pelo que lutar, como estamos construindo a luta na nossa comunidade?
- 

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

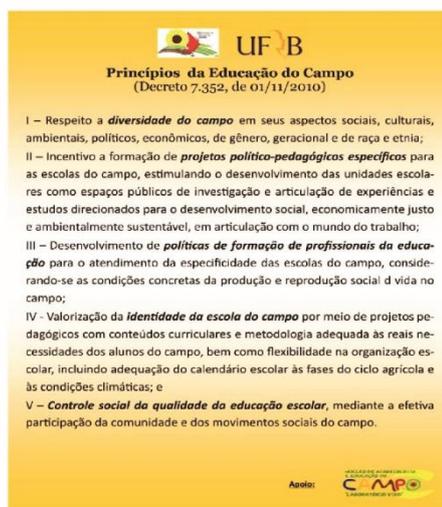
A formação deve possibilitar a reflexão da realidade, dos processos sociais, políticos e pedagógicos pelos quais os sujeitos lutam.

Formação para transformação da realidade, conscientização dos sujeitos e superação de todo processo de alienação.

Karl Marx usou o termo alienação em sua obra Manuscritos econômico-filosóficos para descrever a falta de contato e o estranhamento que o trabalhador tinha com o produto que produzia. A alienação na sociologia de Marx é descrita como um momento onde os homens perdem-se a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo. Para Marx as relações de classe eram alienantes, pois o trabalhador assalariado se encontrava em uma posição de barganha desigual perante o capitalista (empregador). Dessa forma o capitalista conseguia dominar a produção e o trabalhador.

“A defesa dos saberes do povo como ponto de partida para o diálogo da educação nos permite compreender que as identidades, as linguagens e o trabalho do povo tem contribuições importantes na democratização da escola.” (FETZNER, 2010, p.91).

Matrizes formadora da Educação do Campo





Princípios da Educação do Campo
(Decreto 7.352, de 01/11/2010)

I – Respeito a **diversidade do campo** em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II – Incentivo a formação de **projetos político-pedagógicos específicos** para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III – Desenvolvimento de **políticas de formação de profissionais da educação** para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social d vida no campo;

IV – Valorização da **identidade da escola do campo** por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologia adequada às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V – **Controle social da qualidade da educação escolar**, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Asselo: 

“Precisamos nos dá conta de quão educativo é contemplar a natureza, fazer observações do nosso próprio entorno. Mas, mais importante, devemos compreender o quão revolucionário é agir para transformar.” (MONNERAT e SANTOS, 2017, p.30).

Territórios ↔ Sujeitos = Natureza – Geral, Particular e Específica



Vida – Conhecimento, troca de saberes/
Tecnologias Sociais

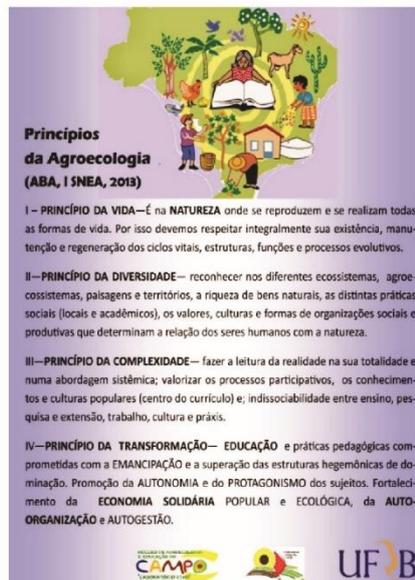
Disputa de Projetos - Agronegócio

Agricultura Tradicional

Agroecologia

Agronegócio	Agroecologia
<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura tem como base técnica de produção a fábrica; - Noção de sociedade como soma simples de fatores; - Produção científica realizada por mega corporações e orquestrada de acordo com os interesses do capital; - Noção mecânica de solo: o solo é a soma simples de fatores bioquímicos; - Ideologia da engenharia social gradativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura tem como base técnica de produção a natureza; - Noção de sociedade como conjunto de organismo; - Produção científica organizada sob formas diversas e definidas a partir dos interesses da classe trabalhadora; - Noção dinâmica de solo: o solo é maior que a sombra das partes; - Trabalho como princípio educativo.

Fonte: (CALDART, STEDILE, DAROS (org.), 2015, p. 96).



ESTRATÉGIAS / MOMENTOS E ESPAÇOS DE FORMAÇÃO:

Ação social coletiva dos trabalhadores rurais e urbanos, da juventude, das mulheres, dos indígenas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos negros e negras, da população do campo, das águas, das florestas, de terreiros, da população em situação de rua, do seguimento LGBT+, outros fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões e segmentações.

Mobilização e engajamento de jovens, mulheres, negros, LGBT+, Sem Terra, indígenas, povos de terreiros, outros.

A luta popular deve construir novas formas de (com)vivência, pautadas na diversidade identitária dos sujeitos, na agroecologia, na transversalidade de demandas por direitos, formas de ativismo e empoderamento, com participação de jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBT+, etc.

Militância/Ativismo - engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados - (negros, mulheres, LGBT+, indígenas, povos do campo, das águas, das florestas, de terreiros, da população em situação de rua, outros - e em defesa agroecologia, democracia na diversidade de classe, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, entre outros

Ações de cidadania e empoderamento:



Eixo Formativo: Transformar a Realidade

Vamos pensar sobre como nossos espaços na comunidade têm sido ou pode ser formativos numa perspectiva libertadora?

- Coletivos de jovens, mulheres, negros, LGBT+, outros
- Associação;
- Centro de cultura, outros
- Áreas comunitárias de lazer

"[...] reunir pessoas da classe trabalhadora, negros, mulheres, e imigrantes com o objetivo de lutar juntos em favor de sua libertação, da libertação de outras pessoas [...]." (HARNECKER, 2018, p. 09).



Preparar os sujeitos para participar das lutas sociais coletivas:



Para saber mais sobre Agroecologia

Dica de Leitura:

PRIMAVERSI, A. **Manual do solo vivo**. 2.ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

COSTA, M.B.B da. **Agroecologia no Brasil: histórias, princípios e práticas**. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2017.

TOLEDO, V.M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Dica de Acesso:

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB. Disponível em: <https://www.facebook.com/LaboratorioVivodeAgroecologia.UFRB/>

Para saber mais sobre Alienação

Dica de Leitura:

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. São Paulo, Expressão Popular, 1965.

Dica de Acesso:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320702011000100011&script=sci_arttext&tlng=pt

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

CALDART, STEDILE, DAROS (ORG). **Caminhos para transformação da escola:** trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CALDART, R. STEDILE, M. E. DAROS, D. (ORG). **Caminhos para transformação da escola:** agricultura camponesa, educação politécnica e escolas de campo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DICKMANN, Ivo. **Pedagogia da liderança popular.** São Paulo: Editora Dialogar, 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta.** 1.ed. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB. Disponível em:
<https://www.facebook.com/LaboratorioVivodeAgroecologia.UFRB/>

FICHA 03

PARTICIPAÇÃO

Não gostaria de ser mulher ou homem se a impossibilidade de mudar o mundo fosse verdade objetiva que puramente se constatasse e em torno de que nada se pudesse discutir. Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível.

Paulo Freire

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Qual sua visão sobre os resultados da participação para a vida na comunidade?
- Pelo que me sinto motivado a participar na comunidade? Por quê?
- Pelo que me sinto motivado a participar na comunidade? Por quê?
- Como é sua (a nossa) participação na comunidade?



Eixo Formativo: Fortalecer Relações

Uma sociedade que se configure como democrática tem na participação um de seus aspectos centrais. O modelo de participação que se construiu no Brasil, essencialmente a partir da Constituição Federal de 1988, teve como protagonistas os movimentos sociais populares que mobilizaram a opinião pública, para que canais e instrumentos de participação fossem incorporados a legislação brasileira. Esse modelo prevê um alargamento do conceito de participação.

Assim, é fundamental diferenciar, sem separar, os termos “participação social” e “participação popular”.

Participação Social	Participação Popular
Se dá nos espaços e mecanismos de controle social, como conferências, conselho ouvidorias, audiências públicas, etc. Esses são os espaços e formas de organização e atuação da participação social. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas.	Corresponde às formas mais independentes e autônomas de atuação política da classe trabalhadora, que se organiza em movimentos, associações de moradores e categorias sindicais etc. Refere-se às formas de luta mais diretas, mais pontuais, por meio de ocupações, greves, marchas, caravanas, romarias, mobilizações, manifestações, paralisações, intervenções, bloqueios de ruas e estradas, silêncios coletivos, cirandas, paradas, lutas comunitárias etc. Essas formas de organização e mobilização não atuam dentro de programas públicos nem se subordinam às suas regras e regulamentos.

Destaca-se que a democracia participativa não concorre com a representativa: elas se complementam. Ambas são fundamentais para a construção da democracia participativa, pois contribuem para o reconhecimento de novos direitos pelo Estado, ampliando a cidadania no país e alterando o modo de compreender os atores sociais, que passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos e participantes do processo de formulação de políticas públicas, rompendo com velhos modelos tecnocrata de fazê-la baseada na premissa do Estado externo à sociedade.

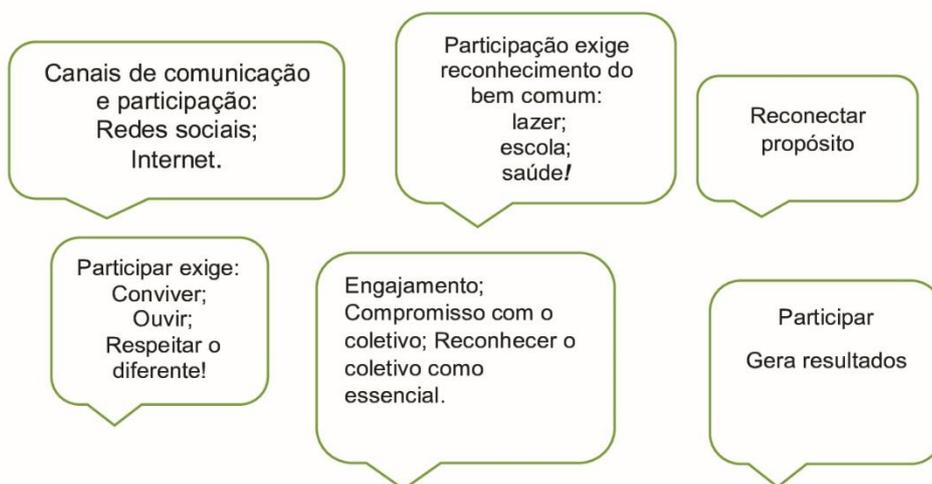
“Entretanto, é necessário prestar atenção ao modelo representativo de participação, pois cada vez mais a democracia participativa tem sido percebida como um conjunto de práticas representativas, cujo sentido tem sido reduzidas a processos de escolhas de representantes e de tomada indireta de decisões coletivas.

Com Freire (2003, p.03), lembramos que o “aprendizado da democracia necessita de experiências de participação; aprendemos democracia pela prática da decisão, da crítica, da denúncia e do anúncio” [...], pois tem crescido no Brasil, o descrédito da representação no âmbito das instituições políticas e as insatisfações com as formas de gestão da coisa pública colocam-nos diante do desafio de revisitar políticas e projetos cuja execução nem sempre – ou raramente – correspondem à sua intencionalidade original.

Portanto, tanto a participação social como a participação popular, - cada uma em seus aspectos - favorecem a “democratização do poder”, corroborando para a assertiva que uma sociedade que se configura como democrática tem na participação um de seus aspectos centrais.

Eixo Formativo: Transformar a Realidade

Na participação ativa, os homens e as mulheres se identificam com sua própria ação e, com isso, fazem-se história.



A participação é um exercício de voz, de não-silenciamento, de decisão, de direito de cidadania que “se acha em relação direta, necessária, com a prática educativa-progressista.” (FREIRE, 1995, p.73).

Assim...



Para saber mais sobre participação social, participação popular, democracia participativa e representativa

Dica de leitura

Gadotti, M. *Gestão democrática com participação popular: planejamento e organização da educação nacional*. São Paulo: Ed,L, 2013.

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referências:

D. R. Streck, PITANO, S.C. e MORETTI, C. Z. **Educar pela participação, democratizar o poder: o legado freireano na gestão pública**. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 33 e. 16788. |2017.

D. R. Streck e T. Adams – **Lugares da participação e formação da cidadania**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP. 2000.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FREIRE, P. **Política e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FICHA 04

LIDERANÇA

“O educador, o dirigente, caminha com o povo por um caminho empoeirado, por isso, tem que caminhar junto com o povo porque se vai atrás, o pó do caminho que levantam, não o deixará ver por onde ir. E também, se ele vai na frente, o pó que suas sandálias levantam tapará a vista do povo...”

Oscar Jara H.

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Para que serve um líder?
- Que liderança (s) precisamos?
- Como as lideranças podem contribuir para nos fortalecer enquanto comunidade?



Eixo Formativo: Fortalecer Relações

As discussões sobre liderança nos permite a abertura de espaços para reflexões sobre os diferentes saberes e práticas, que essa atividade exerce para o protagonismo dos sujeitos sociais. Os processos de construção de lideranças são processos ético-político-pedagógicos indissolúveis, que, exigem dos sujeitos um “ser mais” e uma tarefa ético-política e pedagógica para que se formem no trabalho diário que fazem e com os quais estão comprometidos para transformar a realidade.

As lideranças empenhadas em transformar a história das comunidades, devem em primeiro lugar, assumir-se como sujeitos ativos e críticos dos processos que promovem, mas que também são processos que os constroem e os fazem ser. Em segundo lugar, assumir-se como companheiro de viagem, que não está acima ou abaixo de outros sujeitos, mas que tem papel e responsabilidade particular de promover a direcionalidade transformacional desses processos e contribuir com eles. Em terceiro lugar, assumir a responsabilidade de promover caminhos e cursos de ação com metodologias, técnicas e procedimentos para pensar e fazer coisas, sabendo que o que propor nunca será neutro e, portanto, não deve torná-lo inocente ou espontaneamente, mas ciente de seu significado e propósito. Essas problematizações são fundamentais para orientar as práticas das lideranças, pois ao assumir o comando do processo de transformação da realidade deve em cada situação específica, examiná-la, olhar, fazer e refazê-la.

Por conseguinte, o papel da liderança nos processos educacionais e organizacional de transformação social da realidade é desafiante, pois implica colocar-se no processo como sujeitos ativos, responsáveis e comprometidos com os atores sociais com quem trabalham, seus contexto, dilemas, opções e possíveis alternativas de solução, mesmo em momentos mais difíceis, sombrio, autoritário e antidemocrático que tenha que enfrentar.

Ser mais

Vocação ontológica humana para o qual o destino do ser é criar, transformar o mundo enquanto sujeito ativo e não mero objeto passivo, nesse caso uma educação humanista libertadora é que oportuniza ao aprimoramento humano.

Trombetta e Trombetta (2010)

"[...] "não devemos andar na frente, nem atrás do povo; a liderança popular anda junto, como um aprendiz do povo, um mediador do desvelamento do mundo, um problematizador da realidade, na busca permanente de ser mais com o povo, pronunciando a Palavra transformadora." (DICKMANN, 2017, p. 23).

Os líderes são "[...] seres que não podem ser fora da comunicação [...]" (FREIRE, 2002, p. 125), assim os canais de comunicação reforçam os espaços e os momentos democráticos.

"Um líder motiva, organiza, acompanha, assessora grupos populares enfrentando e superando os dilemas e conflitos que os oprimem." (DICKMANN, 2017, p. 30).

"Ser líder é uma tarefa ousada, pois implica tornar-se um agente de transformação social a partir do diálogo sobre a realidade concreta com os indivíduos, entendendo-os como sujeitos no processo de construção de conhecimento." (DICKMANN, 2017, p. 29).

"O papel da liderança é auxiliar na revolução, na transformação da realidade opressora, seu instrumento é, com certeza, o diálogo." (DICKMANN, 2017, p. 67).

"Dirigir, não pode ser sinônimo de autoritarismo." (DICKMANN, 2017, p. 53).

"[...] na medida em que a liderança nega a práxis verdadeira aos oprimidos, se esvazia, conseqüentemente, na sua." (FREIRE, 2002, p. 22).

"Liderar exige engajamento e compromisso com a causa dos oprimidos/as." (DICKMANN, 2017, p. 21).

"Liderança [...] é a capacidade de um sujeito individual ou coletivo de mobilização de outros sujeitos ou indivíduos devido à sua ação diante de situações de sofrimento, indecisão ou preenchimento de desejos e necessidades por parte dos liderados." (DICKMANN, 201, p. 28).

Um líder é melhor
Quando quase não se nota que ele existe,
Não tão bom quando as pessoas lhe obedecem e o aclamam,
Pior quando eles o detestam.
“Falte em honrar o povo,
e o povo vai faltar em honrar a ti;”
Mas de um bom líder, que fala pouco,
Quando seu trabalho estiver feito, seu objetivo realizado,
Todos vão dizer, “Nós mesmos realizamos isso.”
Lao Tzu,

Eixo Formativo: Transformar a Realidade

São desafios das lideranças,

Bater à porta de pessoas que não conhecemos. Proporcionar lugares de encontro nas quais pessoas desconhecidas se reúnam para compartilhar seus problemas e, juntas, encontrarem as soluções. Fazer campanhas e combinar com outras pessoas a realização de ações para exigir mudanças. Ajudar as pessoas a descobrir seu próprio poder. Avaliar todo esse trabalho e fazer tudo de novo. Essa é a tarefa de um dirigente. (HARNECKER, 2018, p. 9).

Assim...

Que
sugestões
podemos
experimentar?

Que outras
ideias
podemos
apontar,
sugerir?

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

DICKMANN, I. **Pedagogia da liderança popular**. São Paulo: Editora Dialogar, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta**: doze artigos para o debate militante. São Paulo Expressão Popular. 2018

Streck, D. R. Adams, T. – **Lugares da participação e formação da cidadania**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

TROMBETTA, S; TROMBETTA, L. C. **Vocação ontológica**. *In*: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FICHA 05

RELIGIÃO

Em que consiste a experiência mística? É o encontro da razão última da existência ou a possibilidade de dar à existência um sentido. É o sentido de voltar-se para o outro e para os outros numa dinâmica que vai mais pessoal ao mais social e que pode ser descrita como experiência de Deus". (FREI BETTO, 2001, p. 116)

Mística

É um sentimento que passeia delicado e lento por dentro de nosso coração. Como se tivesse mãos, coloca o ânimo em cada pensamento. Mexe no comportamento, no jeito de andar, falar e sorrir; é a força que nos faz sentir, prazer e arrependimento. (...) Quem tem mística está sempre crescendo. A cada dia sente-se renascendo nas coisas que vai realizando. Seja na base ou no comando, a mesma energia se manifesta, como a alegria em uma festa, instiga quem está participando. (...) Mas a mística não é só bondade, às vezes serve-se da ansiedade para angustiar o corpo inteiro. Como uma chama no candeeiro que bebe o líquido que está dentro, provoca todos os talentos e esgota as capacidades. Desafia as habilidades para enfrentar certos apuros, nos cobra para sermos mais maduros diante dos acontecimentos. (BOGO, 1998).

BOGO, Ademar. A vez dos valores. São Paulo: MST, 1998. Caderno de Formação n. 26

Eixo Formativo: Construir Pontes

- Por que a Religião é importante para nós?
- Como a religião tem contribuído para nos fortalecer enquanto comunidade, respeitando nossa diversidade?
- Como a religião pode contribuir com nossas lutas por justiça social, direitos e contra todas as formas de opressão?

Eixo Formativo: Fortalecer Relações

No caso da luta pela terra, o livro Êxodo era uma referência para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo do sem-terra sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a fermentação da caminhada à terra prometida. (STEDILLE: MANÇANO, 2005. p. 74).

É oportuno apontar que os princípios fundamentais da política de libertação possuem eixos norteadores para sustentação de uma práxis de libertação que podem dar alguns indicativos de pôr onde de modo individual e coletivo a humanidade pode começar a caminhar.

Des-humanização / Alienação	Humanização / Libertação
<ul style="list-style-type: none"> - A vida é negócio - Negócio é vida - Individualismo - Competição - Pactuar com as formas de opressão (violência, exploração) de si e dos outros - Bem individual - Não respeitar a diversidade - Não respeitar o outro - Não respeitar a mãe terra 	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça social - Luta - Respeito ao outro como ser humano - Vida - Respeito à natureza - Diversidade / Multiculturalismo - Amorosidade - Diálogo - Esperança - Bem comum

“(...) em vez de anunciar a desordem provocada pela exclusão como a ordem estabelecida, e educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e reinventar a ordem, a partir de valores verdadeira e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade.” (CERIOLI; CALDART, 1999, p. 7).

Fundamentalismo religioso

Modo de ser, pensar e de agir, que resulta de uma crença e de uma adesão incondicionais a uma doutrina religiosa, qualquer que seja ela, judaica, cristã ou islâmica, considerando-a como única detentora e protetora do Bem e da Verdade. (ROCHA, 2014, p. 764).

Eixo Formativo: Transformar a Realidade

A preocupação com o outro e a responsabilização pelo futuro dependem, mais do que nunca, da consciência de que dependemos uns dos outros para sobreviver.

Os diálogos interculturais nos indicam caminhos para o fortalecimento da cidadanização e luta popular como elemento de potencialização de nossa subjetividade, pensamento, religiosidade, amorosidade.

Assim...



A necessidade de sonhar é intrínseca a cada um de nós. E não é só isso: é também o desejo de nos suplantar, de nos superar. O humano é um ser que não cabe em si mesmo. Daí que a experiência mais profunda do ser humano é aquela que o arranca de si mesmo em direção a um outro – a experiência do amor. A isso a tradição cristã chama “mística.” (FREI BETTO, 2001, p. 115-116).

Dica de Leitura:

Chauí, M. (2006). **Fundamentalismo religioso**: a questão do poder teológico-político. In Filosofia Política Contemporânea. Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atílio A. Boron, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

LIMA, Raymundo de. **Tolerância zero ao profascismo**. Rev. Espaço acadêmico. Ano n.4.

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

BOGO, A. **A vez dos valores**. São Paulo: MST, 1998. Caderno de Formação n. 26.

CERIOLI, P. R.; CALDART, R. **Como fazemos a escola de educação fundamental**. São Paulo: MST, 1999. Caderno de Educação n. 9

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1977 a.

FREI BETTO. **Cotidiano e mistério**. São Paulo: Olho d'água, 2001.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ROCHA, Z. **A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, 17(3-Suppl.), 761-774, set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p761.16>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Elaboradora da ficha: SILVA, S. C. F.

Referência

DICKMANN, I. **Pedagogia da liderança popular**. São Paulo: Editora Dialogar, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta**: doze artigos para o debate militante. São Paulo Expressão Popular. 2018

Streck, D. R. Adams, T. – **Lugares da participação e formação da cidadania**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

TROMBETTA, S; TROMBETTA, L. C. **Vocação ontológica**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.